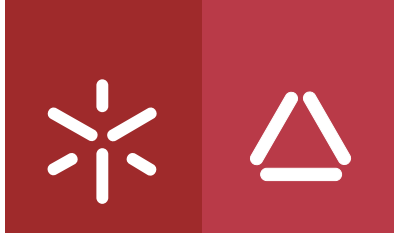


Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

David Emanuel Vieira Aguiar

D. Diogo de Sousa e as ofertas de bens móveis à Sé de Braga



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

David Emanuel Vieira Aguiar

**D. Diogo de Sousa e as ofertas de bens
móveis à Sé de Braga**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Património e Turismo Cultural

Trabalho realizado sob a orientação da
**Professora Doutora Isabel Cristina dos Guimarães
Sanches e Sá**
e do
Professor Doutora Paula Virgínia de Azevedo Bessa

Outubro de 2012

DEDICATÓRIA

Aos meus avós, José Vieira e Maria Inês.

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação de Mestrado em Património e Turismo Cultural que se apresenta ao Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho só foi possível contando com a conjugação de esforços de várias pessoas.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu pai a oportunidade que me deu de continuar a estudar e de, assim, poder vir a concluir o Mestrado. Sem o seu apoio não teria sido possível concluir tal trabalho. Também agradeço à minha mãe pela compreensão que sempre teve, sem nunca ser preciso pedi-la.

Quero fazer um agradecimento muito especial à Professora Doutora Isabel Cristina dos Guimarães Sanches e Sá e à Professora Doutora Paula Virgínia de Azevedo Bessa, que aceitaram a orientação deste trabalho. Sem os seus preciosos conhecimentos, aconselhamentos e definição dos objetivos a atingir, este trabalho não passaria de um projeto. A Professora Doutora Isabel Cristina dos Guimarães Sanches e Sá e a Professora Doutora Paula Virgínia de Azevedo Bessa criaram as condições para que a dissertação fosse ganhando forma e conhecesse um fim. O seu encorajamento, empenho e profissionalismo merecem um reconhecimento particular da minha parte.

Agradeço ao Tesouro-Museu da Sé de Braga, na pessoa da Dr.^a Fernanda Barbosa, as informações, referências bibliográficas, cedência de imagens e toda a disponibilidade que demonstrou em tudo o que me foi necessário. Foi um apoio fundamental para prosseguir este trabalho.

Agradeço a colaboração do Museu Château de Chantilly, em particular a Nicole Garnier, por toda a informação que me forneceu sobre a valiosa custódia de D. Diogo de Sousa que se encontra na coleção deste Museu, em França.

Devo um agradecimento à Biblioteca Pública de Braga e ao Arquivo Distrital de Braga, pelos serviços que me prestaram e que me permitiram aceder a todas as informações que consegui recolher nos diversos documentos e bibliografia que aí consultei. Nestas instituições, agradeço em particular à Dr.^a Sandra Meneses.

Agradeço a todos os funcionários da Biblioteca da Universidade do Minho pelo seu ótimo desempenho na sua atividade bibliotecária que muito beneficiou o meu trabalho de investigação.

Ao Hélder Carvalho agradeço por se manter sempre a par da evolução do trabalho e ter sempre uma palavra de incentivo, disponibilizando-se para qualquer tipo de ajuda. Ao André Rocha agradeço a amizade e todas as nossas conversas e momentos de convívio, que me fizeram crescer em vários aspetos. A todos os meus amigos e pessoas que fazem parte da minha vida, que, não estando a fazer trabalhos de investigação, nunca deixaram de me transmitir palavras de apoio.

Finalmente, não quero esquecer, um afetuoso agradecimento à minha irmã Soraia pelas suas opiniões sempre válidas.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem como objeto de estudo o mecenato de bens móveis do arcebispo de Braga D. Diogo de Sousa. Centraremos a nossa atenção nas doações de vários tipos de bens móveis que este arcebispo fez à Sé de Braga, à sua capela funerária, e na doação de prata a D. João III como auxílio para a compra das Molucas, tudo isto enquanto arcebispo da arquidiocese de Braga, entre 1505 e 1532, ano em que faleceu.

Numa primeira parte deste trabalho, analisaremos o estado dos conhecimentos sobre estas doações de D. Diogo de Sousa até ao momento em que iniciámos a nossa própria investigação sobre esta questão. No entanto, a revisão bibliográfica que fizemos contemplou vários aspetos, visto que o arcebispo desenvolveu importante atividade em vários campos. cremos que, para se compreenderem as aquisições e mecenato de D. Diogo de Sousa, é necessário tentar conhecer a vida do arcebispo. A historiografia que se debruçou sobre a vida de D. Diogo fala-nos da sua formação académica, das suas estadias em Itália, onde privou com as mais altas figuras da Cúria papal, o que, provavelmente, o inspirou na forma como assumiu o seu papel como arcebispo e também nas transformações que promoveu na catedral e na própria cidade de Braga. cremos, portanto, que as aquisições e doações de bens móveis por parte do arcebispo de Braga D. Diogo de Sousa devem ser enquadradas no conjunto mais vasto das ações que desenvolveu durante a sua vida. Na primeira parte da dissertação explanaremos também a metodologia de investigação que seguimos, assim como as fontes consultadas, entre as quais se contam as que se revelaram mais relevantes para este estudo, ou seja, o *Memorial das obras que D. Diogo de Sousa mandou fazer*, os Inventários da Sé de Braga e Cartas trocadas entre o arcebispo e o rei D. João III.

Numa segunda parte, trataremos do objetivo primordial e central deste trabalho que foi perceber a importantíssima ação mecenática de D. Diogo de Sousa em benefício da Sé de Braga, em particular, as suas doações à Catedral e, mais tarde, à sua capela funerária, de alfaías litúrgicas, paramentos e livros, que quis que fossem valiosos, e tentaremos compreender as suas funções enquanto peças indispensáveis à liturgia. Como já dissemos quando nos referimos à revisão bibliográfica à qual procedemos, cremos que para se compreenderem as aquisições e mecenato de D. Diogo de Sousa é necessário tentar conhecer a vida do arcebispo, integrando as suas doações no contexto da sua vida e do seu modo de entender as suas responsabilidades enquanto arcebispo e Senhor de Braga; assim, abordaremos brevemente alguns dos seus aspetos biográficos, bem como a historiografia que os refere, lembraremos algumas mudanças e obras na Catedral e na cidade e as relações com os monarcas portugueses, do que é sinal a doação de prata a D. João III para comprar as Molucas. Por outro lado, pretendemos compreender a importância das peças doadas mas também a necessidade de tais oferendas. Daremos atenção ao papel representado por estes objetos litúrgicos nas cerimónias religiosas bem como a sua importância enquanto património enriquecedor da catedral. Olharemos as peças doadas enquanto objetos artísticos, mas também enquanto peças que desempenhavam funções e que, tratando-se de peças ricas, certamente, enobreciam o culto religioso. Todo o objeto litúrgico ou paramento tem uma função própria, mas tudo indica que o Arcebispo teve também a intenção de criar um aparato cénico nas celebrações religiosas do seu tempo.

Ao ver-se confrontado com um pedido régio de ajuda para a compra das Molucas, D. Diogo de Sousa respondeu oferecendo 90 peças de prata. A análise das referidas peças, atendendo ao seu propósito, permitiu-nos perceber que se tratava de um conjunto de peças da casa do arcebispo, servindo a sua mesa e, muito provavelmente, acompanhando-a como peças de aparato. cremos que esta conclusão é uma das novidades deste trabalho de investigação. Tentaremos também comparar tipologias destas peças com as que serviam na mesa do próprio rei.

ABSTRACT

This dissertation focuses on donations by the archbishop of Braga, D. Diogo de Sousa (1505-1532).

Firstly, I will present the documentary sources I used, the methods followed in my research and a commentary on the historiography on D. Diogo de Sousa.

I felt the need to understand D. Diogo de Sousa's donations to Braga's cathedral, to his funerary chapel and to the king D. João III within the wider context of his life and multifaceted actions as archbishop and Lord of Braga. Therefore, one chapter is dedicated to D. Diogo's life and another to the urban changes he promoted, as well as to some of the architectural and artistic works he commanded.

I will then tackle the donations of liturgical objects, textiles and books to the cathedral and to his funerary chapel.

Finally, I will consider the large donation of silver by the archbishop to the king D. João III. I believe this dissertation is the first research work to conclude that what D. Diogo de Sousa gave to the king was the silver used at his own house, in particular, the silver used at his table. This allows us to compare the types of pieces that D. Diogo used at his table with what was used in royal and courtly circles.

ÍNDICE

DEDICATÓRIA.....	iii
AGRADECIMENTOS.....	v
RESUMO	vii
ABSTRACT.....	ix
ÍNDICE	xi
ÍNDICE DE IMAGENS	xiii
ÍNDICE DE QUADROS	xiii
ABREVIATURAS.....	xv
ABREVIATURAS da BÍBLIA.....	xv
CAPÍTULO I	1
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. ESTRUTURA DO TRABALHO	3
3. FONTES, PROBLEMAS E METODOLOGIA.....	4
4. HISTORIOGRAFIA SOBRE D. DIOGO DE SOUSA	11
CAPÍTULO II - O ARCEBISPO D. DIOGO DE SOUSA.....	23
1. D. DIOGO DE SOUSA.....	23
CAPÍTULO III - OBRAS DA RESPONSABILIDADE DE D. DIOGO DE SOUSA.....	33
1. OBRAS DA RESPONSABILIDADE DE D. DIOGO DE SOUSA: URBANISMO, ARQUITETURA E OUTRAS OBRAS ARTÍSTICAS	33
2. OBRAS DA RESPONSABILIDADE DE D. DIOGO DE SOUSA: SÉ CATEDRAL.....	38
CAPÍTULO IV - AS DOAÇÕES DE D. DIOGO DE SOUSA	43
1. IMPORTÂNCIA DOS OBJETOS LITÚRGICOS NA CELEBRAÇÃO DA MISSA	43
2. OURIVESARIA	47
2.1 MATERIAIS E TÉCNICAS.....	50
2.2 OBJETOS E ICONOGRAFIA	53
2.2.1 OBJETOS RELACIONADOS COM A EUCARISTIA	54
2.2.2 INSÍGNIAS EPISCOPAIS	59
2.2.3 INSTRUMENTOS DE MÚSICA LITÚRGICA.....	61
2.2.4. CRUZ.....	61
2.2.5. MÓVEIS RELIGIOSOS	64
2.2.6. OBJETOS RELACIONADOS COM A ABLUÇÃO E A ASPERSÃO	65
2.2.7. OBJETO DE DEVOÇÃO	68
2.2.8. OBJETOS RELACIONADOS COM O INCENSO	70
2.2.9. OUTROS.....	72

3.	PARAMENTOS E OUTROS TÊXTEIS.....	73
3.1	AS PEÇAS.....	75
3.2	COR E LITURGIA.....	76
3.3	TIPOLOGIAS DE PARAMENTOS.....	77
3.3.1	VESTES INTERIORES.....	79
3.3.2.	VESTES EXTERIORES.....	79
3.3.3	ACESSÓRIOS TÊXTEIS NÃO INCLUÍDOS NO VESTUÁRIO.....	82
3.4	ICONOGRAFIA.....	85
3.5	ANÁLISE DO FRONTAL DA SÉ.....	87
4.	LIVROS LITÚRGICOS.....	92
5.	A CAPELA DE JESUS DA MISERICÓRDIA E O TESTAMENTO DE D. DIOGO DE SOUSA.....	95
6.	CRONOLOGIA DAS DOAÇÕES.....	98
7.	HERÁLDICA.....	99
	CAPITULO V – PRATA DA CASA.....	101
1.	D. DIOGO DE SOUSA E A PRATA DE CASA OFERECIDA A D. JOÃO III.....	101
2.	A QUESTÃO DAS MOLUCAS.....	101
3.	TIPOLOGIA DA PRATA DE CASA DE D. DIOGO DE SOUSA.....	103
3.1	TALHERES.....	104
3.2	OBJETOS RELACIONADOS COM A ABLUÇÃO.....	105
3.3	OBJETOS PARA CONTER LÍQUIDOS.....	106
3.4	OBJETOS PARA SEREM COLOCADOS SOBRE A MESA.....	107
4.	A PRATA DE CASA - ASPETOS ICONOGRÁFICOS.....	109
5.	A PRATA DE CASA DOADA POR D. DIOGO DE SOUSA E A MESA DO REI.....	112
	CAPÍTULO VI.....	115
	CONCLUSÃO.....	115
	FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	117
	FONTES DOCUMENTAIS.....	117
	FONTES ICONOGRÁFICAS.....	117
	FONTES IMPRESSAS.....	117
	BIBLIOGRAFIA.....	122
	SITES.....	134

ÍNDICE DE IMAGENS

Ilustração 1 - Frontispício da Sé de Braga	40
Ilustração 2 - Pia Batismal.....	41
Ilustração 3 - Cálice de D. Diogo de Sousa	56
Ilustração 4 - Predela ou Pedra de Ara.....	69
Ilustração 5 - Os doze Apóstolos que constituem o Frontal de Altar	91

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Objetos relacionados com a Eucaristia	59
Quadro 2 - Insígnias episcopais.....	60
Quadro 3 - Instrumentos de música litúrgica.....	61
Quadro 4 - Cruzes.....	64
Quadro 5 - Móveis Religiosos.....	65
Quadro 6 - Objetos relacionados com a ablução e a aspensão.....	66
Quadro 7 - Objetos relacionados com a Iluminação	68
Quadro 8 - Objeto de Devoção.....	70
Quadro 9 - Objetos relacionados com o incenso	72
Quadro 10 - Outros	72
Quadro 11 - Vestes litúrgicas e seus acessórios.....	79
Quadro 12 - Acessórios do Altar	82
Quadro 13 - Outros acessórios do Mobiliário Religioso	83
Quadro 14 - Livros Litúrgicos.....	92
Quadro 15 - Execução do Testamento, Ornamentos entregues à capela de Jesus da Misericórdia em 1533 .96	
Quadro 16 - Talheres	105
Quadro 17 - Objetos relacionados com a ablução	106
Quadro 18 - Objetos para conter líquidos.....	107
Quadro 19 - Objetos para serem colocados sobre a mesa.....	108

ABREVIATURAS

A.D.B. – Arquivo Distrital Braga

A.N.T.T. – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

C.S.D.S. – Constituições Sinodais de D. Diogo de Sousa

Gav. – Gaveta

I.P.M – Instituto Português dos Museus

Liv. Livro

M.N.A.A. – Museu Nacional de Arte Antiga

P.N.A. – Palácio Nacional da Ajuda

R.G. – Registo Geral

v. – Verso

ABREVIATURAS da BÍBLIA

1Cr – Coríntios

1Rs - Reis

2Cr - Coríntios

Ap – Apocalipse

Ef – Efésios

Est - Ester

Ex – Êxodo

Gn – Génesis

Jo – João

Jz - Juízes

Lc – Lucas

Lv - Levítico

Mc – Marcus

Mt – Mateus

Pr - Provérbios

Sl – Salmos

Zc - Zacarias

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado de Património e Turismo Cultural que se apresenta ao Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho tem como principal objeto de estudo as doações de bens móveis à Sé de Braga e, mais tarde, à sua capela funerária, pelo arcebispo de Braga D. Diogo de Sousa (cargo que assumiu entre 1505, data da sua entrada na cidade, e 1532, data do seu falecimento), assim como a sua doação da prata ao rei D. João III como auxílio ao monarca português para a resolução da questão das Molucas. Embora o título não se refira a estas doações, consideraremos importante incluir estas neste trabalho como parte de uma mais vasta ação deste prelado que incluiu também alterações no complexo catedralício e na própria cidade.

D. Diogo de Sousa é, incontornavelmente, uma das personagens marcantes dos finais do século XV e inícios do século XVI em Portugal. Com uma carreira notável, quer a nível eclesiástico, quer na política externa portuguesa (participação nas embaixadas de obediência ao papa Alexandre VI e Júlio II), acabando, segundo a vontade do rei D. Manuel I, por ascender ao arcebispado de Braga em 1505.

Neste arcebispado teve um papel fulcral. Efetuou um conjunto de reformas, as quais abrangeram uma importante ação organizativa, administrativa e pastoral na arquidiocese, reunindo Sinodo logo após a sua entrada em funções e fazendo publicar Constituições Sinodais. D. Diogo desenvolveu ainda um notável conjunto de obras no complexo catedralício. Sendo, para além de arcebispo da arquidiocese de Braga, Senhor da Cidade (e seu termo), promoveu alterações na cidade, definindo um novo rumo na sua história urbanística. Torna-se, portanto indispensável compulsarmos os dados conhecidos sobre a vida do arcebispo para podermos compreender a sua ação como mecenas.

Ao examinarmos as mudanças na cidade devemos compreender as mutações que esta sofreu pela influência do prelado. As alterações na cidade são, um dos pontos essenciais da intervenção do arcebispo enquanto ocupava a cadeira episcopal. No seu tempo criaram-se novas

ruas, praças e infraestruturas de apoio aos habitantes. Nos finais da sua vida, desenvolveu ainda o projeto de criação de um Colégio das Artes. Mas a ação de D. Diogo de Sousa incluiu também a dotação de um vasto património móvel à Sé de Braga e, mais tarde, à sua capela funerária que deveria servir também a recém-criada Misericórdia.

Os monarcas portugueses deste tempo, D. Manuel I e D. João III, compreenderam as suas competências e recorreram ao arcebispo como conselheiro e em casos de necessidade, como aconteceu com o envio de estudantes para o estrangeiro¹ ou no caso da compra das Molucas.

O nosso objeto de estudo centra-se nas doações de bens móveis por parte do arcebispo D. Diogo de Sousa, numa tentativa de compreendermos a cultura material² que espelham. Para a Sé de Braga e, mais tarde, para a sua capela funerária, as suas doações foram essencialmente peças de uso litúrgico (por exemplo, alaias litúrgicas, paramentos e livros). Este património, para além do seu elevado valor monetário, representava também um espólio de valor artístico, apresentando interessantes escolhas iconográficas e qualidades estéticas. Desta forma, e tendo-se perdido quase todas as doações de D. Diogo de Sousa, é pertinente estudar singularmente as descrições de que dispomos dessas peças e compreender a sua utilização enquanto peças integradas no culto religioso, sobretudo as alaias litúrgicas, os paramentos e os livros. A paramentaria, muitas vezes usando materiais de alto preço, estava também sujeita a regras relacionadas com as cerimónias a que se destinava, como quem as usava e ao tempo litúrgico que determinavam as suas cores e tipologias.

D. Diogo de Sousa, desde que ascendeu ao arcebispado de Braga, sempre defendeu a sua jurisdição contra interferências externas, principalmente a dos monarcas, o que ocasionou alguns momentos de tensão. No entanto, os monarcas sabiam que este prelado era um fiel súbdito, e, portanto, recorriam aos seus conselhos e, por vezes, solicitavam-lhe auxílio económico. A carta enviada por D. João III a pedir um empréstimo dez mil cruzados para comprar as Molucas demonstra bem este aspeto. O arcebispo, não possuindo tal quantia, enviava-lhe noventa peças novas de prata. Esta prata deve ter sido derretida, mas com a descrição que

¹ D. João III pretendia enviar estudantes para o estrangeiro, pedindo auxílio monetário a D. Diogo de Sousa. Em resposta o arcebispo envia uma carta ao Rei a 21 de setembro de 1527, alegando era preferível fundar um colégio em Portugal a enviar estudantes para fora.

Documento: *T.T., Corpo Cronológico I Parte, documento 96, (Ests- XVI-XVIII). Publicado por: COSTA, Avelino Jesus da, 1990, "D. Diogo de Sousa, Novo Fundador de Braga e Grande Mecenaz da Cultura", in Homenagem à Arquidiocese Primaz nos 900 anos da Dedicção da Catedral – 4-5 de maio de 1990, pp. 76-81.*

² Para complementar a informação sobre cultura material ver BRAUDEL, Fernand, 1992, *Civilização Material, Economia e Capitalismo (séculos XV-XVIII)*, vol. 1, tradução de Telma Costa, Lisboa, Teorema.

temos das peças enviadas (certidão com a sua descrição para mais tarde D. João III efetuar o respetivo pagamento), é possível fazer uma reconstituição e análise desse conjunto de objetos.

Esta Dissertação termina com uma Conclusão, na qual faremos considerações finais e apresentaremos um sumário dos resultados da investigação a que procedemos neste estudo.

Finalmente, o Anexo I desta dissertação reúne um conjunto de tabelas, apresentando todos os dados que pudemos compilar relativamente a cada uma das peças doadas e reparadas que foram inventariadas, quer no *Memorial das obras que D. Diogo de Sousa mandou fazer*, quer nos Inventários da Sé de Braga. Devemos, no entanto, alertar para o fato de que a informação apresentada nessas tabelas não é tão completa quanto desejaríamos, uma vez que as descrições das peças nesses documentos são muitas vezes sumárias e não referem todos os aspetos sobre os quais gostaríamos de poder dispor de informação.

No Anexo II apresentamos um registo fotográfico das peças ainda existentes e que integravam o vasto património legado por D. Diogo de Sousa e que estudámos.

2. ESTRUTURA DO TRABALHO

No primeiro capítulo, apresentaremos o tema deste trabalho, os seus objetivos e desígnios, o estado dos conhecimentos sobre o nosso objeto de estudo antes de iniciarmos o nosso próprio trabalho de investigação e a metodologia de trabalho que seguimos. Neste capítulo refletiremos também sobre a historiografia relativa à vida e atuação do arcebispo de Braga D. Diogo de Sousa.

O capítulo seguinte é dedicado à vida do arcebispo de Braga D. Diogo de Sousa. Ao reunir dados biográficos de D. Diogo de Sousa, pretendemos compreender em que circunstâncias chegou a Braga e de que forma exerceu as suas responsabilidades enquanto arcebispo e Senhor da dita cidade.

Posteriormente, lembraremos as mudanças que D. Diogo fez na cidade e as conceções sobre o espaço urbano de que são espelho. Daremos também atenção às obras que mandou fazer catedral.

No capítulo mais extenso, pretendemos identificar as diferentes peças doadas por D. Diogo de Sousa à Catedral. Procuraremos relacionar as peças entre si, o valor e as intenções de tais doações, e, também, compreender quais as funções desempenhadas pelas peças no culto.

No capítulo seguinte, analisaremos a prataria doada a D. João III. Uma das conclusões a que chegámos – à qual ainda não tinha sido dada atenção – é de que se trata de um conjunto de peças de prata da casa do arcebispo. Enquanto, a prata doada à catedral e à capela funerária de D. Diogo é de carácter religioso, a prata doada a D. João III ou é prata de função utilitária, para servir a mesa do arcebispo, ou prata de aparato, para a acompanhar.

Concluiremos o trabalho com as considerações finais e com uma sùmula ponderada das reflexões resultantes da nossa investigação. Daremos ênfase aos aspetos fulcrais do trabalho, merecedores de uma reflexão final.

De forma a sustentar a dissertação, apresentaremos dois volumes de Anexos (I e II). Nestes dois volumes anexos incluiremos tabelas relativas às peças constantes no *Memorial* e nos vários *Inventários* estudados, quadros com dados estatísticos e informações relativas aos brasões e imagens colocados na cidade pelo arcebispo.

3. FONTES, PROBLEMAS E METODOLOGIA

Como anteriormente foi referido, desde que o arcebispo D. Diogo de Sousa ascendeu a prelado bracarense executou um vasto programa de reformas e mudanças, atuando como mecenas no âmbito da arquidiocese. Por estes motivos, é um dos arcebispos bracarense que, ao longo dos tempos, suscitou considerável número de estudos. Contudo, até hoje, o estudo do seu legado revela-se mais focado na sua encomenda arquitetónica, escultórica, pictórica e urbanística.

De acordo com Mons. José Augusto Ferreira³, o arcebispo bem merecia uma extensa monografia e, mais recentemente, Rui Maurício⁴ constatou que existe uma surpreendente, e de todo injustificada, ausência de um trabalho de conjunto dedicado às obras empreendidas pelo

³ FERREIRA, Mons. J. Augusto, 1931, *Fastos episcopais da Igreja Primacial de Braga*, Tomo II, p. 367.

⁴ MAURÍCIO, Rui. 2000, *O mecenato de D. Diogo de Sousa, Arcebispo de Braga (1505-1532): urbanismo e arquitetura*, I volumes, p. 15.

magnífico prelado. Na verdade, não podemos considerar que exista um estudo profundo da ação mecénica do arcebispo mas antes uma panóplia de pequenas publicações, muitas de grande valor científico, e que contribuem para o estudo desta figura eclesiástica.

As fontes documentais nas quais baseamos o nosso trabalho de investigação foram sobretudo as descrições de peças incluídas no *Memorial das obras que D. Diogo de Sousa mandou fazer*⁶, os Inventários do Tesouro da Sé Primacial (1589⁷, 1645⁸ e 1761⁹), e a carta de 8 de maio de 1529¹⁰, na qual estão descritas as noventa peças oferecidas ao rei D. João III como contributo para comprar as Molucas. Estas são as principais fontes de que nos servimos e que já se encontravam publicadas; são um valioso instrumento para conhecer a riqueza das doações de D. Diogo de Sousa. Só através do *Memorial* e dos Inventários do Tesouro da Sé podemos ficar a conhecer as ofertas e o mecenato praticado pelo arcebispo. Um dos grandes obstáculos com que nos defrontamos neste estudo foi a falta da esmagadora maioria das peças descritas nas fontes documentais referidas; na verdade, as peças que chegaram até nós foram muito poucas. Só estas fontes escritas nos permitem conhecer a extensão das dádivas do arcebispo.

De forma a conhecermos as obras ordenadas pelo arcebispo na catedral e na cidade, a única fonte documental a que recorreremos foi o *Memorial das obras que D. Diogo de Sousa mandou fazer*.

Para o estudo da prata da casa do arcebispo baseamo-nos na carta de 8 de maio de 1529, na qual estão descritas as noventa peças oferecidas ao rei D. João III para comprar as Molucas.

Os *Inventários* estão organizados por categorias e os registos têm um carácter geral, na maioria das vezes contendo uma descrição mínima das peças, muitas vezes, não providenciando toda a informação de que gostaríamos de dispor. O mesmo acontece no *Memorial* e na referida carta. Em todas estas fontes os registos mais completos são os das peças de ourivesaria ou dos

⁵ O *Memorial* não está datado, sabe-se que foi escrito depois da morte de D. Diogo de Sousa pelo seu secretário, o cônego Tristão Luís. A sua realização data entre a morte do arcebispo e a do seu secretário, logo o memorial foi escrito entre 1532 e 1565.

⁶ A.D.B., Registo geral, 330, fls. 316-334v.

⁷ A.D.B., Registo geral, 351 (1589) publ. Avelino J. da COSTA, 1984, *A Biblioteca e o tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII*, pp. 101-162.

⁸ A.D.B., Registo geral, 350 (1645) publ. Avelino J. da COSTA, 1984, *A Biblioteca e o tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII*, pp. 163-214.

⁹ A.D.B., Registo geral, 353 (1761) publ. Avelino J. da COSTA, 1984, *A Biblioteca e o tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII*, pp. 215-283

¹⁰ A.D.B., Registo geral, 330 (1532-1565?) publ. Avelino de Jesus da COSTA, 1993, "D. Diogo de Sousa: novo fundador de Braga e grande mecenas da cultura", in *Homenagem à Arquidiocese Primaz nos 900 anos da Dedicção da Catedral*, pp. 98-117; FERREIRA, Mons. J. Augusto, 1931, *Fastos episcopais cit.*, pp. 485-508.

vasos sagrados; já para os paramentos, a descrição é, geralmente, pobre; para as vestes litúrgicas, não dispomos de preços e raramente se referem os tamanhos, ficamos apenas a saber que são ricamente ornamentadas, depreendendo-se que a sua aquisição deveria requerer avultados montantes.

Embora só possamos contar com a informação disponibilizada pelas fontes documentais citadas, tentaremos compreender e interpretar a aquisição destes objetos pelo arcebispo. É necessário refletir seriamente sobre a importância que cada peça tem no culto católico e como contribuem para criar um aparato cénico nas celebrações litúrgicas.

A envergadura da catedral não se deve medir exclusivamente pelo seu tamanho mas por dispor de elevado número de peças ao serviço da liturgia, que permitiam enobrecer o culto. Ricas alfaias e conjuntos de paramentos e de vestes litúrgicas permitiam criar um ambiente que, certamente, se pretendia que contribuísse para dignificar o culto. Aos diferentes tempos litúrgicos correspondem distintas peças e paramentos de diferentes cores. D. Diogo de Sousa, que contactou com toda a envolvência e aparato da Cúria Papal e das celebrações religiosas em Roma, quis, certamente, dotar a catedral de Braga com nobre sumptuosidade de modo a fazer *jus* ao seu título de *Primaz das Espanhas*.

A relação entre as celebrações e os ornamentos foi sendo regulamentada ao longo de séculos e é parte das vivências da Igreja mas, no campo dos estudos sobre cultura material ou de História da Arte, não parece ter suscitado grande interesse. Desconhecemos qualquer trabalho que trate globalmente a relação entre as diferentes cerimónias religiosas ao longo do calendário litúrgico e as alfaias, paramentos e vestes requeridas para cada uma e que condicionariam a atividade dos artistas/artesãos que as executavam.

Embora não conheçamos nenhum trabalho com esta natureza global para o caso português, o campo da ourivesaria em Portugal tem estado continuamente a ser explorado. Sobre este aspeto, foram-nos muito úteis os estudos de Reynaldo dos Santos (incluindo reflexões sobre ourivesaria no seu livro *Oito Séculos de Arte em Portugal*¹¹) e de João Couto (que se debruçou sobre questões importantes da ourivesaria em Portugal, publicando, quase no fim da sua vida, uma obra de síntese, em conjunto com António Manuel Gonçalves, *A Ourivesaria em Portugal*¹²).

¹¹ SANTOS, Reynaldo dos, 1970, *Oito séculos de arte portuguesa: história e espírito*, 3 Vols, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade.

¹² COUTO, João e GONÇALVES, António M., 1969, *A Ourivesaria em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte.

Creemos que, neste campo dos estudos sobre ourivesaria portuguesa, tem especial relevância o trabalho desenvolvido por Nuno Vassallo e Silva que nos dá um valioso contributo para o conhecimento da definição e evolução da produção de ornamentos em metais preciosos para as celebrações religiosas (por exemplo, com a sua tese de doutoramento, *A ourivesaria entre Portugal e a Índia, do século XVI ao século XVIII*¹³, ou em outros estudos como *Artes decorativas na época dos descobrimentos*¹⁴, *Ourivesaria no período Manuelino*¹⁵, *A ourivesaria no período Manuelino*¹⁶ e *A ourivesaria como “micro-arquitetura”*¹⁷). Gostaríamos também de destacar a tese de doutoramento em História da Arte Portuguesa de Ana Sousa, *Tytolo da prata (...), do arame, estanho e ferro (...), latam cobre e cousas meudas... Objetos litúrgicos em Portugal (1478-1571)*¹⁸, que nos permitiu comparar objetos existentes no espaço português dos fins do século XV e do século XVI estudados por esta investigadora e os que foram doados por D. Diogo de Sousa.

Relativamente aos paramentos, podemos, talvez, afirmar que estes são os “parentes pobres” no campo dos estudos sobre peças litúrgicas, o que não se justifica pelo seu valor, pois muitos são ricamente ornamentados e sabemos, com base em outros tipos de documentação conhecida, que podiam ser de muito elevado preço. Contamos, no entanto, com o meticoloso estudo de Teresa Alarcão e José Alberto Seabra Carvalho, *Imagens em paramentos bordados século XIV a XVI*¹⁹, reunindo um vasto leque de imagens de paramentaria que nos foi muito útil por, ao longo do nosso estudo, o podermos usar para tentar encontrar paralelos entre os paramentos reportados por Teresa Alarcão e José Alberto Seabra de Carvalho e os doados pelo arcebispo, alvo do nosso estudo. A obra destes dois autores foi muito importante no percurso e desenvolvimento do nosso trabalho. Na verdade, tomando-o como referência, cremos ter podido desmistificar a cronologia de algumas das peças que têm sido atribuídas ao mecenato de D. Diogo de Sousa, mas que acreditamos serem de séculos posteriores. No campo dos estudos

¹³ SILVA, Nuno Manuel Veiga Vassallo e, 2005, “*E muy rica prata fina, de bestiães bem lavrados*”. *A ourivesaria entre Portugal e a Índia, do século XVI ao século XVIII*, Coimbra, Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras /Universidade de Coimbra, Coimbra, (ed. policopiada).

¹⁴ SILVA, Nuno Vassallo e, 2009, “Artes decorativas na época dos descobrimentos”, in *Arte portuguesa da pré-história ao século XX*, volume 8, coord. Dalila Rodrigues, s.l., Fubu editores, pp. 133-138.

¹⁵ SILVA, Nuno Vassallo e, 1995, “A ourivesaria no período manuelino” Do “Modo” Gótico ao Maneirismo”, in *História da Arte Portuguesa*, V Volume, dir. Paulo Pereira, s.l., Círculo de Leitores, pp. 9-25.

¹⁶ SILVA, Nuno Vassallo e, 1995, “A ourivesaria no período Manuelino” in *História da Arte Portuguesa*, Vol. 2, dir. Paulo Pereira, Lisboa, Temas e Debates, pp. 181-197

¹⁷ SILVA, Nuno Vassallo e, 1995. “A ourivesaria como “micro-arquitetura”, “Do “Modo” Gótico ao Maneirismo”, in *História da Arte Portuguesa*, II Volume, dir. Paulo Pereira, s.l., Círculo de Leitores, pp. 90-101.

¹⁸ SOUSA, Ana, 2010, *Tytolo da prata (...), do arame, estanho e ferro (...), latam cobre e cousas meudas... Objetos litúrgicos em Portugal (1478-1571)*, Tese de Doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, (ed. policopiada).

¹⁹ ALARCÃO, Teresa; CARVALHO, José, 2003, *Imagens em Paramentos bordados séculos XIV a XVI*, Lisboa, IPM.

sobre paramentaria podemos também contar com vários estudos sobre espólios específicos elaborados por Manuela Pinto da Costa²⁰.

Para o estudo da prata da casa de D. Diogo de Sousa e dos objetos que a compunham, foram para nós da maior importância um conjunto de livros de que são exemplos *A mesa dos Reis de Portugal*²¹, *Artes da Mesa em Portugal*²² e, de Isabel Drumond Braga, os dois estudos *Do primeiro almoço à ceia, Estudos de História da Alimentação*²³ e *Arte nova e curiosa para conserveiros, e copeiros e mais pessoas que se ocupam em fazer doces e conservas com frutas de várias qualidades e outras muitas receitas particulares da mesma arte*²⁴.

Para a compreensão da missa e do ritual da celebração católica foi fundamental a consulta do livro de Boulenger, *Constituição Sacrosanctum Concilium: a Sagrada Liturgia, a Doutrina católica, meios de santificação litúrgica*²⁵, do Missal Romano²⁶, as decisões do Concílio VATICANO II²⁷ e da Bíblia Sagrada²⁸, sem os quais seria impossível compreendermos a iconografia das peças litúrgicas, uma vez que, geralmente, os objetos doados por D. Diogo à catedral e à sua capela funerária (e, mesmo, muita da prata de sua casa) têm representações de episódios bíblicos. Foi de grande utilidade para nós o *Thesaurus. Vocabulário de objetos de culto católico*²⁹, dicionário de objetos usados no culto católico, que nos permitiu classificar as peças de uma forma mais uniforme.

De facto, todas as publicações atrás referidas foram para nós de extrema importância, permitindo-nos perceber e confrontar as informações fornecidas nas fontes sobre os objetos doados por D. Diogo de Sousa com informações sobre objetos semelhantes disponibilizadas nos estudos citados. Na verdade, o confronto entre as peças referidas nos estudos citados e as

²⁰ COSTA, Manuela Pinto da, 2004, "Glossário de termos têxteis e afins", in *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património, I Série vol. III*, Porto, FLUP, pp.137-161; COSTA, Manuela Pinto da, 2003, "Paramentos e ornamentos da igreja paroquial de Lordelo do ouro – Porto inventário e conservação preventiva", in *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património, I Série vol. II*, Porto, FLUP, pp. 575-590.

²¹ BUESCU, Ana Isabel e FELISMINO, David, coord., 2011, *A mesa dos reis de Portugal, Ofícios, consumos, cerimónias e representações (século XIII-XVIII)*, Lisboa, Circulo de Leitores.

²² VASCONCELOS E SOUSA, Gonçalo, 2002, *Artes da Mesa em Portugal do século XVIII ao XXI*, Porto, s.e..

²³ BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, 2004, *Do primeiro almoço à ceia. Estudos de História da Alimentação*, Sintra, Colares Editora.

²⁴ BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, 2004, *Arte nova e curiosa para conserveiros, e copeiros e mais pessoas que se ocupam em fazer doces e conservas com frutas de várias qualidades e outras muitas receitas particulares da mesma arte*, Sintra, Colares Editora.

²⁵ BOULENGER, 1941, *Doutrina católica, meios de santificação litúrgica*, Terceira parte, Lisboa, União gráfica.

²⁶ INSTRUÇÃO GERAL DO MISSAL ROMANO, 2002, Tradução portuguesa para o Brasil da separata da terceira edição típica preparada sob os cuidados da Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, Roma, s.e..

²⁷ VATICANO II, Concílio, Constituição Sacro sanctum Concilium: A Sagrada Liturgia

²⁸ BÍBLIA SAGRADA, 2 vols, 1999, Barcelona, Ediclube.

²⁹ GUEDES, Natália Correia (Coord.), *Thesaurus. Vocabulário de objetos de culto católico*, 2004, Vila Viçosa, Edição Fundação da Casa de Bragança.

descrições das peças oferecidas por D. Diogo permitiu-nos compreendê-las no contexto das produções realizadas no período cronológico em consideração no nosso estudo (1505-1532).

Até este momento apresentamos as fontes documentais e bibliografia de que nos servimos para tratar os pontos-chave do nosso trabalho. Porém, sentimos necessidade de alargar o âmbito da nossa investigação, de compreender os contornos da vida do arcebispo D. Diogo de Sousa, em que circunstâncias chegou à cidade de Braga e quais as suas possíveis ambições. Sem esta compreensão não entenderíamos como o arcebispo sente necessidade de dotar a Sé de um vasto conjunto peças e pretende transformar Braga na “Roma portuguesa”. Sentimos necessidade de fazer uma resenha da vida do arcebispo. Para isso, a bibliografia que usámos foi submetida a uma análise atenta, uma vez que a vida de D. Diogo de Sousa foi alvo de estudos de vários autores, dispersos em diversas publicações.

Neste campo, merecem particular destaque os estudos biográficos de D. Rodrigo da Cunha (*Catálogo dos Bispos do Porto*³⁰ e a *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*³¹), de D. Jerónimo Contador de Argote, *Memórias para a história eclesiástica do arcebispado de Braga Primaz das Hespanhas* (1744)³², de Monsenhor José Augusto Ferreira (*Fastos episcopais da Igreja Primacial de Braga*³³ e *Memórias archeologico-históricas da cidade do Porto*³⁴) e do Professor Avelino de Jesus da Costa (particularmente, *D. Diogo de Sousa: novo fundador de Braga e grande mecenas da cultura*³⁵), considerado por Rui Maurício o único estudo revelador sobre o prelado. Estes autores fornecerem informações fundamentais para coligirmos dados biográficos sobre o arcebispo. Qualquer um destes estudos se constitui como importante fonte de informação; todavia, recorreremos a outras peças bibliográficas não menos relevantes.

Rui Maurício, na sua dissertação de mestrado, *O mecenato de D. Diogo de Sousa, Arcebispo de Braga (1505-1532): urbanismo e arquitetura*³⁶, deixa-nos um importante contributo sobre a vida do arcebispo e as obras por ele ordenadas na cidade. O segundo volume contém

³⁰ CUNHA, D. Rodrigo da, 1623, *Catálogo e Historia dos Bispos do Porto*, Porto, Impressor João Rodrigues.

³¹ CUNHA, D. Rodrigo da, 1989, *História eclesiástica dos Arcebispos de Braga e dos Santos e Varões Ilustres que floresceram neste Arcebispado, 1634-1635*, reprodução fac-similada com nota de apresentação de José Marques, 2 Vols, Braga, Oficinas Gráficas de Barbosa & Xavier, Limitada.

³² ARGOTE, D. Jeronymo Contador, 1734, *Memórias para a história Ecclesiastica do Arcebispado de Braga Primaz das Hespanhas*, Tomo II, Lisboa Occidental, Officina de Joseph António da Sylva

³³ FERREIRA, Mons. J. Augusto, 1935, *Fastos episcopais da Igreja Primacial de Braga (séc. III – séc. XX)*, *Obra ilustrada com os brasões dos Arcebispos desde o século XIV-XV*, 4 Tomos, Famalicão, Edição da Mitra Bracarense.

³⁴ Mons. J. Augusto FERREIRA, 1924, *Memorias archeologico-historicas da cidade do Porto: fastos episcopales e politicos; séc. VI - séc. XX*, 2 Volume, Porto, Editora Cruz.

³⁵ COSTA, Avelino Jesus da, 1990, “D. Diogo de Sousa Novo Cit.”, pp. 15-118.

³⁶ MAURÍCIO, Rui, 2000, *O mecenato de D. Diogo de Sousa, Arcebispo de Braga (1505-1532): urbanismo e arquitetura*, 2 vols, Leiria, Edições Magno.

transcrições importantes, como o testamento e os documentos relativos à execução do mesmo, documentação relevante para se poder fazer uma revisão das peças que deixou como oferta para a Sé e principalmente para a sua capela funerária, a Capela de Jesus da Misericórdia, quando falecesse, documentos que nos permitem conhecer o mecenato de D. Diogo de Sousa e o que tinha na sua capela palatina. O volume I do trabalho de Rui Maurício é bastante relevante para o estudo das mudanças na cidade quinhentista.

Também sobre as obras urbanísticas e de arquitetura ordenadas em Braga pelo arcebispo D. Diogo de Sousa é da maior relevância o estudo de Miguel Sopas de Melo Bandeira³⁷.

A leitura da tese de doutoramento da Doutora Paula Bessa, *Pintura Mural no Fim da Idade Média e Início da Idade Moderna no Norte de Portugal*³⁸, também nos foi útil, pois permitiu-nos aprofundar a compreensão de D. Diogo de Sousa quer como um grande encomendador de arte no Norte de Portugal, quer como personagem conhecedora da visão renascentista.

Foram ainda relevantes para o nosso estudo obras como *Évora Gloriosa*³⁹ redigida por Francisco Fonseca, a publicação de J. Silva Dias, *Braga e a cultura portuguesa do renascimento*⁴⁰, assim como o estudo do Marquês de São Paio⁴¹, estudos que expõem dados de relevo sobre os interesses de D. Diogo de Sousa.

D. Diogo de Sousa tem atraído a atenção de outros autores mas as obras que referimos foram as que se revelaram como mais relevantes para o nosso trabalho.

Como já referimos, ao analisar as doações do arcebispo, daremos atenção à prata oferecida ao rei D. João III como auxílio para a compra das Molucas. Geralmente é um assunto omissos ou pouco afluído nos estudos sobre o mecenato de D. Diogo de Sousa. Os levantamentos dos registos da prata presenteada ao rei encontram-se publicados integralmente por Avelino Jesus da Costa e por Rodrigo Vicente de Almeida. Estas doações serão estudadas em pormenor tal como as doações à Sé de Braga.

³⁷ BANDEIRA, Miguel Melo, 2000, "D. Diogo de Sousa, o urbanista", in *Sep. Bracara Augusta*, vol. XLIX (116), Braga, pp. 19-58.

³⁸ BESSA, Paula, 2007, *Pintura Mural no Fim da Idade Média e Início da Idade Moderna no Norte de Portugal*, Tese de Doutoramento em História da Arte apresentado ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, (ed. policopiada).

³⁹ FONSECA, Francisco, 1728, *Évora Gloriosa*, Roma, Officina Komarekiana

⁴⁰ DIAS, J. S. da Silva, 1972, "Braga e a Cultura Portuguesa do renascimento", in *Philosophica Conimbricensis*, Vol. I, Revista de Filosofia e Cultura Portuguesa, pp. 1-98.

⁴¹ PAYO, Marquês de São, 1946, "A Embaixada a Roma do Bispo do Porto D. Diogo de Sousa em 1505", in Separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. IX, fasc. 1-2, Porto, Edições Marânus.

Todo este trabalho seguirá uma metodologia própria. Tal como já dissemos, a investigação a que procedemos tem como base fontes documentais, o *Memorial das obras que D. Diogo de Sousa mandou fazer*, os três Inventários da Sé de Braga já referidos e a carta de 8 de maio de 1529. São estas fontes que nos fornecem informação sobre as doações do arcebispo D. Diogo de Sousa, a temática central desta dissertação.

Começámos por realizar tabelas incluindo todas as peças reportadas nessas fontes documentais.

Inicialmente, o principal objetivo deste nosso trabalho foi perceber como D. Diogo de Sousa modificou a catedral e a beneficiou com doações de peças riquíssimas para as celebrações religiosas. No entanto, e embora este seja o tema central desta dissertação, sentimos necessidade de compulsar os dados conhecidos sobre a vida do arcebispo e de refletir sobre a historiografia que a ele se refere.

4. HISTORIOGRAFIA SOBRE D. DIOGO DE SOUSA

Ao reunirmos quase toda a historiografia portuguesa relativamente ao arcebispo D. Diogo de Sousa, podemos afirmar que, atualmente, existem bastantes publicações, porém algumas destas revelam uma certa datação. Na maioria, os textos mais recentes referentes a D. Diogo de Sousa integram-se em atas de seminários ou em publicações periódicas.

Parece-nos que a historiografia sobre este prelado pode ser integrada em dois grandes grupos. O primeiro abarca o espaço temporal entre D. Diogo de Sousa e meados do século XX, o segundo grupo abrange o último quartel do século XX e inícios do XXI. Esta divisão em dois grupos é essencial para se compreenderem as diferenças entre as várias publicações sobre o arcebispo. As metodologias seguidas pelos autores são diferentes e os ideais que os regiam são bastante distintos. Existe uma considerável diferença entre a produção até meados do século XX e o que se publicou posteriormente.

As primeiras produções são da responsabilidade de autores eclesiásticos e pretendem manter viva a memória dos prelados bracarenses. Não duvidamos da credibilidade destes primeiros estudos sobre D. Diogo de Sousa, contudo não nos comunicaram nem as fontes nem

os métodos de recolha de informação em que se basearam. Com efeito, a história do arcebispo foi continuamente construída nestes moldes, por autores que reinterpretam as obras passadas acrescentando novas informações e não provocando um corte com os antigos.

Somente no último quartel do século XX nos deparamos com novos autores que rompem com o modo de fazer História de um passado que, como vimos, remontava ao século XVII. Surgem novas produções historiográficas bem distintas das antigas, revelando orientações diversas e métodos académicos contemporâneos. A crescente produção académica não elimina as antigas informações, serve-se delas e complementa-as com estudos rigorosos; são trabalhos que possuem um grande rigor científico. Aliados a estes trabalhos académicos, surgem publicações sobre D. Diogo de Sousa em revistas e referentes a simpósios e colóquios; estes são estudos sobre diversos campos de ação do arcebispo, geralmente, pequenos artigos.

Os primeiros compêndios publicados sobre o arcebispo D. Diogo de Sousa remontam ao século XVII, quase cem anos após a sua morte, ambos pela mão de D. Rodrigo da Cunha. Este arcebispo, com formação superior, ocupou a cátedra das dioceses do Porto, Braga e Lisboa, publicando a história das referidas dioceses, afirmando ser o primeiro que em Portugal intentou semelhante empresa.

O trabalho de D. Rodrigo da Cunha culminou em seis extensos livros, dois volumes para cada diocese, respetivamente sobre a diocese e os bispos do Porto (*Catálogo e História dos Bispos do Porto*, 1623), sobre os arcebispos de Braga (*História eclesiástica dos Arcebispos de Braga*, 1634 e 1635) e, relativamente à diocese de Lisboa, a *Historia ecclesiastica da Igreja de Lisboa: vida e acçoens de seus prelados, e varões eminentes em santidade, que nella florecerão*⁴². Estas publicações permitem-nos conhecer a história das dioceses e a vida dos seus prelados, numa sequência cronológica (desde o início da diocese e terminando com D. Rodrigo da Cunha). Quer no *Catálogo e história dos bispos do Porto*, quer na *História eclesiástica de Braga*, se faz uma exposição da vida e obra de D. Diogo de Sousa, quer enquanto bispo do Porto, quer enquanto arcebispo de Braga, seguindo uma sequência cronológica desde o nascimento, filiação, estudos, as embaixadas papais em que participou e obras executadas em cada diocese. Entre estas informações biográficas, D. Rodrigo da Cunha refere o papel de D. Diogo, enquanto bispo do Porto, na trasladação das relíquias de S. Pantaleão para a Sé do Porto

⁴² CUNHA, D. Rodrigo da, 1642, *Historia ecclesiastica da Igreja de Lisboa: vida e acçoens de seus prelados, e varões eminentes em santidade, que nella florecerão*, Lisboa, Manoel da Sylua.

(as santas reliquias se trouxerão pera a See esteve o sagrado corpo na igreja de S. Pedro de Miragaya⁴³), a recuperação do valor da cobrança da prata tomada por D. João I e as peças que D. Diogo legou à sé catedral do Porto (*um crucifixo de Prata, uma imagem de nossa Senhora e outra de S. João (...) e dois retábulos de prata (...) um pontifical perfeito, com dous frontais (...) fez o retábulo (...) comprou a cruz de prata (...) outra mitra*)⁴⁴.

Na *História eclesiástica dos Arcebispos de Braga*, como já foi referido anteriormente, D. Rodrigo da Cunha apresenta a biografia de D. Diogo e refere as obras na Sé de Braga (a primeira vez que visitou a sua Sé, advertiu ser “a capela-mor, (...) pequena para tão grande corpo (...) mandou fazer de novo o emadeiramento das três naves e cruzeiro”⁴⁵), na cidade e nos arrabaldes, concluindo que “bem podemos dizer que foi o Arcebispo D. Diogo propriamente o seu restaurador e reedificador, nas doações efectuadas no tesouro se não vê peça de preço ou estima, que não fosse dadiva sua e na defesa jurídica da cidade face ao monarca a jurisdição da cidade defendeu e conservou sempre com grande destreza”⁴⁶. Não obstante algumas falhas⁴⁷ que lhe são atribuídas relativamente a factos e datas, e embora tenha um entendimento do fazer História que lhe permite emitir opiniões e julgamentos de valor (*em nada foi inferior à grandeza (...) de D. Jorge da Costa*)⁴⁸, o texto de D. Rodrigo da Cunha relativamente à biografia de D. Diogo permite-nos ter um ponto de partida importantíssimo e que guiou outros investigadores que também estudaram D. Diogo de Sousa.

O Padre Francisco Fonseca, inspirado no Padre Manoel Fialho, edita *Évora gloriosa* em 1728. Este Padre da Companhia de Jesus, no capítulo *Évora, Pontifícia*, elabora a biografia de D. Diogo de Sousa por, alegadamente, ser um cidadão eborense. A biografia do prelado apresenta falhas consideráveis, como o possível erro no ano de nascimento e apresenta alguns juízos de valor. A par de várias biografias de D. Diogo de Sousa, esta refere os pontos principais da sua vida.

⁴³ CUNHA, D. Rodrigo da, 1989, *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga, Cit.*, p. 272.

⁴⁴ CUNHA, D. Rodrigo da, 1989, *História eclesiástica dos Arcebispos de Braga cit.*, p. 280.

⁴⁵ CUNHA, D. Rodrigo da, 1989, *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga, Cit.*, p. 295.

⁴⁶ CUNHA, D. Rodrigo da, 1989, *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga, Cit.*, p. 301.

⁴⁷ D. Rodrigo da Cunha admite certas falhas na produção, contudo não nos podemos esquecer que este arcebispo não era historiador e está ligado a instituição sobre a qual escreve. É claro em reconhecer as dificuldades em conseguir apurar a veracidade das informações pela distância temporal (ver prólogo da *História eclesiástica de Braga*). José Marques corrobora esta opinião na nota de apresentação da edição fac-similada da “*História eclesiástica de Braga*” afirmando que para ler corretamente D. Rodrigo da Cunha é importante ter presente que não era historiador mas um prelado que se dedicou inteiramente às suas dioceses.

⁴⁸ CUNHA, D. Rodrigo da, 1989, *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga, Cit.*, p. 287-288.

Igualmente, a leitura da *Série Chronologica dos prelados conhecidos da igreja de Braga desde a fundação da mesma igreja até ao presente tempo*⁴⁹, permite-nos conhecer a vida e obra dos prelados bracarenses desde os inícios da diocese e até 1830, ano da publicação da obra. A parte referente a D. Diogo de Sousa apresenta uma barra cronológica, na qual, e de uma forma sucinta, nos é descrita a vida do prelado, focando pontos essenciais na relação com os Papas e monarcas portugueses. O que é assinalado segue um modelo idêntico ao do que D. Rodrigo da Cunha havia exposto. Por fim, dá-se especial destaque ao tempo em que o arcebispo presidiu à arquidiocese de Braga e às obras que executou nesta diocese e cidade.

Monsenhor José Augusto Ferreira apresenta uma produção idêntica à de D. Rodrigo da Cunha mas á distância de três séculos. Este autor publica duas obras diferentes em que se refere a D. Diogo, *Memórias archeologico-históricas da cidade do Porto*, em 1929, composto por dois volumes referentes à diocese do Porto e os *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, cuja publicação em quatro tomos é iniciada em 1928, reportando-se ao período entre o século III e o século XX. Nos *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga* importa destacar o Tomo II, onde se inclui o capítulo referente à vida e obra de D. Diogo de Sousa. Deveremos referir, pela sua importância, o apêndice do Tomo II onde se encontra transcrito o *Memorial das obras de D. Diogo de Sousa*, a partir do original integrado no Livro 304 do Registo Geral, fls. 316-334, do Arquivo Distrital de Braga, cuja autoria é atribuída ao cônego Luís Tristão. Este *Memorial* é fulcral para se conhecerem as doações à Sé de Braga, as obras que aí mandou fazer e as alterações que o arcebispo promoveu na cidade.

Inseridos na publicação da Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga, Bracara Augusta, encontramos uma publicação de grande relevância sobre o arcebispo D. Diogo de Sousa. No volume XX – janeiro - junho de 1966, n° 43/44 (55-56), Américo da Costa Ramalho apresenta a relação entre D. Diogo de Sousa e Cataldo Sículo, num artigo intitulado *D. Diogo de Sousa e o introdutor do Humanismo em Portugal*⁵⁰. Neste texto o autor dá-nos a conhecer a amizade e a relação entre as duas personagens; Cataldo Sículo foi mestre de oratória de D. Diogo de Sousa, estabelecendo-se uma relação entre Cataldo e D. Diogo anterior à nomeação deste como prelado. A correspondência entre ambos encontra-se publicada no *Livro I das Epístolas*, publicado em 1500. A proximidade entre ambos arrefeceu quando Cataldo Sículo se

⁴⁹ *s/a*, 1830, *Série chronologica dos prelados conhecidos da Igreja de Braga, desde a fundação da mesma Igreja até o presente tempo*, Coimbra, Real Imprensa da Universidade.

⁵⁰ RAMALHO, Américo da Costa, 1966, “D. Diogo de Sousa e o Introdutor do Humanismo em Portugal”, in *Bracara Augusta*, vol. XX, fasc. 43-44 (55-56), Braga, pp. 5-23.

aproxima de uma casa senhorial pouco favorável a D. Diogo de Sousa. Esta publicação de Américo da Costa Ramalho contribui para compreendermos as ligações intelectuais que D. Diogo de Sousa manteve ao longo da sua vida e como sempre pretendeu apoiar as artes e as letras.

Pelas diferentes formas de orientação que o trabalho possui merece destaque o estudo do Cônego e Emérito Professor Catedrático da Universidade de Coimbra Avelino de Jesus da Costa. A sua obra principal sobre o arcebispo, *D. Diogo de Sousa, novo fundador de Braga e grande mecenas da cultura* resulta de uma conferência inserida na “*Homenagem à Arquidiocese Primaz nos 900 anos da Dedicção da Catedral*”⁵¹. Neste trabalho, o Professor Avelino de Jesus da Costa reconstitui a vida e obra do arcebispo de uma forma singular, abrangendo toda sua carreira eclesiástica na diocese bracarense, a relação com os monarcas portugueses como seu conselheiro e o seu empenho na condução da arquidiocese de Braga. Trata-se de um trabalho de importância capital para se compreender a riqueza do arcebispado de Braga, o seu poderio e a sua extensão. Para além de se centrar na figura de D. Diogo de Sousa, insere o prelado na sua diocese, compara as rendas da mitra e dos cabidos de Lisboa e Braga, avalia a evolução demográfica em Braga e apresenta a recusa de D. Diogo de Sousa em abandonar a arquidiocese de Braga para assumir a cátedra arquiépiscopal de Lisboa.

Na obra acima referida, o Cônego Avelino de Jesus da Costa inclui um vasto apêndice, transcrevendo fontes documentais nas quais sustentou o seu estudo sobre o arcebispo. Neste apêndice documental encontramos cartas entre D. Diogo de Sousa e o Rei D. João III e documentação relativa ao mecenato do arcebispo.

Recordemos que o trabalho do cônego Avelino Jesus da Costa se iniciou em 1985, quando publica *A Biblioteca e o tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII*⁵². Neste trabalho sobre estes dois aspetos (biblioteca e tesouro), elabora uma súpula do que compunha a biblioteca e o tesouro. Avelino de Jesus da Costa retrata cada um dos beneméritos do tesouro, incluindo o arcebispo D. Diogo de Sousa, descrevendo com minúcia as suas doações. Continua o trabalho com a referência às peças que ainda subsistem no Museu-Tesouro da Sé de Braga. Por fim, reúne no apêndice documental os três inventários da Sé de Braga o que permite conhecer as peças que D. Diogo de Sousa doou à Sé e qual o seu valor.

⁵¹ COSTA, Avelino Jesus da, 1990, “D. Diogo de Sousa Novo *cit.*”, pp. 15-118.

⁵² COSTA, Avelino de Jesus da, 1985, *A biblioteca e o tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII*, Braga, s.e..

Num âmbito mais alargado, devemos referir o trabalho de Aires Nascimento, particularmente a sua publicação em 1998 na revista *HVMANITAS*, volume L, intitulada *D. Diogo de Sousa (1460 – 1532), Bispo do Porto, Homem de Livros e Leitor de Savonarola*⁵³. Este texto surge com a publicação do volume I dos *Incunábulo das bibliotecas portuguesas*⁵⁴, partindo da ideia de que o livro é um instrumento fulcral para o estudo da cultura portuguesa. Neste trabalho, analisa-se um livro de Savonarola (1497) que continha um brasão elevado por dois putti; parece tratar-se das armas do Bispo portuense. O propósito deste estudo é demonstrar a importância de D. Diogo de Sousa no plano cultural português, a sua ação enquanto impulsionador da impressão de livros e, conseqüentemente, apoiante da divulgação do conhecimento. A par deste importante ação, é abordada uma luta que o arcebispo manteve com o monarca na tentativa de criar um colégio. Provavelmente, ambas as ideias, a impressão de livros e a criação do colégio foram inspiradas pelas suas estadias em Itália, momentos em que pode contactar com a cultura do renascimento.

O artigo publicado na revista *Bracara Augusta* no volume XLIX nº103 (116) no ano 2000, de Miguel Sopas Bandeira, reflete sobre um dos pontos de maior interesse no estudo de D. Diogo de Sousa, a sua ação urbanística. A vida do arcebispo é apresentada em traços gerais, assim como a sua relação com o humanismo, analisando-se depois a ação desenvolvida por D. Diogo de Sousa quer do ponto de vista urbanístico – seguindo as ideias que nortearam o urbanismo renascentista -, quer do ponto de vista das infraestruturas e edificios que mandou fazer. Miguel Bandeira apresenta D. Diogo de Sousa como promotor do desenvolvimento urbano e populacional.

No III Congresso Histórico de Guimarães, em 2001, centrado em D. Manuel e a sua época, foi publicado no volume I (referente à Administração, Justiça e Direito) por José Viriato Capela o seu estudo *O município de Braga entre dois poderes: D. Manuel I e o Arcebispo e Senhor de Braga, D. Diogo de Sousa*. Como se entende pelo próprio título, o objetivo é, desde logo, compreender a dupla intervenção na cidade de Braga do monarca, enquanto interessado em estender a sua influência de modo a retirar os maiores proveitos, e do arcebispo, que pretende controlar a cidade como prelado e detentor do senhorio da cidade, retirando os dividendos necessários à sua afirmação como o poder mais importante na cidade. D. Manuel e o Arcebispo

⁵³ NASCIMENTO, Aires A., 1998, “D. Diogo de Sousa (1460-1532), Bispo do Porto, Homem de Livros e Leitor de Savonarola”, In *HVMANITAS*, Vol. L, pp. 701-708.

⁵⁴ MENDES, Maria Valentina, 1995, *Os incunábulo das bibliotecas portuguesas, Volume 1*, Lisboa, ed. Secretaria de Estado da Cultura.

D. Diogo de Sousa instalaram em Braga as instituições, os regimentos, equipamentos e os símbolos essenciais que configurarão a organização, a sociedade e o governo municipal bracarense (...). Tal é feito num clima de colaboração entre as duas ordens de poder.

Em 2002, Lúcio Craveiro da Silva elabora um trabalho intitulado “*D. Diogo de Sousa (1461?-1532) “De uma aldeia fiz uma cidade”* inserido no caderno de Estudos de Cultura Portuguesa dos Centros Humanísticos da Universidade do Minho. O trabalho tem por base dois autores, J. Silva Dias e Avelino de Jesus da Costa, que serviram de inspiração para a realização deste trabalho. É um sumário que, em traços gerais, abarca a cultura do século XVI, na Europa e em Braga, incluindo-se a obra do prelado. A obra situa D. Diogo de Sousa no seu tempo, as mudanças que realizou na cidade, sendo “o primeiro cuidado do arcebispo rejuvenescer e engrandecer a cidade, dando-lhe espaço, ar e luz”⁵⁵, dotando a cidade de espaços e edifícios de utilidade pública (hospital, gafaria, Misericórdia, abastecimento de água), alterando a feição da catedral e doando-lhe várias peças para o culto. Lúcio Craveiro da Silva refere também os interesses culturais do arcebispo, evidenciando a sua relação com os humanistas da época, um testemunho do seu interesse cultural, e o seu empenho na fundação de estudos públicos em Braga (seguindo as pisadas de J. Silva Dias). Este trabalho abrange ainda uma outra problemática, as dificuldades entre o monarca e o arcebispo, na tentativa de controlo do arcebispado bracarense.

A propósito da conturbada relação entre o poder régio e o arcebispo, é importante referir o trabalho de Olinda Alves, *Entre o arcebispado e o senhorio: as relações de D. Diogo de Sousa com a coroa*⁵⁶, no qual apresenta sucintamente trabalhos realizados sobre o prelado, a sua biografia (baseada essencialmente em D. Rodrigo da Cunha) e a atuação enquanto arcebispo de Braga, a administração, a defesa do senhorio e da jurisdição episcopal, evitando de tal forma a interferência do poder régio. Este trabalho reserva uma parte à importante ação mecenática desenvolvida por D. Diogo de Sousa, essencialmente a impressão de livros e doações à Sé.

Na historiografia sobre D. Diogo de Sousa temos que incluir a publicação das *Atas do Simpósio D. Diogo de Sousa e o seu tempo*, comemorando o V centenário do início da sua missão como arcebispo de Braga (1505-1507). Publicado em 2006, reúne valiosos contributos e

⁵⁵ SILVA, Lúcio Craveiro, 2002, “D. Diogo de Sousa (1461-1532) «de uma aldeia fiz uma cidade»”, in *Estudos da cultura portuguesa*, Coleção Hespérides, p. 63.

⁵⁶ ALVES, Olinda, 2006, “Entre o arcebispado e o senhorio: as relações de D. Diogo de Sousa com a coroa”, in *Boletim informativo NEPS*, II Serie, nº0, Guimarães, ICS Universidade do Minho, pp. 11-26.

abrangendo as mais diversas áreas. Começando por Amadeu Torres, que apresenta D. Diogo de Sousa no contexto cultural do renascimento, focando particularmente a Europa do século XV e XVI e a influência que esta teve em D. Diogo de Sousa, um homem viajado que conheceu o renascimento italiano no seu apogeu. Como homem de letras, reconhece a importância do ensino e da cultura, evidenciando esta postura durante os 27 anos em que foi arcebispo de Braga.

Estabelecendo uma ligação entre o início da diocese e o tempo do prelado de D. Diogo de Sousa, José Marques na sua comunicação *O senhorio de Braga, no primeiro terço do século XVI*, apresenta a formação do senhorio bracarense, que remonta ao século XII, com um importante reforço no século XV, e até ao tempo em que foi arcebispo D. Diogo de Sousa. O domínio do senhorio pelos prelados sofreu várias interferências dos monarcas; porém, conheceu um reforço no século XV e, sobretudo, com D. Diogo de Sousa.

As Constituições Sinodais emanadas por D. Diogo de Sousa revelam uma atitude pragmática do arcebispo. Manuel Fernando de Sousa e Silva na comunicação *Atividade legislativa de D. Diogo de Sousa*⁵⁷ faz uma análise profunda das Constituições de D. Diogo de Sousa, demonstrando a preocupação do prelado em regular a atividade do clero e dos fiéis.

Um dos grandes estudiosos da ação urbanística de D. Diogo de Sousa é Miguel Sopas de Melo Bandeira, que apresentou o trabalho *D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga, e a sua obra urbana 500 anos após a investidura*⁵⁸. Este trabalho começa por referir a vida do arcebispo até entrar na cidade bracarense, acaba por destacar as mudanças na urbe, criando espaços abertos, alterando os arrabaldes, modificando a catedral. Deu salubridade à cidade, melhorou o abastecimento de água, os espaços públicos, a assistência, nomeadamente com a criação do Hospital de S. Marcos e com a Misericórdia. Além do mais, com estas mudanças consegue aumentar o núcleo populacional.

Maria Fátima Castro expôs a temática *D. Diogo de Sousa, o reformador da assistência hospitalar em Braga*. A assistência hospitalar no tempo do arcebispo está pouco divulgada como a autora refere, todavia também é nos inícios do século XVI que começa a existir uma

⁵⁷ SILVA, Manuel Fernando de Sousa e, 2005, "Atividade legislativa de D. Diogo de Sousa", in *D. Diogo de Sousa e o seu tempo: Simpósio no V Centenário do início da sua missão como arcebispo de Braga (1505-1532)*, coord. Jorge Coutinho, Braga, Câmara Municipal de Braga / Faculdade de Teologia, pp. 71-102.

⁵⁸ A conferência proferida no dia 19 de novembro de 2005, intitulava-se: O alcance e a perenidade da obra Urbana de D. Diogo de Sousa em Braga.

preocupação com os cuidados dos enfermos. D. Diogo de Sousa não se alheou deste problema e conclui a obra iniciada anteriormente. Reúne três instituições pré-existentes numa única, para prestar os cuidados necessários aos desfavorecidos. Criou as condições necessárias ao pleno funcionamento hospitalar (rendas suficientes para sua manutenção). Conclui o trabalho com a publicação da Carta de Ordenação do Hospital.

Entre estas conferências, Franquelim Neiva Soares apresentou o trabalho *Pré-reforma monástica de D. Diogo de Sousa*, baseado em três fontes históricas, as Constituições Sinodais de 1505, os registos de visitas (embora afirmando serem escassos) e por último a *Peregrinatio hispânica* de 1531-1533, faz um estudo da administração do arcebispo. O trabalho visa analisar a ação pastoral do arcebispo junto das comunidades monásticas e igrejas debaixo da sua tutela, tentando remediar os males do clero.

O Professor José Marques apresentou *A ação pastoral de D. Diogo de Sousa, principais vectores*⁵⁹, apresentando as funções exercidas por este arcebispo de Braga. O trabalho analisa a chegada à cidade do prelado, convocando sínodo, do qual resulta a publicação das Constituições Sinodais em 1506; referem-se também as obras na cidade e na catedral. José Marques debruça-se também sobre a ação do arcebispo fora de Braga (criação de duas capelanias em Fonte Arcada, instituição da colegiada de Vila do Conde, integração do Entre Minho e Lima na arquidiocese de Braga e a intervenção na Igreja Matriz de Barcelos). Concluindo a sua comunicação, apresenta a tentativa por parte do prelado em instruir o clero, quer pela impressão de livros, quer pela criação do Colégio das Artes.

Por fim, o Simpósio terminou com Agostinho Domingues que apresentou o tema *A literatura portuguesa no tempo da prelatura bracarense de D. Diogo de Sousa*⁶⁰. Neste trabalho é feita uma revisão da produção literária em Portugal nos inícios do século XVI, dando especial destaque a Gil Vicente e a D. Diogo de Sousa como impulsionador e mecenas da cultura, fazendo uma comparação entre estas duas figuras do renascimento português mas seguindo caminhos distintos.

⁵⁹ MARQUES, José, 2006, "A ação pastoral de D. Diogo de Sousa, principais vetores", in *D. Diogo de Sousa e o seu tempo: Simpósio no V Centenário do início da sua missão como arcebispo de Braga (1505-1532)*, coord. Jorge Coutinho Braga, Câmara Municipal de Braga / Faculdade de Teologia, pp. 193-220.

⁶⁰ DOMINGUES, Agostinho, 2006, "A literatura portuguesa no tempo da prelatura bracarense de D. Diogo de Sousa", in *D. Diogo de Sousa e o seu tempo: Simpósio no V Centenário do início da sua missão como arcebispo de Braga (1505-1532)*, coord. Jorge Coutinho Braga, Câmara Municipal de Braga / Faculdade de Teologia, pp. 221-232.

O trabalho do Marquês de São Payo, *A embaixada a Roma do Bispo do Porto D. Diogo de Sousa em 1505*⁶¹, permite-nos apercebermo-nos da importância que D. Diogo de Sousa teve na missão diplomática enviada por D. Manuel I ao papa Júlio II eleito no dia um de novembro de 1503. A embaixada que representava uma antiga tradição de obediência aos papas eleitos, foi a segunda embaixada desta natureza em que o então bispo do Porto participou. Esta embaixada partiu da iniciativa de D. Manuel I, quando, a 21 de outubro de 1504⁶², João Saldanha escreve ao monarca português recomendando uma embaixada de obediência ao novo papa, o que foi prontamente aceite pelo rei. Este trabalho permite-nos apercebermo-nos das dificuldades de logística colocadas por esta embaixada portuguesa que, ao contrário do costume, se deslocou por mar. Este trabalho foca a receção pelo papa e o fausto da cerimónia e apresenta as bulas papais obtidas.

No congresso internacional do IX centenário da Dedicção da Sé Catedral devemos salientar a importância de três conferências que estão publicadas nas Atas do dito congresso. Primeiro destacamos o texto de Marinho Freitas, Albertina Barbosa e Júlia Castro a propósito da temática *D. Diogo de Sousa, O Legislador Bracarense*⁶³, refletindo sobre a relação entre a coroa e o poder eclesiástico bracarense. Os reis retiraram do poderio da coroa o senhorio de Braga, a cidade era dominada pelo poder eclesiástico e o rei não poderia colocar na cidade corregedores, ouvidores, alcaides ou juizes. Com D. Manuel I a relação entre o rei e o arcebispo foi pacífica, porém com o seu sucessor, D. João III, houve uma tentativa de restringir os privilégios de D. Diogo de Sousa. O rei não conseguiu levar os seus intentos por diante, continuando qualquer pessoa da cidade de Braga a estar sujeita à jurisdição da igreja bracarense, de acordo com o decretado nas constituições e nos estatutos do cabido, ambos revistos por D. Diogo de Sousa.

De seguida, aparece o texto de Flório de Vasconcelos, *O retábulo-mor quinhentista da Sé de Braga*⁶⁴, iniciado com uma biografia apesar de o autor referir que “não é porém intenção traçar a

⁶¹ Marquês de São Payo, 1946, *A embaixada a Roma do bispo do Porto D. Diogo de Sousa Cit.*. A publicação resulta de uma conferência proferida no Teatro Gil Vicente, do Palácio de Cristal da cidade do Porto a 7 de dezembro de 1945 pelo Marquês de São Payo a convite do “Estudos portugueses” da Câmara Municipal do Porto.

⁶² Corpo Diplomático, Tomo I, fl. 44.

⁶³ FREITAS, Marinho; BARBOSA, Albertina; CASTRO, Júlia, 1990, “D. Diogo de Sousa, O legislador Bracarense”, in *IX Centenário da Dedicção da Sé Catedral, in Atas do Congresso Internacional*, Volume II / 2 Braga, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia – Braga, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, pp. 29-36.

⁶⁴ VASCONCELOS, Flório de, 1990, “O retábulo-mor quinhentista da Sé de Braga”, in *IX Centenário da Dedicção da Sé Catedral, Atas do Congresso Internacional*, Volume II / 2” Braga, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia – Braga, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, pp. 37-51.

biografia de D. Diogo de Sousa, mas tão-somente tecer algumas considerações”⁶⁵, a sua comunicação vai incidir sobre o retábulo mandado fazer pelo arcebispo D. Diogo e destruído em 1780 por D. Gaspar de Bragança. O trabalho tem como fonte principal o *Memorial* das obras do arcebispo deixado pelo cónego Tristão Luís. Este texto elucida-nos sobre como, por vezes, o património legado por este arcebispo se perdeu ao longo do tempo.

Por fim, Isabel Maria Barbosa apresenta os *Estatutos da Capela de D. Diogo de Sousa da Sé de Braga*, como foi instituída a sua capela (também para servir a Misericórdia) e as fabulosas despesas em que incorreu.

Um dos mais importantes trabalhos historiográficos sobre a ação urbanística, de encomenda arquitetónica e a obra mecénica de D. Diogo de Sousa foi realizado por Rui Maurício. Trata-se de um trabalho académico, uma tese de mestrado intitulada *O mecenato de D. Diogo de Sousa arcebispo de Braga (1505-1532). Urbanismo e Arquitectura*⁶⁶. Como o autor refere “bastou o desejo do arcebispo mecenas para que o poder se subjugasse a uma criação urbanística primordial no contexto de uma pré-existência medieval”⁶⁷. O estudo desenrola-se evidenciando as mudanças urbanísticas conseguidas pelo arcebispo na cidade. Foca essencialmente as alterações da feição medieval para um conceito renascentista. Na segunda parte da obra é abordado o mecenato do arcebispo relativamente à igreja de Vilar de Frades. O segundo volume é um apêndice documental composto por contratos de arrendamentos, pelo testamento do arcebispo D. Diogo de Sousa, bem como pelos documentos relativos à sua execução.

Existem mais duas pequenas publicações que parece pertinente inserir neste comentário sobre a produção historiográfica a propósito de D. Diogo de Sousa. O primeiro é um compêndio denominado *D. Diogo de Sousa o homem e a obra*⁶⁸, patrocinado pela Câmara de Figueiró dos Vinhos, pretendendo evocar a figura do arcebispo como possível natural da região, uma vez que era filho do Senhor de Figueiró e Pedrógão. Este é o resultado de uma exposição de homenagem ao arcebispo. A segunda publicação, *D. Diogo de Sousa. O V Centenário*, com colaboração de Miguel Bandeira, retrata a vida do arcebispo durante os vinte e sete anos em que deteve a prelazia bracarense. É um pequeno guia com apontamentos básicos sobre D. Diogo de Sousa.

⁶⁵ MAURÍCIO, Rui, 2000, *O mecenato de D. Diogo de Sousa, Arcebispo de Braga (1505-1532): urbanismo e arquitectura*, II volumes.

⁶⁶ VASCONCELOS, Flório de, 1990, “O retábulo-mor quinhentista da Sé de Braga”, p. 37.

⁶⁷ MAURÍCIO, Rui, 2000, *O mecenato de D. Diogo de Sousa, cit.*, p.15.

⁶⁸ s/a, 2003, Homenagem a D. Diogo de Sousa: o homem e a obra, Org. Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos.

Publicada em 2007, a tese de doutoramento de Paula Bessa, *Pintura Mural no Fim da Idade Média e Início da Idade Moderna no Norte de Portugal*⁶⁹, oferece um contributo importante para o conhecimento da pintura mural patrocinada pelo arcebispo D. Diogo de Sousa. Começando por colocar questões (porque se encontraria o brasão de D. Diogo de Sousa nas pinturas de Bravães? assinalaria uma encomenda do arcebispo?), conclui o estudo afirmando que D. Diogo de Sousa encomendou não só esse mas outros programas de pintura, sendo as pinturas da capela-mor de Bravães as suas únicas encomendas pictóricas que sobreviveram e chegaram até hoje. Como o *Memorial* apenas refere as obras realizadas dentro da cidade de Braga e seu termo, é bem possível que D. Diogo de Sousa tenha feito outras encomendas de pintura retabular e mural mas que se perderam com o tempo.

⁶⁹ BESSA, Paula, 2007, *Pintura Mural no Fim da Idade Média e Início da Idade Moderna no Norte de Portugal*, Tese de Doutoramento em História da Arte apresentado ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, (ed. policopiada).

CAPÍTULO II - O ARCEBISPO D. DIOGO DE SOUSA

1. D. DIOGO DE SOUSA

Tanto o local, como a data exata do nascimento de D. Diogo de Sousa não são consensuais, mas é provável que tenha nascido entre o ano de 1459 e 1460⁷⁰, no palácio dos Silva e Sousa em Évora, ou numa hipótese mais remota, em Figueiró dos Vinhos. Nasceu no seio de uma família fidalga e reconhecida no reino. É neto paterno de Rodrigo Vasques Ribeiro e D. Violante de Sousa (de onde provém o apelido Sousa e o brasão que adotou), filha de D. Lopo Dias de Sousa, Mestre da Ordem de Cristo, e neto materno de Rui Gomes da Silva, alcaide-mor de Campo Maior e Ouguela. É filho de D. João Rodrigues de Vasconcelos, senhor de Figueiró dos Vinhos e de Pedrógão e de D. Branca da Silva.

Desde pequeno deu mostras de que possuía uma certa inclinação para as letras, estudou latim, gramática e retórica em Portugal, nomeadamente em Évora e Lisboa. Estudou e concluiu ciências maiores nas Universidades de Salamanca e Paris, Cânones na primeira e, nesta última, formou-se em Teologia. Em seguida, esteve na Cúria papal, em Roma, na qual foi dado como sendo um dos seus maiores e mais ilustres letrados. Nesse momento da sua vida privou com o importante círculo eclesiástico da época, incluindo o Cardeal português D. Jorge da Costa⁷¹, ao mesmo tempo esteve em contacto com a vanguarda artística deste período renascentista.

Em 1492, encontrava-se em Roma, onde, a 11 de agosto, ocorreu a eleição de Rodrigo Borgia como papa, após a morte de Inocêncio VIII. Um ano depois, em 1493, o rei D. João II incorpora D. Diogo de Sousa, que ainda se achava em Roma, na embaixada de obediência chefiada por D. Fernando Coutinho, Bispo de Lamego, e Álvaro da Cunha, capitão da Armada.

⁷⁰ No epitáfio tumular refere que o Arcebispo D. Diogo de Sousa faleceu no dia 18 de julho de 1532 aos 72 anos, feitas as contas só poderia ter 72 anos se nascesse entre 20 de julho de 1459 e 18 de julho de 1460. Confrontar informação com FONSECA, Francisco, Évora Gloriosa, 1728, p. 318, na qual aponta 1467 para data do nascimento de D. Diogo de Sousa, uma data pouco provável pois o arcebispo morreu com 72 anos de idade.

⁷¹ D. Jorge da Costa nasceu na Vila de Alpedrinha (de onde provém o seu apelido), no concelho do Fundão, região da Beira, no Bispado da Guarda. É irmão do Cardeal D. Jorge da Costa I, arcebispo de Braga entre 1486 e 1501, ano em que foi nomeado pelo seu irmão administrador Arcebispo de Braga. Decisão corroborada pelo papa Alexandre VI e reprovada pelo Rei D. Manuel I. Foi provido contra vontade do rei. Facto que leva o Cardeal a abdicar do seu lugar em favor de D. Diogo de Sousa. Faleceu a 19 de agosto de 1508 e foi sepultado na Capela de Santa Catarina da Igreja de Santa Maria do Popolo, em Roma.

Tinha iniciado a sua carreira no reino em 1474, quando se tornou Cónego da Sé de Évora, mas ganhou mais notoriedade após a embaixada papal, quando D. João II o convida a regressar de Roma para se tornar Deão da Capela Real.

No ano de 1495, vagou a Sé do Porto por renúncia do bispo D. João de Azevedo, *ad instantiam Regis*. No dia 23 de outubro do mesmo ano, D. Diogo de Sousa foi nomeado por D. João II para o Bispado do Porto e confirmado pelo Papa Alexandre VI pela Bula *Gratiae divinae praemium*. Esta nomeação demonstra que na época era uma das figuras de mais merecimento. Segundo D. Rodrigo da Cunha foi recebido na cidade com notáveis festejos, não só naquele dia, mas também nos dias seguintes. Veio a ocupar a Sé do Porto de 1495 a 1505, onde exerceu importantes reformas.

A 24 de agosto de 1496 promoveu a realização de um Sínodo do qual saíram as Constituições do Bispado em 1497, as primeiras impressas em Portugal e o primeiro livro impresso na cidade do Porto. Um dos aspetos deliberados neste Sínodo foi a cobrança a D. Manuel de toda a prata (essencialmente alfaias litúrgicas) que D. Afonso V tinha tomado daquela Sé e de outras igrejas e mosteiros para despesas necessárias à sua participação na guerra de sucessão de Castela. O Rei D. Manuel aceitou o pedido, efetuando o pagamento da prata retirada da Sé. Com o valor recebido da prata e para que se não pensasse que esta cobrança se destinava a aumentar a sua riqueza pessoal, empregou-a em riquíssimas peças para a Sé do Porto, entre elas um pontifical, um retábulo para a Capela-mor, uma cruz de prata grande, uma mitra e dois frontais.

Contudo as cobranças ao estado continuaram e segundo Ferreira (1934), a negociação mais notável e de maior alcance foi sobre a pensão anual de três mil libras da moeda antiga que desde 1406 conveio a D. João I, D. Manuel I concordou realizar tal pagamento, assumindo a dívida dos Reis anteriores para “descargo da nossa consciência e dos Reis passados se em alguma maneira nisso temos obrigação”⁷².

Enquanto bispo do Porto e conhecedor do poder atrativo das relíquias, trasladou para a Sé do Porto as relíquias do Mártir S. Pantaleão⁷³. Estas relíquias encontravam-se na igreja de S.

⁷² Carta régia datada de 6 de setembro de 1502, publicada na integralmente em CUNHA, Catálogo e História dos Bispos do Porto, p. 276-280.

⁷³ O corpo do mártir S. Pantaleão chegou à foz do Porto no ano de 1463, havia sido médico mártir na cidade de Nicomedia por ordem do Imperador Maximiano. O seu corpo esteve vários anos em Constantinopla até esta ser tomada pelos turcos, os cristãos colocaram o corpo numa pequena embarcação que andou perdida até chegar ao douro. As relíquias foram colocadas na Igreja

Pedro de Miragaia. O corpo do Santo foi transportado numa procissão solene a 12 de dezembro de 1499. Refere o Padre Manuel Pereira de Novais que, atrás das quatro dignidades eclesiásticas que transportavam a urna, vinha o bispo D. Diogo de Sousa, sob um palio, e que trazia entre as mãos a mais preciosa relíquia. D. Diogo de Sousa é sem dúvida um dos grandes responsáveis pelo culto a S. Pantaleão na sé do Porto (como, depois, fará em Braga com outros mártires), conseguindo a alteração do padroeiro da cidade do Porto, de S. Vicente para S. Pantaleão, com a aprovação do papa Alexandre VI. As relíquias formam colocadas numa arca, mandada fazer por D. João II e aperfeiçoada por D. Manuel quando passou pela cidade do Porto em romaria para Santiago de Compostela.

No seguimento da passagem do Rei D. Manuel pelo Porto, D. Diogo de Sousa, de forma a fixar os fidalgos na cidade, pediu ao Rei para acabar com a interdição de estes últimos não poderem ter casa ou permanecerem na cidade do Porto por mais de três dias. O rei acedeu, resolvendo o assunto em Carta Régia de 16 de dezembro de 1502. Outra das suas obras mais notórias, enquanto bispo do Porto, foi instituir a Misericórdia na mesma cidade. Provavelmente nesse mesmo ano, de 1502, D. Manuel I tornou D. Diogo de Sousa capelão-mor da Rainha D. Maria. A partir desse ano, o monarca “cometialhe também os negócios mões graves do reyno, & folgava de seguir em tudo seu parecer”⁷⁴.

Em 1503, ao falecer o Papa Pio III, que ocupou a cátedra por apenas vinte seis dias, foi eleito papa o Cardeal Giuliano della Rovere que escolheu o nome de Júlio II. D. Manuel preparou então uma embaixada (1505) para prestar obediência ao novo papa. D. Diogo de Sousa, amigo pessoal deste último, foi incorporado nesta embaixada ao lado do Doutor Diogo Pacheco. Tinha como função beijar o pé ao papa em sinal de obediência, o que deveria ser desempenhada por alguém que capaz de representar o Reino.

Permaneceu em Itália durante meses, onde estacionou em várias cidades, entre as quais Roma e Florença. Nesta altura esteve novamente em contacto com o melhor do renascimento e do humanismo. Travou estreita amizade com humanistas de relevo como Henrique Caiado que conheceu na pátria dos Médicis, o qual lhe dedicou as seguintes

de S. Pedro de Miragaia onde permaneceram até serem transladadas pelo Bispo D. Diogo de Sousa para a Sé do Porto. Uma pequena parte do corpo do mártir foi para a Igreja se São João Batista em Figueiró dos Vinhos, alegada terra do Bispo. Um braço do Mártir ficou depositado na Igreja de Miragaia. SOUSA, António Caetano de, 1744, *Agiologio Lusitano dos Santos*, e *Varões Illustres em virtude do Reino de Portugal e suas Conquistas*, Tomo IV, Lisboa, Officina Sylviana e da Academia Real, p. 228-229; FERREIRA, J. Augusto, 1934, *Memórias archeologico-históricas da cidade do Porto*, Tomo II, p. 62-63. MACHADO, Ana Paula, (Coord.), 2003, *Esta é a cabeça de São Pantaleão*, Lisboa, IPM.

⁷⁴ CUNHA, D. Rodrigo da, 1989, *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*, *Cit.*, p.290.

produções: a Écloga e três epigramas; Cataldo Áquila Sículo, mestre de oratória de D. Diogo de Sousa, dedica-lhe quatro cartas e vinte e nove epigramas; tornou-se amigo de Pedro Margalho que lhe dedicou o *Physices compendium* impresso em Salamanca em 1520 e de André de Resende, a quem o arcebispo incumbiu de eternizar as grandezas da cidade de Braga⁷⁵. Na resposta, o humanista oferece-lhe um poema com mais de trezentos versos intitulado “*De Bracarensis urbis antiquitate et laudibus*”. Na dedicatória fala de D. Diogo de Sousa como: “*Pontificum deus, Hispaniaeque fidus fulgentissimum, bonarum vigiliarum fautor unicum scribentium confugium*”⁷⁶. Este poema perdeu-se e dele, resta apenas a frase supracitada porque registada por D. Rodrigo da Cunha.

Ainda em Roma, a 11 de julho de 1505, por renúncia negociada com o Cardeal D. Jorge da Costa por este “entender ser aquelle o gosto de El Rei [D. Manuel]”⁷⁷ é eleito Arcebispo de Braga por Bula papal, *Gratiae divinae praemium*, emitida pelo Papa Júlio II. O Cardeal D. Jorge da Costa que tinha sucedido ao seu irmão no arcebispado reservou para si uma pensão de quatro mil cruzados e alcançou a Mitra do Porto, que acabava de vagar, para o seu sobrinho D. Diogo da Costa.

D. Diogo regressa a Portugal em outubro atracando em Lisboa, altura em que esta cidade é assolada por uma epidemia de peste. No dia 22 de novembro de 1505, entra em Braga, onde se instalou para ocupar a cátedra arcebispal. Nesta altura tinha 44 anos. A cidade, tal como sucedeu no Porto, festejou a sua chegada, pois há muito tempo que um Arcebispo não residia na cidade. Tornou-se, então, arcebispo e Senhor de Braga.

Pouco tempo depois, no dia 15 de dezembro de 1505, ordena a realização de um Sinodo, ao qual presidiu em pontifical, de forma a definir as orientações a cumprir na arquidiocese. O Sinodo visava a aplicação de um novo programa de ações, propunha reformas na forma de atuar do clero, seus costumes, usos, práticas e rituais. Este Sinodo resultou em 58 decisões, coincidentes com as 60 apresentadas anteriormente no Sinodo realizado no Porto, nove anos antes. Antes de tudo, o arcebispo solicitou um subsídio caritativo de forma a pagar as dívidas contraídas em Roma. D. Diogo de Sousa convocara o Clero para lhe fazer saber “como EL Rei D. Manuel o mandára n’este anno a Roma, a fim de prestar obdiencia ao Santo Padre

⁷⁵ Consultar: RAMALHO, Américo da Costa, 1966, “D. Diogo de Sousa e o Introdutor do Humanismo em Portugal”.

⁷⁶ CUNHA, D. Rodrigo da, 1989, *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga, Cit.*, p.298.

⁷⁷ CUNHA, D. Rodrigo da, 1989, *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga, Cit.*, p.291.

Julio II, no que fizera grandes despesas”⁷⁸. Os gastos atingiram 8.000 ducados, mas a dívida ascendia a 12.000 ducados com os juros. O subsídio pedido pelo arcebispo foi prontamente aceite pelos clérigos bracarenses.

Já em plena atividade, o arcebispo de Braga viria a desempenhar um papel fulcral como mecenas, era um inovador consciente, vinha de Itália admirara em Roma os grandes monumentos, mas na pátria encontrara triunfante a obra de labor gótico, tradicional na ourivesaria e na arquitetura.

Alterou a configuração medieval da cidade, executando significativos melhoramentos tanto no seu interior como nos arrabaldes.

Realizou grandes obras na Sé de Braga e dotou-a de uma grande quantidade de livros, paramentos, alfaias litúrgicas, entre outros objetos. Eram peças de grande valor como é possível ver no *Memorial* das suas obras e nos Inventários da Sé de Braga, mas, infelizmente, poucas chegaram até aos dias de hoje.

Durante o seu governo, também realizou um recenseamento das igrejas para um maior controlo administrativo e das rendas (Censual), terminado em 1512. As igrejas do seu padroado eram mais de 450.

No ano que em terminou o Censual, e de forma a administrar melhor os seus territórios, em 20 de setembro de 1512, o arcebispo D. Diogo de Sousa e o Bispo de Ceuta, D. Henrique, celebraram um contrato sobre as administrações de Valença e Olivença. A administração de Valença passou a estar unida à mesa arcebispal de Braga e Olivença transitou para o Bispado de Ceuta. O contrato foi ratificado pelo Rei D. Manuel I e pela bula papal *Inter curas multiplices* de 25 de junho de 1513, emitida por Leão X.

O arcebispo mandou realizar o já referenciado Censual, talvez por motivos monetários, uma vez que, quando entra na cidade de Braga encontrou os cofres do arcebispado vazios. O facto de não existir dinheiro na Sé, leva-o a pedir o referido subsídio caritativo durante o sínodo de 1505 para pagar as dívidas contraídas na sua estadia em Itália. Esta falta de capital pode justificar o atraso da cidade e da Sé, era mesmo provável que houvesse uma necessidade de

⁷⁸ Discurso provido pelo Licenciado Lopo Figueira, promotor da Justiça eclesiástica. FERREIRA, Mons. J. Augusto, 1931, *Fastos episcopais Cit.*, p. 3369-370.

angariar meios para dotar a Sé de novas infraestruturas, novos instrumentos litúrgicos e fazer as obras necessárias na cidade e nos arrabaldes.

Com o império português no apogeu, o arcebispo quis dotar a catedral com o estilo manuelino, ao passo que acompanhava o melhor da arte europeia. O seu contacto com os cânones renascentistas italianos, levam-no a desejar modificar a catedral, segundo Maurício (2000) “D. Diogo de Sousa e a sua *Ecclesia mater* não se divorciam da intencionalidade política de afirmar o prestígio e a atualização epocal de Braga como urbe primaz no espaço ibérico”. Foi o obreiro de significativas mudanças na sé bracarense, como ele próprio afirma “quanto a esta See e edeficios dela e asy prata e ornamentos que nela fiz e pus sey que estaa muy deferemçada de totalas outras”⁷⁹. Modificou na totalidade a capela-mor, alterou de forma significativa as naves, mandou fazer esculturas em pedra de Ançã, tanto no interior como no exterior. Edificou a sua capela funerária (e, também, para uso da Misericórdia), criou uma biblioteca e ornamentou a Sé. Tudo isto pode ser comprovado pelo *Memorial* e pelos Inventários da Sé de Braga.

Em Braga, executou um conjunto de reformas, provavelmente e mais uma vez influenciadas pela sua permanência em Roma. A recém criada Via Giulia pode ter sido um dos modelos seguidos pelo arcebispo como sugere Bessa “certamente, veio a influenciar D. Diogo, particularmente na abertura da Rua do Souto e Rua Nova de Sousa, criando-se, assim, em Braga uma via de traçado retilíneo de dimensões semelhantes às da Via Giulia, ou seja, com cerca de 1 km de comprimento e cerca de 10 metros de largura”⁸⁰. O seu plano urbanístico não se cingiu a esta mudança. Remodelou, reestruturou e abriu novas ruas, criou praças, melhorou o abastecimento de água, construiu complexos comerciais (açougues, alpendres para o pão e o pescado) e aprimorou os espaços públicos (Casa da Câmara, Hospital e Gafaria).

Mandou concluir o Hospital de S. Marcos em 1508, que já tinha sido iniciado pelo cônego Diogo de Gonçalves. Segundo Monsenhor José Augusto Ferreira, D. Diogo de Sousa “encontrou um hospital desmantelado, em casa imprópria, com pouca gente, e renda insuficiente, e a Gafaria achava-se deserta”⁸¹. Quando finalizou a construção do hospital, dotou-o com meios suficientes para a sua manutenção e criou um Estatuto, pelo qual seria regido. Entregou a administração à Câmara Municipal. Ao hospital juntou-lhe a Gafaria.

⁷⁹ COSTA, Avelino Jesus da, 1990, “D. Diogo de Sousa, *cit.*”, p. 71.

⁸⁰ BESSA, Paula, 2007, *Pintura Mural no Fim da Idade Média cit.*, p. 78.

⁸¹ FERREIRA, Mons. J. Augusto, 1931, *Fastos episcopais Cit.*, p.375.

De uma cidade com feição tipicamente medieval, fez uma cidade renascentista, cheia de luz e espaço. Pode-se calcular que o arcebispo a tivesse encontrado num estado lastimável, conforme as suas afirmações: “he Braga fiz de novo e despendi nella tempo e dinheiro; eu [D. Diogo de Sousa] fazer de hualdeia cidade à custa do meu trabalho e fazenda; disseram d’Ottaviano por Roma que achara de ladrilho e a deixara de mármore, e eu achey esta de barro e sem templos nem gemte nem edeficios”⁸².

Na mesma cidade, e desde que tomou posse do arcebispado de Braga, que lutou pela criação de um colégio, (...) *todos sabem que a primeira obra que desejey e temtey fazer em cheguamdo a esta cidade, foy um colegio sem começar outra [obra]*⁸³. Como não o conseguiu fundar de imediato o desejado colégio, em junho de 1516 outorgou os novos estatutos ao Cabido e nele determinou que o Mestre Escola devia ter sempre nesta cidade um professor de gramática. O Arcebispo achava que a ignorância era um mal “consyderey que huma das cousas que ho muyto estrova he a ignorância”⁸⁴. A sua aspiração era reformar o ensino com a criação do colégio de artes e de teologia, com ensino gratuito para todos os que o desejassem. A fundação do colégio sempre foi a sua grande ambição, tal como comprova a carta de 5 de janeiro de 1531 de D. Diogo de Sousa a António Lopes, “Quero vos dar conta de hum movimeto em que estou posto (...) e namhe novo em minha vontade mas há mais de XX annos que comecei a entrar nele (...) desejey muito fazer hum colégio aquy d Artes e Theologia (...)”⁸⁵. Todavia os seus esforços não chegaram, para concretizar este seu objetivo.

Este desejo manifestado pelo arcebispo bracarense, tinha o apoio do rei D. Manuel, “[D. Manuel] foy diso mmui comtemte e louvou o meu propósito”⁸⁶, mas o projeto foi-se desvanecendo. Ressurgiu com o pedido do rei D. João III para que contribuísse para enviar estudantes para o estrangeiro; o arcebispo não se mostra recetivo e defende que se deveria aprender com os casos de Espanha e Itália: “sobre os estudamtes que [D. João III] quer mamdar para Paris apremder Theologia, na quall m’emcomemda e mamda que queira dar algua soma de dinheiro para os ditos estudantes (...)”⁸⁷. D. Diogo de Sousa aconselha “nam cures de manmdar a Paris sesemta escolares a apremder Theologia, mas mamday vir de lá

⁸² COSTA, Avelino Jesus da, 1990, “D. Diogo de Sousa, *cit.*”, p. 71.

⁸³ *Idem*, p. 78.

⁸⁴ A.D.B. livro das confirmações de D. Diogo de Sousa fls. 381-382v (Provisão de D. Diogo de Sousa sobre o colégio de S. Paulo) publ. J. S. da Silva DIAS, 1972, “Braga e a Cultura Portuguesa *Cit.*”, p. 48.

⁸⁵ COSTA, Avelino Jesus da, 1990, “D. Diogo de Sousa, *cit.*”, pp. 76-77.

⁸⁶ *Idem*, p. 78.

⁸⁷ *Ib.*, pp. 76-77.

sesemta lemtes (a modo de falar, porque até dez abastarám pera tudo) e emtam fazei um colégio”⁸⁸, e aponta o Porto ou Braga para a sua localização “pela calidade, ares e temperamça da terra”⁸⁹.

Somente em 1531, pouco antes de morrer, conseguiu realizar uma parte desta ambição, fundando o Colégio de São Paulo e a sua capela junto aos muros da Porta de Santiago, com ensino gratuito. Em maio de 1532, o colégio funcionava com dois professores de escrever e ler, um professor de gramática com o respetivo ajudante e um professor de lógica. Esta obra ficaria concluída no tempo do Arcebispo Infante D. Henrique.

D. João III tentou transferir D. Diogo de Sousa para Lisboa, com a finalidade de ter alguém com a experiência do arcebispo perto de si. Quando confrontado com uma mudança de Braga para Lisboa, o clérigo resume a sua obra na cidade de Braga ao monarca e o seu desejo de aí continuar a sua atividade pastoral. Relativamente às suas obras na cidade e na catedral, afirmada “quall [cidade] se pode dizer quamto a mim o que diseram d’Ottaviano por Roma que achara de ladrilho e a deixara de mármore, e eu achei esta de barro e sem templos nem gemte nem edeficios e agora a tenho fectaasy em edeficios pubricos como privados com acrecentamemto de muito povo e numero de mercadores e trato e ofeciaees das milhores cousas do Reyno. E quamto a esta See e edeficios dela e asy prata e ornamentos que nela fiz e pus sey que estaa muy diferemçada de totalas outras (...)”⁹⁰. Continuou apresentando razões, para ele não havia maior satisfação que ser arcebispo em Braga, porque *se hi [Lisboa] ha desejo de homrra, eu tenho a princípal em vosso Reyno, sendo arcebispo de Bragua e, de remdaey por mayor a minha que nenhua outra (...)*⁹¹. O seu desejo era permanecer na “sua Roma Portuguesa”.

Não obstante o não deixar Braga por Lisboa, o arcebispo D. Diogo de Sousa tinha um grande amor a Portugal e um grande afeto aos vários reis: “desejo tamto acrescentememto da vossa vida e real estado e a omra e fama e glória do seu reino e samtam verdadeiro português que amtes escolheria a morte que por nenhua cousa que podese ver ouvese de mudar natureza nem vontade de vos servir e aproveitar ao reino quamto ao meu poder estiver”⁹². Era incontestavelmente um homem próximo dos monarcas portugueses, facto que leva o rei D.

⁸⁸ Ib., pp. 76-77.

⁸⁹ Ib., p. 77.

⁹⁰ Ib., p. 71.

⁹¹ Ib., p. 71.

⁹² Ib., p. 77.

Manuel I, pouco antes de morrer, a 7 de abril de 1521, a nomeá-lo seu testamenteiro, juntamente com D. Martinho de Castelo Branco, conde de Vila Nova e Portimão. Ao rei D. Manuel sucedeu D. João III, que o nomeou capelão mor da rainha D. Catarina, sua mulher.

A relação com este monarca, o Piedoso, nem sempre foi a mais amistosa. Apesar de alguns conflitos entre o monarca e D. Diogo de Sousa, como é visível pela indignação do arcebispo quando o rei pretende interferir na jurisdição da cidade e dos coutos, o rei sempre recorreu a D. Diogo de Sousa em tempos de necessidade. Caso que sucedeu em 1528 quando D. João III pede a D. Diogo dez mil cruzados para o ajudar na compra das Molucas a Carlos V. O arcebispo bracarense ofereceu ao rei dois mil cruzados em dinheiro e várias peças em prata, trabalhada e dourada, sendo o peso superior a 85 kg, mais uma vez demonstrando a sua fidelidade ao monarca português.

D. Diogo de Sousa, já no outono da sua vida, a 4 de maio de 1530, preparando-se para a morte, fez testamento, nomeando como seus testamenteiros “o dyam de Cojmbra e António de Meneses meus sobrinhos e ao doutor Joham de cojmbra meu provisor e ao doutor Ruy Gomez meu vigajro e Johamcarnejro mestre escola meu camarejro”⁹³.

Faleceria treze meses depois, vítima de uma paralisia, na quarta-feira, dia 19 de junho de 1532. Foi sepultado na sua capela funerária como era seu desejo “mando que me lamçem na capela de Jesuu da Misericordia na qual tenho feita minha sepoltura”⁹⁴. Referiu também que pretendia que o enterrassem “vestido em abito de Sam Francisco com corda e descalço como frade sem debaixo aver camisa nem outra vestedura e depois me vistam em pontifical com mitra na cabeça”⁹⁵. O texto previa também que antes de ser tumulado na referida Capela da Misericórdia, no dia do seu enterramento “seja trazido o meu corpo ao cruzeiro amte a capela mor da see e hi me façam officio daquele dia jmterramente com suas oras e misa (...) e acabado o dito officio me lamcem loguo em minha sepoltura”⁹⁶.

No seu túmulo colocou um epitáfio no qual pretende assinalar os seus feitos mais notáveis. O epitáfio gravado no seu túmulo afirma o seguinte:

⁹³ A.D.B. – Gav. Dos testamentos, n° 71 publ. Rui MAURÍCIO, 2000, *O mecenato, II vol., cit.*, p. 305

⁹⁴ A.D.B. – Gav. Dos testamentos, n° 71 publ. Rui MAURÍCIO, 2000, *O mecenato, II vol., cit.*, p. 306.

⁹⁵ A.D.B. – Gav. Dos testamentos, n° 71 publ. Rui MAURÍCIO, 2000, *O mecenato, II vol., cit.*, p. 308.

⁹⁶ A.D.B – Gav. Dos testamentos, n° 71 publ. Rui MAURÍCIO, 2000, *O mecenato, II vol., cit.*, p. 306.

AQUI JÁS D. DIOGO DE SOUZA ARCEBISPO DE BRAGA FILHO DE D. RODRIGUES DE VASCONCELLOS SENHOR DE FIGUEIRÓ, E DO PEDRÓGÃO, E DE D. BRANCA SYLVA SUA MULHER O QUAL EL REI D. JOÃO II MANDOU POR EMBAIXADOR A ALEXANDRE PAPA VI. A LHE DAR OBEDIÊNCIA, E EL REI D. MANUEL TENDO FEITO CAPELLÃO MOR DA RAINHA D. MARIA SUA MULHER O MANDOU DAR SUA OBEDIÊNCIA AO PAPA JÚLIO II. EL REI D. JOÃO III O FEZ CAPELLÃO MOR DA RAINHA D. CATHARINA SUA MULHER O QUAL FEZ ESTA CAPELLA PARA SUA SEPULTURA. VIVEU LXXII. ANNOS E FALECEO A 18 DIAS DO MEZ DE JULHO DE 1532.

Deixou um filho, D. Pedro de Sousa, cónego e chantre da Sé de Braga e este, por sua vez, teve um filho, D. Diogo de Sousa, que veio a ser Inquisidor em Lisboa, do Conselho Geral, Bispo de Miranda e chegou a Arcebispo de Évora⁹⁷.

⁹⁷ ALMEIDA, Fortunato de, 1697, História da Igreja em Portugal, vol. 2, Porto, Portucalense p.642.

CAPÍTULO III - OBRAS DA RESPONSABILIDADE DE D. DIOGO DE SOUSA

1. OBRAS DA RESPONSABILIDADE DE D. DIOGO DE SOUSA: URBANISMO, ARQUITETURA E OUTRAS OBRAS ARTÍSTICAS

A atual forma da cidade de Braga é como um palimpsesto, conta uma história complexa, na qual o tempo interferiu, moldando-a consoante os séculos e o gosto dos homens que por ela passaram.

Braga deve a sua fundação aos romanos. A sua fisionomia foi alterada e adaptada consoante as necessidades, por ocupações, por invasões e também foi crescendo segundo a vontade de prelados apoiados, por vezes, na visão de arquitetos. A ocupação romana criou o primeiro núcleo populacional organizado, as invasões «bárbaras» ditaram a formação de muros protetores, amuralhando-se a cidade e modificando-se os lugares de culto. A cidade romana foi dando lugar a uma cidade medieval que cresce em torno da catedral, defendida por muralha, cujo traçado foi mudando ao longo de todo o período da Baixa Idade Média, assim como o aparato de edificações defensivas ao serviço da cidade.

Nos primórdios quinhentistas, a urbe bracarense distinguia-se somente por ser sede da arquidiocese de Braga. No tamanho e no desenvolvimento denotava um grande atraso. Mesmo para uma realidade pequena, como Portugal, não encontramos traços que provem uma ideia de rutura com a sua medievalidade, pelo menos até ao início do século XVI, data da entrada de D. Diogo de Sousa na cidade. Como refere Rui Maurício bastou o desejo do arcebispo e mecenas para que se operasse a uma criação urbanística de caráter renascentista no contexto de uma forte pré-existência medieval⁹⁸. A urbe era uma cidade com claros traços medievos, “mantinha, nos primeiros anos do século XVI, a sua feição medieval: exteriormente o fosso e a carcoabe, a barbacã, os muros, as torres, e o castelo; e no interior estreitas e angulosas ruas, cruzadas de travessas sombrias, rossios irregulares e apertadas cangostas, interrompidas pelas escadas da muralha. A população aglomerava-se ao sul e a poente da velha catedral, cedendo boa parte da cidade ao palácio aos jardins e às vinhas do arcebispo”⁹⁹.

⁹⁸ MAURÍCIO, Rui. 2000, *O mecenato cit.*, p. 15.

⁹⁹ Machado, José de Sousa, “Palácios, castelos e solares de Portugal, nº9 Casa dos Coimbrãs”, in *Ilustração Portuguesa*, 2º Série, 02/07/1906, p. 586.

D. Diogo de Sousa, que chegava de Itália, onde se vivia o apogeu do renascimento sentia que a cidade tinha uma imagem pequena, modesta e pobre, não passava de uma modesta aldeia para ele que vinha fascinado com a grandeza de Roma e de outras cidades da Península Itálica. Era uma cidade com pouca população. Tanto dentro como fora das muralhas a ocupação espacial estava mal distribuída, na sua maioria, o espaço era absorvido pelos quintais e pelas vinhas. As vias de comunicação, essencialmente as ruas, eram tortas e estreitas, o oposto das conceções e ideal renascentista.

D. Diogo, ao longo dos cerca de vinte e sete anos em que assumiu as funções de arcebispo e Senhor de Braga, transformou a cidade, rasgando ruas e praças, reedificando e construindo nobres edifícios, cerrando o fosso e suprimindo a barbacã, abrindo, não sendo descabido o epíteto que lhe é atribuído de novo fundador da cidade.

As alterações feitas por D. Diogo de Sousa seguiram uma linha renascentista influenciada por uma conceção vitruviana da cidade, na qual os edifícios obedeciam aos três requisitos principais, os da solidez (*firmitas*), da utilidade/funcionalidade (*utilitas*) e da beleza (*venustas*), tudo numa *ad perfectam ordinationem* ou perfeita ordenação seguindo modelos clássicos, tal como já se ia fazendo na Península Itálica¹⁰⁰. Abriam-se novos eixos, reordenaram-se ruas, reestruturaram-se espaços públicos que viriam a ser fundamentais para a estruturação dos espaços da periferia. Criaram-se (ou alteraram-se) ruas que passam a ser retilíneas, praças mais espaçosas e com ornamentos, ao mesmo tempo que o abastecimento de água é aperfeiçoado e se criam novos edifícios para melhorar as condições em que se exercia o poder concelhio e também, entre outros aspetos, o abastecimento comercial da cidade, indispensável para a fixação de população e, mesmo, desenvolvimento demográfico.

A compra de quintais e espaços pelo arcebispo permitiu que se ordenasse e organizasse o espaço, alterando assim a fisionomia e aspetos morfológicos da cidade.

No interior da cidade, criou um eixo central para a cidade, uma rua que se estendia desde a Rua do Souto (cujo traçado modificou, tornando-o retilíneo), prolongando-a pela Rua Nova de Sousa onde mandou fazer casas. A Rua de Sousa terminaria na Porta de Sousa onde mandou colocar uma fonte. Na porta de Sousa fez uma casa para os almocreves e em frente colocou um

¹⁰⁰ RIBEIRO, Maria do Carmo Ribeiro, 2008, *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*, Tese de Doutoramento, p. 105.

pelourinho de pedra. Criou também uma nova rua com acesso à Sé. Fez a rua de S. Marcos que se estendia da capela de S. Marcos até a Porta de S. Marcos.

Em frente à porta de Sousa mandou fazer a Praça do Peixe, e em frente à Sé fez a Praça do Pão. Para abastecimento de água “mandou correger de novo a fonte de S. Geraldo, a qual dantes era d’um arco velho e sem feição, aberto que tomavam a agua dentro delle”¹⁰¹, a água caía numa pia, nesta fonte fez uma imagem de S. Geraldo em pedra de Ançã.

No paço arcebispal melhorou as escadas e colocou uma fonte em frente da fachada principal porque a antiga estava degradada, fez um jardim entre este edificio e a Sé. Neste jardim “colocou outra fonte alta com pé e pia, o qual pé e pia parecem ser os melhores do Reino”¹⁰². Ainda dentro da cidade, comprou quatro casas que se derribaram, para fazer a câmara, feita de cantaria de dois sobrados. No frontispício colocou a imagem de Nossa Senhora¹⁰³, fez obras no castelo e modificou a Sé Catedral, alterando a fisionomia destes dois importantes complexos de edificado da cidade, a catedral e os paços arcebispais.

Nos arrabaldes mandou construir o rocio de Sant’Anna que antes estava cheio de árvores e vinhas, onde colocou um Cruzeiro com degraus e haste de pedra de Viana, neste campo e fez a ermida de Santa Anna com a sua capela. Neste campo pôs as colunas romanas. Fez de novo a igreja de Santa Maria à Branca, com sacristia, alpendre, órgãos, ornamentos e campanário e sinos, mandou que fosse toda ladrilhada e olivelada com frestas e grandes janelas pintadas. Em frente à igreja construiu uma fonte a partir do charco que aí existia. Ainda fora da cidade comprou o rocio da porta de S. Marcos e fez nele o Hospital de S. Marcos ao qual anexou a gafaria de S. Lourenço com a sua capela, as confrarias do Corpo de Deus e de Rocamador, lazaretos e albergues; para manter o seu pleno funcionamento concede-lhe os dízimos das igrejas de S. Martinho de Galegos e de Medelo. Inicialmente, a administração do Hospital ficou a cargo da Câmara, mas, com D. Frei Bartolomeu dos Mártires, passou para a tutela da Misericórdia. A partir da Porta de S. Marcos fez o caminho que vai para Guimarães e a fonte de S. Marcos com o seu chafariz. Fez um terreiro em frente à gafaria onde colocou um Cruzeiro, o mesmo aconteceu na porta de S. Tiago, onde também foi colocada uma Cruz. Arranjou a entrada da Igreja de S. Miguel o Anjo e em frente colocou uma cruz de mármore. Pôs outro, destes cruzeiros, na encruzilhada da estrada dos Chãos, de Prado e S. Martinho. Fez mais uma

¹⁰¹ FERREIRA, Mons. J. Augusto, 1935, *Fastos episcopais cit.*, p. 502.

¹⁰² Idem., p. 503.

¹⁰³ COSTA, Avelino Jesus da, 1990, “D. Diogo de Sousa, *cit.*”, p. 112.

fonte, a fonte da Carcova. Melhorou a Capela de S. Martinho de Dume. Em 1528, fora da Porta de Sousa mandou colocar outra Cruz. No ano de 1523, fez obras de conservação na igreja de S. Frutuoso, colocando na entrada no terreiro um Cruzeiro e uma fonte e fez a igreja de S. Jerónimo de Real. Mandou colocar uma forca para além dos montes dos *Pellames*, onde não existia mais nada.

Interveio em várias capelas, entre as quais, a Capela de S. Sebastião, a Capela de S. Miguel o Anjo, a Capela de S. Bartolomeu, a Ermida de Santa Marta, a Igreja de Santa Maria Madalena, na qual mandou por vestimentas, um cálice e um livro litúrgico. Reformou a Capela, igreja e alpendre de S. Marcos. Em 1531, fora da dita capela de Santa Madalena fez uma fonte e um campanário com seu sino. Neste mesmo ano, na rua da Cónega, que ligava a cidade à Igreja e Convento de S. Francisco, fez uma fonte, chamada de Fonte de S. Tiago e em S. Frutuoso fez uma casa para os peregrinos.

Todas estas reformas visaram uma requalificação urbana no interior da cidade muralhada e melhoramentos nos arrabaldes que favoreceram o desenvolvimento de vários pólos na periferia, ligando as portas da cidade a campos, nomeadamente o Campo dos Remédios, Campo das Hortas, Campo da Vinha, Campo das Carvalheiras e Campo Sant'Anna. Dentro e fora da cidade criou espaços públicos, as praças, e melhorou o abastecimento de água com a criação de novos chafarizes e fontes ou reparação dos já existentes, como o da Carcova, Granjinhos, Cónega (S. Tiago), S. Geraldo, S. Marcos, Senhora à Branca, Largo do Paço e Porta de Sousa. Ainda patrocinou a grandes obras de reformulação da igreja de Vilar de Frades e salvou da destruição a Igreja Matriz de Barcelos.

Note-se, como já foi referido, que o arcebispo colocou sistematicamente cruzeiros fora da cidade, num total de dez, e um pelourinho. O mapa de George Braun mostra-nos que ao percorrer os arrabaldes de Braga no século XVI se ia de encontro a estes vários cruzeiros. Os cruzeiros eram geralmente colocados em caminhos ou encruzilhadas de forma a proteger os caminhantes e a santificar os locais, constituindo-se também, muitas vezes, para além deste seu caráter de proteção, como pólos de devoção. Ainda hoje se mantém de pé o cruzeiro da no terreiro fronteiro à igreja de S. Frutuoso, onde é possível identificar as armas do arcebispo.

Um dos aspetos importantes nestas obras realizadas pelo arcebispo e que devemos destacar, são as fontes e chafarizes que este colocou dentro dos muros e nos arrabaldes da

cidade. Percebe-se que para além de uma apresentação estética, marcada pelas ideias renascentistas, a sua função era, principalmente, melhorar o abastecimento de água na cidade. Ao implementar uma rede de chafarizes também se modifica o semblante das praças. Estas passam a apresentar um gosto renascentista, mas associam-se à função pragmática de facilitar o abastecimento de água potável para os habitantes. Com a construção ou reparação de chafarizes e fontes, bem como com a criação de sistemas de condução e retenção de águas, onde não havia senão um charco de água, nascia uma fonte com seu chafariz, peitoril e ameias e fazia-se virar e correr água para a cidade. Ainda hoje, existem três fontes mandadas construir por D. Diogo de Sousa que se conservam, a Fonte de São Tiago, na Rua da Boavista, antiga Rua da Cónega, a Fonte dos Galos, perto da Ponte de S. João, junto ao rio Este, e a Fonte de S. Frutuoso, em frente à Igreja de S. Frutuoso.

A cidade modificou-se profundamente no século XVI, com a intervenção de D. Diogo de Sousa como ele próprio reconhecia em carta enviada ao rei D. João III: “eu achei esta [cidade] de barro e sem templos nem gente nem edificios e agora tenho feita assim de edificios públicos como privados”¹⁰⁴, permitindo um crescimento tanto da urbe como da população.

D. Diogo de Sousa modificou a cidade sob a influência de conceitos desenvolvidos pelo renascimento italiano que valorizavam o espaço, a iluminação e o arejamento da cidade, promovendo ainda muitos casos de criação ou de renovação arquitetónica, particularmente ao modo do gótico final/manuelino, como aconteceu na Sé Catedral, nesta época, e já desde os tempos em que foi arcebispo D. Gonçalo Pereira, no centro e «coração» da cidade e para onde convergiam todas as vias a partir das portas da cidade, centralidade visível no mapa de Georg Braun.

¹⁰⁴ COSTA, Avelino Jesus da, 1990, “D. Diogo de Sousa, *cit.*”, p. 41.

2. OBRAS DA RESPONSABILIDADE DE D. DIOGO DE SOUSA: SÉ CATEDRAL

Em Portugal, as mudanças estéticas decorrentes do renascimento balizam-se entre 1450 e 1550, tendo sido o seu início e o seu fim mais tardios do que na Península Itálica. Os seus começos não foram tão fulgurantes como na Península Itálica por razões óbvias (não foi em Portugal que o renascimento nasceu e se desenvolveu nas primeiras décadas do século XV), talvez, também, porque, provavelmente, o erário público se encontrava debilitado, principalmente por causadas conquistas em África e das guerras peninsulares conduzidas por D. Afonso V. A produção artística desenvolve-se no reinado de D. João II e atinge um momento de grandes realizações no reinado de D. Manuel I, altura que coincide com a descoberta do caminho marítimo para a Índia e o Brasil.

No alvorecer do século XVI, período áureo de Portugal, D. Diogo de Sousa, torna-se arcebispo de Braga, o arcebispado com mais rendas, levando-o a ser um dos maiores encomendadores de arte religiosa, de alfaias litúrgicas, paramentos e livros, para além das obras na cidade já referidas.

Segundo as palavras do arcebispo, “quanto a esta Sé e edifícios dela e assim prata e ornamentos que nela fiz e pus sei que está muito diferenciada das outras”¹⁰⁵.

A necessidade de valorização e de adaptação da catedral bracarense a novas necessidades litúrgicas, leva D. Diogo de Sousa a fazer várias obras de beneficiação e enobrecimento no edifício, assim como alterações de carácter funcional.

Começando pelas alterações que D. Diogo de Sousa efetuou na catedral, devemos começar pela capela-mor. Inicialmente, tentou recuperar a anterior executando um conjunto de reformas para corrigir os problemas, “mandou precintar a Capela-mor e abrir n’ela fresta largae”¹⁰⁶, simultaneamente, corrigir os degraus. Substituiu o púlpito de madeira por um de pedra, que mais tarde foi colocado na nave do alpendre de S. Geraldo. Estas alterações mantiveram-se até 1509, ano que chamou João de Castilho e mandou derrubar a antiga capela-mor para construir uma nova, diferenciada da anterior. Era maior, com frestas de vidraças, certamente para uma melhor iluminação, “coberta por uma abóbada de combados e de aljaróz de pedraria que se fez

¹⁰⁵ T.T., Gav.2 m 9 doc. 31 C. – publ. Avelino Jesus da Costa, 1990, *D. Diogo de Sousa cit.*, p. 70-75.

¹⁰⁶ FERREIRA, Mons. J. Augusto, 1935, *Fastos episcopais Cit.*, p. 487.

a primeira em Portugal até este tempo”¹⁰⁷. A par destas obras mandou fazer um retábulo para o altar em pedra de Ançã, “todo de pedra branca dourado em partes com figuras da mesma pedra, tanto ao natural, que por ventura neste género he o melhor de Hespanha”¹⁰⁸. Deste retábulo em pedra só se conserva o que hoje se usa como frontal do altar-mor (uma das edículas originais faz parte da coleção da Casa Museu de Guerra Junqueiro, Porto). Nesta mesma capela-mor mandou colocar grades de ferro de *obra romana*, as primeiras deste tipo a serem utilizadas em Portugal, mais tarde transferidas para a galilé da Sé, onde ainda se encontram.

Colocou na parede exterior traseira da capela-mor uma imagem em pedra Ançã representando a Virgem do Leite, ladeada pelas armas de D. Manuel e pelas suas.

Quando foram executadas estas obras o púlpito de pedra foi substituído por um púlpito *de macenaria*¹⁰⁹ com um portal rico e identificado com as armas de D. Diogo de Sousa.

D. Diogo ofereceu ainda um Cadeiral que se perdeu no século XVII.

Para as capelas, que ladeavam a capela-mor, forrou-as e mandou fazer três retábulos de madeira pintada, respetivamente, um para a capela do Santíssimo Sacramento, um para a capela de S. Pedro e outro para o altar de S. Sebastião com os altares em azulejo.

Quando mandou ladrilhar a sacristia, ofereceu os armários para a prata e, dotou o armário com ornamentos. Fez uma escada de pedra sobre a dita sacristia por cima da abobada. Na sacristia fez um altar juntamente com um retábulo e rasgou duas janelas, acabando com as duas pequenas que existiam. Nelas colocou vidraças e um portal de ferro.

¹⁰⁷ FERREIRA, Mons. J. Augusto, 1935, *Fastos episcopais cit.*, p. 488.

¹⁰⁸ CUNHA, D. Rodrigo da, 1989, *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga, cit.*, p. 293.

¹⁰⁹ COSTA, Avelino Jesus da, 1990, “D. Diogo de Sousa *cit.*”, p. 99.



Ilustração 1 - Frontispício da Sé de Braga (Fonte: Do Autor)

D. Diogo de Sousa modificou o portal principal, retirando o mainel e várias das arquivoltas românicas e enquadrando-o com colunas e arquivoltas em arco conopial abatido que, no topo, ostentam as suas armas. Em frente completou a galilé iniciada sob as ordens do cardeal D. Jorge da Costa, mandando que se completasse o lajeamento e grades de pedra. No frontispício desta galilé colocou sete imagens em pedra de Ançã dos quatro santos arcebispos de Braga, de S. Pedro e S. Paulo e do Anjo S. Miguel.

Na torre fez o peitoril com o seu entablamento e as ameias e arranjou toda a parte de fora. Fez o portal e as escadas de acesso das torres do sino para o antecoro. A torre do relógio foi entulhada, ladrilhada e olivelada e criou janelas que antes não passariam de frestas. Para melhorar o acesso ao coro colocou umas escadas novas e forrou-o de obra romana, ofereceu uma estante para os livros e uma caixa para estes se guardarem além de dois novos órgãos onde colocou as suas armas¹¹⁰.

Já no interior da Sé, no cruzeiro, abriu duas frestas e uma na nave maior, todas elas envidraçadas, mandou levantar os quatro arcos da torre-cruzeiro com a altura da nave central (os anteriores eram da altura das naves laterais) e forrou os tetos das naves e cruzeiro de madeira¹¹¹.

Quando executou o conjunto de reformas na capela-mor, retirou os corpos do conde D. Henrique e de D. Teresa e sepultou-os num túmulo único com o consentimento do Rei D. Manuel I¹¹². Segundo D. Rodrigo da Cunha, anos mais tarde, o Arcebispo D. Agostinho de Jesus ordenou que fosse aberto o túmulo para comprovar se estavam duas ossadas nesse mesmo túmulo. Este arcebispo passou as ossadas que se atribuíram a D. Teresa para um túmulo que D. Diogo de Sousa tinha preparado para si próprio¹¹³ mas que acabou por não ser usado para esse

¹¹⁰ CUNHA, D. Rodrigo da, 1989, *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga, cit.*, p. 293.

¹¹¹ Idem, p. 295.

¹¹² COSTA, Avelino Jesus da, 1990, "D. Diogo de Sousa *cit.*", p. 99.

¹¹³ Ver Anexo I, Ref.A11, p. 124.

fim, uma vez que o arcebispo veio a encomendar um outro onde ainda jaz na sua capela funerária.

Colocou quatro pias de água benta espalhadas pela Sé, duas na porta principal, outra na porta do Sol e a última na Porta de S. Geraldo. Dotou a Sé com uma nova pia batismal¹¹⁴.

A pia batismal encomendada por D. Diogo de Sousa tem uma base octogonal sem grandes motivos decorativos, essencialmente pequenos anjos. O pilarete que une a base e a taça é simples. Na taça mantém-se a mesma secção octogonal.



Ilustração 2 - Pia Batismal

(Imagem cedida pelo Museu-Tesouro da Sé de Braga)

Na capela de S. Geraldo fez uns degraus em pedra de acesso ao novo altar que revestiu de azulejos e que dotou com um novo retábulo. Ao mesmo tempo mandou ladrilhar toda a capela, construiu um altar mais pequeno, com grades, onde estava a sepultura de S. Geraldo. Mandou emadeirar e olivelar o alpendre e aí colocou o primeiro púlpito de pedra que mandara

fazer para a Sé e que foi substituído em 1509. Em 1527, mandou olivelar e pintar o restante da Capela, obras que se deveram a infiltrações por mau escoamento da água¹¹⁵.

Nesse mesmo ano, em 1527, mandou fazer um assento de pedra para a sepultura do Infante D. Afonso, filho do rei D. João I, reixas de ferro para o proteger, e pilares dourados suportando o sobrecéu *em obra romana dourada*¹¹⁶.

Também em 1527, trasladou o corpo de Santo Ovídio que jazia no chão para uma sepultura de pedra lavrada. Ficou encostado ao pano murário do cruzeiro na parte sul, onde foi embutido na parede com reixas pequenas de ferro. Tinha o vulto do bispo vestido de pontifical.

Em 1513, mandou fazer a sua capela funerária (para servir também a recém-criada Misericórdia). No altar-mor foi colocado um retábulo todo ornamentado, ladeado por paredes

¹¹⁴ COSTA, Avelino Jesus da, 1990, "D. Diogo de Sousa *cit.*", p. 100.

¹¹⁵ *Idem*, p. 101.

¹¹⁶ *Ib.*, p. 101.

azulejadas. Foi sepultado nesta capela onde ainda hoje se encontra o seu túmulo¹¹⁷. Mandou ladrilhar a capela de D. Lourenço e fazer um coro na dita capela¹¹⁸.

Calçou o pátio entre a capela de D. Gonçalo Pereira e o alpendre de S. Geraldo, fez uns degraus de pedra para a rua e uma nova porta. A par destas obras fez um campanário na capela de S. Geraldo¹¹⁹.

D. Diogo de Sousa ofereceu cinco sinos para a Sé. Os sinos têm que ser consagrados e batizados, esta cerimónia é denominada batismo do sino. É feita com varias abluções e unção com os óleos dos enfermos e do santo crisma; toda a cerimónia é acompanhada por orações próprias. O nome do sino advém da gravação do nome do doador ou do de um santo. O maior sino que ofereceu à Sé foi chamado de Sino de Deus; em julho de 1525, ofereceu mais dois sinos médios, o Sino Sant'Spiritus e o Sino Salvador. Os nomes dos sinos mais pequenos que D. Diogo ofereceu eram o de S. Geraldo e o de Santa Catarina. Todos os sinos doados por D. Diogo de Sousa acabaram por ficar quebrados.

¹¹⁷ *Ib.*, p. 101.

¹¹⁸ *Ib.*, p. 101.

¹¹⁹ *Ib.*, pp. 100-101.

CAPÍTULO IV - AS DOAÇÕES DE D. DIOGO DE SOUSA

1. IMPORTÂNCIA DOS OBJETOS LITÚRGICOS NA CELEBRAÇÃO DA MISSA

A celebração da missa está diretamente relacionada com o culto prestado a Deus; o objetivo de toda a celebração litúrgica é a proclamação da Palavra de Deus. O cristianismo utiliza a liturgia associada a rituais nas cerimónias de culto. Nestas celebrações relembram-se as profecias do Antigo Testamento e como Cristo esteve presente desde o início¹²⁰, as Suas palavras e, na missa, o momento do mistério pascal, a recriação da Última Ceia, com a transformação do pão e do vinho no corpo e sangue de Cristo. A liturgia baseia-se na continuidade dos ensinamentos de Deus através da sua presença espiritual, Cristo está perpetuado nos sacramentos recebidos pelos fiéis, acompanhado o homem até ao fim dos tempos, “Eu estarei convosco todos os dias até ao fim do mundo”¹²¹. A conceção da missa deve ser vista como um sacrifício movido pela fé e culto a Deus, na qual se pretende reproduzir o ritual feito por Jesus antes de se entregar para voluntariamente sofrer a morte. A sua entrega voluntária para receber a morte é a Sua Paixão e símbolo da remissão dos pecados. O ritual executado por Cristo na véspera da Páscoa dos Judeus, ou seja, a Última Ceia, continua a ser repetido, durante o qual se santificando o pão e o vinho, à semelhança do que Jesus fez com os apóstolos, ordenando que os mesmos gestos se repetissem pelos seus seguidores, em sua memória, “fazei isto em memória de Mim”¹²².

Todo este ritual é uma ação simbólica composta por gestos, palavras e símbolos que, relacionados entre si, formam a liturgia católica. Esta cerimónia, feita dentro ou fora dos templos, é considerada sagrada e pretende recordar o caminho da salvação, “lembrando que onde dois ou três estão reunidos no meu nome, eu estou no meio deles”¹²³. O ritual litúrgico pretende estabelecer o contacto entre Deus e os fiéis através da presença de símbolos.

Desde a organização de uma catedral, à colocação dos objetos, aos paramentos, aos livros usados e às posições dos corpos dos oficiantes, tudo faz parte do aparato cénico da homenagem a Deus. Todo este ritual que perpetuamente lembra o sacrifício da cruz, além de sujeito a

¹²⁰ Ef 1.

¹²¹ Mt 28, 20.

¹²² 1Cr 11, 2.

¹²³ Mt 18, 20.

normas, é considerado como uma manifestação da ação de Deus, ao qual o homem responde, expressando a sua condição. Na maioria destes rituais, quer no interior, quer no exterior dos templos, são usados certos objetos, que desempenham funções e/ou ornamentam a celebração.

A liturgia baseia-se numa recolha de dados na Bíblia e, de forma simbólica, passou a usá-los durante as cerimónias. Assim, usam-se o incenso, os candelabros ou castiçais, o prato das lavandas e instituíram-se cerimónias às quais, consoante o tempo litúrgico, correspondem cores próprias. Adotaram-se elementos relacionados com a morte de Jesus, como a cruz, a coroa de espinhos. A importância de dioceses, como foi o caso na de Braga, por vezes implicava ritos e escolhas litúrgicas próprias, seguidos, por exemplo, na celebração da missa, principalmente no que se refere a gestos, na admissão aos sacramentos e nas escolhas das leituras.

Se as imagens dizem mais que as palavras, podemos afirmar que D. Diogo de Sousa quis criar um aparato cénico, embora numa escala mais pequena, idêntico ao aparato que tinha vivido em Roma. As mudanças na catedral e os objetos litúrgicos, os livros e os paramentos doados, as obrigações estipuladas ao clero após a realização do sínodo, visam a mudança de hábitos e ultrapassar falhas reconhecidas no arcebispado bracarense.

O ritual romano ou o bracarense são repletos de gestos, ações e palavras que deveriam ser executadas pelo condutor da missa, de uma forma rigorosa e associada a um conjunto de símbolos. Este estudo não se debruça sobre o rito bracarense mas sobre os objetos litúrgicos doados por D. Diogo de Sousa, mas queremos chamar a atenção para o fato de que existia um rito especificamente bracarense.

Todo o cerimonial deve ser preparado previamente. No caso da missa, onde estão reunidos os fiéis e se reproduz o sacrifício do Corpo e Sangue de Cristo, o arcebispo deve entrar paramentado, ao som dos cânticos de entrada¹²⁴, num local amplo e mobilado, à semelhança de Cristo com os apóstolos¹²⁵, em último lugar, antecedido por uma cruz com Cristo crucificado e castiçais que se colocam em cima do altar, perante o povo de Deus reunido, a cumprir a vontade de Cristo. Nesta entrada incensa-se a igreja utilizando o turíbulo e a naveta. Ao chegar ao altar o arcebispo deve fazer um gesto de veneração, beija o altar e incensa o mesmo juntamente com a cruz. No altar, é posta uma toalha branca sobre a qual é colocado o missal,

¹²⁴ Missal Romano *Cit.*, it. 39-40.

¹²⁵ Lc 22, 10-13.

no mínimo dois castiçais com as velas acesas, e, posteriormente, o cálice e a patena, as galhetas com o vinho e água, um gomil, um prato de lavandas (se for necessário) e uma caldeirinha com o hissopo, caso se faça uma bênção coletiva. O cálice deve estar sempre coberto por um véu.

A missa está dividida em duas partes, a liturgia da palavra e a da eucaristia. As leituras das Sagradas Escrituras, que todos devem escutar e/ou cantar (“que a palavra de Cristo permaneça em vós com toda a riqueza ensinando-vos e admoestando-vos mutuamente com toda a sabedoria”¹²⁶). A consagração do pão e o vinho faz-se à semelhança da Última Ceia, crendo-se que ocorre a transubstanciação destes elementos no corpo e sangue de Cristo; levam-se ao altar o pão e o vinho com água, isto é, aqueles elementos que Cristo tomou em suas mãos, e o sacerdote parte o pão à semelhança de Cristo na Última Ceia¹²⁷. É colocada uma parte da hóstia no cálice para significar a unidade entre o corpo e o sangue de Cristo. Os fiéis recebem o corpo de Cristo como salvação para a vida eterna, do mesmo modo que os Apóstolos receberam o pão e o cálice da mão de Jesus. A elevação da hóstia representa o momento em que Cristo foi elevado na cruz. A hóstia consagrada deve ser misturada com o vinho consagrado, simbolizando a união entre o corpo e sangue de Cristo.

A ornamentação da igreja e do altar não obedecem a uma regra única; atualmente, apenas é obrigatório que todos os presentes na missa consigam ver o altar, mas é notório pelas peças oferecidas pelo arcebispo que, no seu tempo, a Sé e a sua Capela funerária (por sua vontade, também para uso pela Misericórdia) tinham todas as alfaias litúrgicas necessárias à realização das cerimónias litúrgicas. Para a celebração da missa era necessário que o altar fosse fixo, estivesse ornamentado para receber o sacrifício eucarístico; na Igreja (no seu duplo sentido de conjunto de todos os cristãos e de edifício construído), “que tem como alicerces os Profetas, os Apóstolos e o próprio Jesus Cristo, o altar é a peça mais importante da construção”¹²⁸. Mas o altar pode ser móvel se houver a necessidade de deslocar a celebração para outro espaço.

Todo o espaço do templo deveria ser alvo de ornamentação. As alfaias litúrgicas não tinham uma forma fixa, podendo ser feitas nos mais variados estilos e com ornamentações diferentes, poderiam ser obras de arte mas sendo concebidas para desempenharem uma função e terem utilidade na celebração. Mesmo os materiais que constituem as alfaias podem ser variados, mas

¹²⁶ Cl 3, 16.

¹²⁷ Complementar informações com a leitura de 1Cor 10, 16-22.

¹²⁸ Ef 2, 20.

o mais indicado, particularmente para as alfaias em contacto com as sagradas espécies, seria optar pelos metais nobres (ouro e prata) e, não sendo feitos nestes materiais, pelo menos deveriam ser dourados no interior. Os principais vasos sagrados são o cálice e a patena, onde se consagra e consome o pão e o vinho, como tal, a copa dos cálices deve ser de uma matéria sólida que não absorva líquidos. Para além destes vasos sagrados, devemos olhar com atenção para outras alfaias usadas nos altares e nas cerimónias religiosas, como cruces de altar (por vezes, também adaptáveis para serem usadas nas procissões), castiçais, âmbulas, galhetas, turíbulos, navetas, caldeirinhas com hissopo, campainhas, e os livros litúrgicos, todos eles necessários nas liturgias.

Além destes objetos, a indumentária usada por todos os elementos que desempenham funções na celebração do ritual litúrgico é diversificada e ao mesmo tempo complexa. As vestes litúrgicas são, por vezes, ornamentadas, exibindo iconografia e materiais preciosos, razão pela qual estas vestes são muitas vezes consideradas como possuindo um valor artístico. Assim, as vestes sagradas ou paramentos são concebidas de modo a que se adequem ao papel representado por cada interveniente e contribuem para um maior aparato cénico da celebração. A primeira veste é o amito e, por cima, todos os ministros devem vestir a alva, com o cingulo na cintura. Por cima da alva, deve usar-se a dalmática ou casula e estola, conforme o estatuto do oficiante. A estola deve ser colocada sobre o pescoço com continuidade sobre o peito. Nas procissões, o prelado pode usar a capa ou pluvial conforme as necessidades. Todas estas vestes podem ser constituídas por vários tecidos, com maior ou menor riqueza e com ornamentos que façam alusão ao sagrado. Os paramentos devem ter cores diferenciadas consoante a época e o tempo litúrgico. Um prelado, ao celebrar a missa, além destas vestimentas, pode estar adornado com a mitra, a cruz peitoral, o anel episcopal e o báculo.

A análise das doações de D. Diogo à catedral de Braga leva-nos a crer que D. Diogo de Sousa deve ter pensado em criar uma nova dinâmica na catedral bracarense.

2. OURIVESARIA

Com a chegada do arcebispo D. Diogo de Sousa à catedral bracarense, assistiu-se a um esforço deste prelado para aumentar e renovar as alfaias usadas no culto. Segundo as suas próprias palavras, a catedral estava desprovida de objetos de culto, e, mais tarde, D. Diogo lembra ao rei D. João III que a modificou tornando-a diferente de todas as outras catedrais, não só pelas doações como pelas obras executadas, “quanto a esta Sé e edificios dela e assim prata e ornamentos que nela fiz e pus sei que está muito diferenciada das outras”¹²⁹. O Arcebispo fez gastos enormes para adquirir alfaias, o que se torna evidente quando comparamos o gasto em obras em prata e ouro com um salário de um juiz, “29 das 49 peças de ourivesaria oferecidas por D. Diogo de Sousa custaram 2.063.951 reais, (...) um juiz de Braga ganhava então apenas 20 mil reis por ano”¹³⁰.

Desconhecemos os motivos pelos quais a Sé de Braga se encontrava carenciada de objetos litúrgicos mas, podemos avançar duas hipóteses explicativas desta situação. O uso frequente das peças que, naturalmente, conduz ao seu desgaste, levava a que as peças envelhecidas e deterioradas fossem fundidas para com os metais preciosos se fazerem outras, novas. Outra explicação poderá ter sido a requisição forçada da prata das igrejas, ordenada pelo poder régio, ou seja por D. Afonso V, em 1475, para financiar as guerras com Castela. Sabemos que a catedral bracarense não foi poupada a esta requisição, embora como José Marques afirma, as pratas tivessem sido tiradas pela força, “tendo sido quebradas as fechaduras da porta do sol e do thesouro porque Gonçalo Fernandez de Barros que era thesoureiro as non quis abrir”¹³¹.

A avaliar pelas peças oferecidas pelo arcebispo que ainda subsistem e pelas descrições que chegaram até nós de outras, se todas as suas doações de alfaias ainda hoje existissem, seriam autênticos tesouros, quer pelos materiais, quer pela iconografia, quer pelo seu valor artístico. Todavia estas peças foram-se perdendo com o tempo, restando apenas um número pouco significativo. O desgaste e conseqüente renovação das alfaias, as pilhagens em momentos de guerra como aconteceu aquando das invasões francesas, entre outras situações que se

¹²⁹ COSTA, Avelino Jesus da, 1990, “D. Diogo de Sousa *cit.*”, p. 45. Em certa parte, o arcebispo D. Diogo de Sousa tem razão; porém, segundo o padre Avelino Jesus da Costa, a Sé de Coimbra conheceu um mecenas, D. Jorge de Almeida, que também dotou a catedral de Coimbra com um espólio artístico semelhante.

¹³⁰ COSTA, Avelino Jesus da, 1984, *D. Diogo de Sousa, Novo Fundador de Braga e Grande Mecenas da Cultura*, Braga, s.e., p. 45.

¹³¹ MARQUES, José, 1989, *O Príncipe D. João (II) e a recolha das pratas (...)*, p. 209.

desconhecem, levaram à sua perda. O conhecimento das peças chega-nos pelo facto de terem sido cuidadosamente discriminadas no *Memorial das obras que D. Diogo de Sousa mandou fazer* e nos três inventários da Sé de Braga, nomeadamente, os de 1589, 1645 e 1761. O *Memorial* e estes inventários e permitem-nos fazer uma análise profunda do mecenato do arcebispo neste âmbito da sua multifacetada ação.

As doações feitas pelo arcebispo não parecem obedecer a um programa global. Pelas datas em que foram feitas, podemos supor que estas eram feitas consoante as necessidades da Sé ou por simples boa vontade do arcebispo. Muitas peças foram também doadas para equipar a capela funerária do arcebispo, embora 69% das descrições não revelem o local a que as peças eram destinadas. De entre o elenco de peças para as quais se revela o local a que eram destinadas, sabemos que 19% das peças foram destinadas à sua capela funerária, a Capela de Jesus da Misericórdia, 8% foram destinadas à capela-mor da catedral, 1% ao Chantre e os 3% restantes para outros locais. Mas os 69% para as quais não é citado o local a que se destinavam foram, muito provavelmente, aplicados à Sé.

Como já foi referido, as peças não foram dadas numa sequência cronológica de ritmo anual, no entanto, podemos apontar com alguma certeza que as doações se iniciaram logo em 1506. Esta data parece ser a mais lógica para o início destas doações pois o arcebispo D. Diogo de Sousa chega a Braga em novembro de 1505, reúne o sínodo no mês de dezembro e, provavelmente, ainda não tinha pleno conhecimento das necessidades da Sé. Na verdade, o que parece confirmar esta nossa hipótese, no inventário de 1589, refere-se como sendo a sua primeira doação, datada de 14 de dezembro de 1506, uma cruz de altar com crucifixo. No entanto, chamamos a atenção para o facto de existirem dezasseis peças às quais não é atribuída nenhuma data de doação.

Entre 1506 e 1528, o prelado doou à Sé de Braga mais catorze peças, entre as quais duas peças que ainda hoje subsistem, o cálice manuelino (1509) e a *predela* (porta paz?) em pedra de alabastro doada no domingo de Páscoa (26/04/1527); neste mesmo dia da Páscoa de 1527, ofereceu uma Imagem de S. Geraldo e a peça de maior valor, um báculo. Em 1531, provavelmente prevendo o seu falecimento, oferece dez peças, entre as quais se encontra a custódia roubada durante as invasões francesas e que está no museu no Château de Chantilly. É neste mesmo ano que executa o seu testamento, no qual faz um conjunto de doações à sua capela funerária (todos os ornamentos que possuía na capela de sua casa, ou seja, na sua

capela palatina: “mando que em quall quer tempo que falecer fiquem ha minha capela da misericórdia todolos ornamentos que agora tenho e tener ao diante a prata da minha capela de casa”¹³².

O arcebispo não se limitou a doar peças, mandou restaurar objetos deixados pelos seus antecessores, nos quais se inclui a cruz de galhos tomada do rei de Castela na Batalha de Aljubarrota e oferecida por D. Lourenço Vicente à Sé de Braga, uma custódia pequena, uma cruz de prata (1463) e um turíbulo, peças com as armas de D. Fernando da Guerra.

A este propósito, deveremos lembrar as doações de D. Diogo de Sousa à Sé do Porto, enquanto prelado desta diocese, assim como a doação que fez à sé do Porto em 1517, sendo já arcebispo de Braga. Para compreender a grande diferença no número de peças devemos ter em atenção a diferença entre os recursos económicos à disposição do bispo do Porto e do arcebispo de Braga e o muito mais curto espaço de tempo durante o qual D. Diogo de Sousa foi bispo do Porto. Na verdade, o período durante o qual D. Diogo de Sousa exerceu as funções de arcebispo de Braga excedeu em mais de dezassete anos o tempo em que foi bispo do Porto. No entanto, sabemos que, enquanto prelado do Porto, entre 1495 e 1505, deu um cálice com a sua patena todo de prata dourada, com campainhas e as suas armas esculpidas; pesava com a patena dez marcos esforçados, pesando a patena sozinha um marco e meio e meia onça. Não existe descrições que conheçamos da iconografia destas peças. Em 1517, já como arcebispo de Braga, ofereceu à sé do Porto uma custódia, mesmo que esta apareça catalogada no inventário da sé do Porto de 1579 no “item” do “titulo dos cálices”; no entanto, existe uma referência de Pereira Novais segundo a qual se descreve a peça como “... siendo este cálice em forma de custódia sobre dorada”¹³³. Esta custódia de prata dourada na parte superior tem uma cruz ladeada por quatro pilares, tem haste sextavada com esmaltes com linhas góticas floridas e uma base elíptica onde estão as armas de D. Diogo de Sousa. O hostiário é protegido por uma estrutura ladeada por dois botaréis que suportam um baldaquino através de arcobotantes estilizados, nas laterais inferiores aparecem dois tintinábulo. A peça pode ser desarticulada em numerosos elementos que estão presos por um espigão central. Esta custódia ainda hoje existe e está na diocese do Porto.

¹³² A.D.B., Gav. Dos testamentos, n° 71 publ. MAURÍCIO, Rui, 2000, O mecenato *cit.* II vol., p. 306.

¹³³ “Inventário do ouro, prata, ornamentos, tapeçaria e todas as mais coisas que ao presente foram achadas nesta sé do porto conforme ao inventário que dantes fez o senhor bispo Aires da Silva e coisas que de novo cresceram”, 1984, *Manuscritos inéditos da BPMP*, II série, 2, Porto, p. 5.

A diferença nas doações é bastante grande, enquanto à Sé do Porto legou três peças de ourivesaria, à Sé de Braga deu mais de cento e vinte quilos em alfaias de prata e de prata dourada.

2.1 MATERIAIS E TÉCNICAS

Podemos analisar os materiais que compunham os objetos pelas descrições contidas no *Memorial* e inventários da Sé que são as únicas fontes documentais que nos permitem conhecer os materiais e as técnicas usadas nas alfaias legadas pelo arcebispo. Estas fontes, no entanto, não nos revelam o teor dos metais que constituíam os objetos; na maioria das descrições de peças, o peso indicado é o seu peso total, não fazendo distinção entre as percentagens de prata, ouro ou esmalte; somente para nove objetos litúrgicos são indicados os valores da prata, do esmalte, do ouro e do *feitio*.

Do conjunto das alfaias litúrgicas doadas por D. Diogo de Sousa sobressai a utilização da prata, essencialmente prata dourada, deste modo sabemos que a prata não foi utilizada em casos pontuais ou apenas em tipologias específicas de objetos litúrgicos. A prata dourada era o material utilizado por excelência nas doações do arcebispo.

A oferta de peças exclusivamente em ouro é feita em casos pontuais; foram doadas somente três peças com uma composição completamente em ouro, uma pequena cruz peitoral e dois anéis. É uma matéria-prima que foi usada em peças com um peso máximo de dez cruzados e meio, revelando-nos que a sua utilização é feita unicamente em peças de pequena dimensão e para uso pessoal do arcebispo.

As peças de prata podem estar associadas ao ouro, no caso da prata dourada. As referências a esmaltes são muito frequentes, principalmente quando se refere a inclusão nas peças do brasão do arcebispo D. Diogo de Sousa. Os esmaltes eram muito maleáveis e conseguiam-se obter diferentes cores quando aplicados com uma partícula de vidro, sendo fácil aplicá-los em metais. O esmalte é usado pelo seu valor decorativo (*anjos com assas esmaltadas de verde, azul e roxo*³⁴) ou em representações heráldicas, às quais estão associadas cores (as

³⁴ A.D.B. – Registo Geral, livros 351, publ. Avelino Jesus da COSTA, 1985, *A Biblioteca e o tesouro cit.*, p. 79.

armas do arcebispo D. Diogo de Sousa eram, evidentemente, porque usava armas plenas dos Sousa de Arronches, esmaltadas de *branco e vermelho e azu*).

As obras doadas pelo arcebispo são maioritariamente em prata, mas D. Diogo de Sousa optou pela prata dourada para quase todas as peças que doou à Sé de Braga. As peças em prata dourada são aquelas que foram sujeitas a douramento, passando a ter uma coloração amarela; o ouro era o metal mais nobre da época, motivo pelo qual se faz o douramento da prata. O douramento numa peça em prata significa aplicar uma camada de ouro sobre o objeto, aumentando o seu valor. A arte de dourar peças em prata era dispendiosa; tratava-se de um trabalho especializado que exigia uma formação especial do artesão que deveria usar unicamente ouro de vinte e quatro quilates. Em algumas peças mais volumosas, tanto a prata como o ouro ou a prata dourada, como metais nobres, podiam cobrir metais menos valiosos ou madeira colocados no interior do objeto («alma»).

Como já foi referido, a par destes metais nobres que estão à vista, sabemos que algumas peças poderiam incluir latão, ferro, cobre e madeira. As descrições do *Memorial* e dos inventários raramente referem estes detalhes mas, pontualmente, encontramos esse tipo de informações. É importante ter em atenção que por vezes o interior das peças teria cobre (*hum cano de cobre que tem dentro*³⁵, *tem dentro uma haste de pau coberta de oito canos de prata*³⁶; *tem a sua haste com pau coberto de prata*³⁷). Nestes casos, é identificada a presença deste tipo de materiais, no entanto, é possível que outras peças descritas mais sumariamente pudessem ter na sua composição estes materiais menos nobres, principalmente de forma a preencher o interior da peça.

As cores do esmalte que predominam nas peças oferecidas por D. Diogo de Sousa eram o azul (consistindo numa mistura de vidro com bicromato potássico ou óxido negro de cobalto), o branco (uma combinação com óxido de estanho), mas também o verde (mistura com vidro com nitrato de cobre ou óxido de ferro) e o vermelho.

A forma como as peças de ourivesaria lavrada são descritas varia. Estas podem ser apresentadas como sendo lavradas *de bastiões*, *de imaginária*, *de romano* (ou *de romão*) e *de folhagem*, embora desconheçamos os detalhes iconográficos da maioria das peças. Um objeto

³⁵ A.D.B. – Registo Geral, livros 351 publ. Avelino Jesus da COSTA, 1985, *A Biblioteca e o tesouro cit.*, p. 122.

³⁶ A.D.B. – Registo Geral, livros 351. publ. Avelino Jesus da COSTA, 1985, *A Biblioteca e o tesouro cit.*, p. 113.

³⁷ A.D.B. – Registo Geral, livros 351. publ. Avelino Jesus da COSTA, 1985, *A Biblioteca e o tesouro cit.*, p. 113.

lavrado *de bastiões* significa que possuía lavores de figuras relevadas em prata, geralmente representando animais ou fantasias. Um artefacto lavrado *de romano* podia possuir folhagens, um friso ou elementos classicizantes. Quando a peça era *de imaginária*, isso indica-nos que a peça incluía imagens ou figuras de vulto. Se a peça era lavrada *de folhagem*, isso indica-nos que o artífice ornamentou a sua obra com folhagem.

Além do custo com a matéria-prima, é importante contemplar a questão do custo da mão de obra, ou *feitio*. Somente relativamente a três peças - báculo com haste, turíbulo e cálice com patena - encontramos a descrição detalhada do valor da peça, distinguindo-se o valor pago pelo *feitio*. No caso do báculo, a prata valia 99\$414 reais, o ouro 40\$000 reais, o esmalte 7\$000 reais e o feitio 168\$000 reais; no caso do turíbulo o valor do feitio é de 3\$500 reais por marco; como a peça tinha 18 marcos de prata, o feitio corresponderia a um valor de 63\$000 reais, ou seja, metade do valor da peça (125\$555); no caso do cálice com patena que custou 8\$620 reais, levou de ouro 1\$300 reais e o feitio custou 1\$800 reais. Apesar de não conseguirmos identificar mais valores para o *feitio*, estas três peças parecem indicar que uma parte significativa do preço da alfaia se destinava a pagar a mão de obra.

D. Diogo de Sousa teve o cuidado de empregar os melhores materiais em cada peça. Parece poder-se afirmar que pretendia reforçar o valor simbólico da peça com o seu valor material. A constituição das peças que o arcebispo mandou executar para a Sé indica que, para além de terem um carácter utilitário, teriam um propósito de enobrecimento das cerimónias, se não se tratava mesmo de ostentação, sublinhando o lugar da catedral de Braga como *Primaz das Espanhas*.

É importante conhecer as peças de ourivesaria que subsistem em coleções museológicas portuguesas das primeiras décadas do século XVI (durante as quais D. Diogo de Sousa foi arcebispo de Braga) para podermos ter uma ideia de como seriam as alfaias doadas por este arcebispo e que, entretanto, desapareceram. Apesar de muitas peças de ourivesaria nacional, dos fins do século XV e inícios do século XVI, se terem perdido ou desaparecido, ainda sobreviveram alguns dos objetos que, muito provavelmente, se poderiam assemelhar com os doados por D. Diogo de Sousa; as peças que subsistem permitem-nos imaginar como seriam as alfaias doadas por D. Diogo. No Museu Nacional de Soares dos Reis encontramos uma naveta muito idêntica à do Museu Regional de Beja e à do Museu de Arte Sacra do Funchal; poderiam ser semelhantes à doada por D. Diogo de Sousa. No Museu de Arte Sacra do Funchal,

encontram-se várias peças de prata que poderiam ser comparáveis às adquiridas por este arcebispo bracarense, caso dos dois turíbulos (possivelmente idênticos ao da Capela de Jesus da Misericórdia, a capela funerária de D. Diogo), mais uma caldeirinha, uma cruz processional e um cálice com tintinábulo.

Peças na coleção do Museu Machado de Castro poderiam ser semelhantes à estante de Missal, a um gomil, dois cálices com patena e uma custódia, esta também idêntica à que está no Museu Alberto Sampaio e muito semelhante à doada pelo arcebispo à Sé do Porto em 1517. Também o Museu de Évora possui um cálice que poderia ser semelhante ao cálice doado à sé de Braga por D. Diogo de Sousa em 1509.

Também o Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) possui no seu vasto espólio peças que poderiam ser idênticas às que existiam na Sé de Braga, doadas pelo prelado ao qual temos vindo a dar atenção. Podem estabelecer-se paralelos entre peças da coleção do MNAA como cálice de 1524, com tintinábulo e uma base e haste muito trabalhadas, os castiçais do primeiro quartel do século XVI, ou a custódia de Belém em que encontramos semelhanças, principalmente na base e no topo, com a custódia doada à Sé do Porto por D. Diogo em 1517.

2.2 OBJETOS E ICONOGRAFIA

Analisar separadamente as peças de ourivesaria doada por D. Diogo de Sousa é um dos aspetos mais importantes neste trabalho. Nesta parte, ao examinar singularmente cada objeto de culto devemos compreender a sua importância nas cerimónias religiosas, de que forma a relacionarmos as peças entre si e a melhor compreendermos as escolhas iconográficas que lhes foram associadas. Como anteriormente já foi referido, D. Diogo de Sousa equipou a Sé e a sua própria capela funerária com alfaias litúrgicas suficientes para que as cerimónias e rituais fossem devidamente celebrados; estas doações, para além do enriquecimento e engrandecimento que conferiam à catedral bracarense e à sua capela funerária, eram indispensáveis ao seu normal funcionamento.

Por outro lado, queremos também dar atenção às escolhas iconográficas associadas a cada peça; chamamos no entanto a atenção do leitor para o facto de as fontes documentais que

usámos nem sempre as referirem, ou o fazerem de modo pouco detalhado. Na maioria das peças, a iconografia refere passagens bíblicas.

Outro aspeto que sobressai na análise da maioria das peças é a presença do brasão do arcebispo, identificando as suas doações e provando o seu mecenato.

2.2.1 OBJETOS RELACIONADOS COM A EUCARISTIA

As **âmbulas**, frequentemente denominadas vasos dos óleos santos, são três recipientes destinados a conservar os santos óleos, dos catecúmenos, do crisma e dos enfermos. Deveriam estar num local próprio ou perto do Santíssimo Sacramento, do lado do Evangelho. Estes *vasos* deveriam ser executados em prata ou ouro e deveriam ter legenda identificando cada óleo. D. Diogo de Sousa obedeceu a estas regras e doou âmbulas em prata dourada, com os respetivos letreiros, *tem cada hua delas letras que declarão ho óleo pera que cada hua serve*¹³⁸. Tinham as armas do arcebispo e pesavam 2.120kg.

O arcebispo ofertou as únicas âmbulas que durante muito tempo existiriam na Sé, não havendo referência a outras nos inventários de 1589 e 1645.

No ritual cristão, de entre os utensílios do altar, **o cálice** é dos mais importantes conjuntamente com a **patena**. É o primeiro de entre os utensílios litúrgicos a ser benzido pelo Bispo ou presbítero e é utilizado na consagração do vinho na celebração Eucarística, à semelhança do que Jesus fez na Última Ceia, “este cálice é a nova aliança do Meu sangue que é derramado por vós”¹³⁹.

Os mais diversos materiais deram corpo aos cálices. A sua forma tem uma composição pouco variável, possui uma copa sustentada por uma haste munida de um nó, a qual se apoia num pé largo denominado base que, muitas vezes, tem uma forma circular. A copa possuía sempre o material mais nobre por se destinar à transubstanciação do vinho. A ornamentação dos cálices variou consoante as épocas e a riqueza das igrejas. Nos cálices góticos aparecem tintinábulo ou seja campainhas no bojo dos cálices. O seu toque simboliza a ressurreição de Cristo.

¹³⁸ A.D.B. – Registo Geral, livros 351, publ. Avelino Jesus da COSTA, 1985, *A Biblioteca e o tesouro cit.*, p. 117.

¹³⁹Lc 22, 20

A sua utilização na liturgia remonta aos inícios da instituição da eucaristia. Além de símbolo de fé representa a vida eterna e a remissão dos pecados, “bebei dele todos, pois isto é o Meu sangue, o sangue da aliança que é derramado em favor de muitos, para a remissão dos pecados”¹⁴⁰. Ao cálice está associada a patena, uma espécie de prato circular que serve para receber a hóstia sagrada. Pretende representar o prato no qual os fiéis depositavam os pães para serem consagrados. O material que constitui a patena é igual ao do cálice e, geralmente, formam um conjunto.

O arcebispo-mecenas, segundo o *Memorial* e os inventários, doou vários cálices com a correspondente patena. No estudo feito por Avelino de Jesus da Costa, este considerou que nos inventários apareciam cinco cálices doados pelo arcebispo, porém numa análise mais cuidada dos cálices descritos nos três inventários e no *Memorial* temos que considerar que D. Diogo de Sousa doou apenas quatro cálices à catedral bracarense e à Capela de Jesus da Misericórdia. É necessário observar minuciosamente a descrição dos inventários, visto que aparecem cálices com as armas de D. Diogo de Sousa e que não foram doados por este arcebispo, “outro cálice dourado com a sua patena, com as armas do arcebispo D. Diogo de Sousa (...) que o deu o conigo Diogo Gonçalves¹⁴¹; outro cálix de prata com a sua patena dourada por partes tem “as armas do arcebispo D. Dioguo de Sousa no pé e huas” letras que dizem “este cálix deu Fernand’ Eanes, abade de São Giraldo¹⁴²”, levantando-se as questões: teria D. Diogo vindo a comprar estas peças e apondo-lhes as suas armas? Ou, reverencialmente, os próprios encomendadores colocaram nas peças que deveras encomendaram e pagaram as armas do seu prelado? Também podemos colocar a hipótese destes cálices poderem ter sido reparados pelo prelado que, então, neles colocou as suas armas, após pagar a reparação. Os inventários não são esclarecedores a tal ponto e não referem datas.

Sabemos que, garantidamente, o arcebispo presenteou a Sé de Braga com quatro cálices, dois deles sem indicação do local a que se destinavam, mas, provavelmente, para uso na capela-mor, e dois para a Capela de Jesus da Misericórdia (em 10/11/1531); todos juntos, com as patenas, tinham um peso total de 7 quilos e 125 gramas.

O cálice manuelino doado em 1509, altura em que se concluiu a nova capela-mor para a sé de Braga, cuja feitura foi ordenada por D. Diogo, projetada e executada sob a direção de

¹⁴⁰ Mt 26, 28.

¹⁴¹ A.D.B. – Registo Geral, livros 351 publ. Avelino Jesus da COSTA, 1985, *A Biblioteca e o tesouro cit.*, p. 153.

¹⁴² A.D.B. – Registo Geral, livros 351 publ. Avelino Jesus da COSTA, 1985, *A Biblioteca e o tesouro cit.*, p. 108.

João de Castilho, foi o único cálice que chegou aos nossos dias, embora já sem patena. Neste cálice, na base, tem a imagem de Nossa Senhora com o Menino e a dos Evangelistas e numa das imagens da base estão as armas de D. Diogo de Sousa; no plano inferior, ao estilo gótico, possui seis querubins que sustentam seis tintinábulo; na haste tem doze anjos; na parte superior, na copa, tem seis anjos de corpo inteiro e grandes asas e, no meio, o *Ecce Homo*, lembrando o momento em que Jesus, já com a coroa de espinhos e o manto vermelho, foi exposto ao público e Pilatos disse “Eis o Homem!¹⁴³”; a rodear o topo da copa, estão gravadas as palavras da consagração, HIC CALIX SANGUINIS MEI NOVI ET ETER [num].



Conhecemos aspetos iconográficos relativos aos cálices com patena destinados à capela funerária do arcebispo, a Capela de Jesus da Misericórdia. Um

tem na patena um *Agnus Dei*, *o cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo*¹⁴⁴, e uma inscrição, *Calivem salutare*. O outro tinha duas imagens, uma de Nossa

Senhora da Graça. Ambos tinham as armas do arcebispo. Dos outros dois cálices referidos pelas fontes documentais que usámos, provavelmente destinados à capela-mor, ficamos a saber que um foi lavrado a cinzel e possuía três imagens no pé e as armas do arcebispo.

Ilustração 3 - Cálice de D. Diogo de Sousa

(Fonte: Imagem cedida pelo Museu-Tesouro da Sé de Braga)

Relativamente aos cálices doados por D. Diogo de Sousa encontramos um cálice gêmeo do cálice manuelino de 1509 em circulação nas mãos de um privado. Este cálice foi a leilão no Palácio do Correio-velho em 1993¹⁴⁵. Não encontramos documentação sobre este cálice.

Antes do surgimento da **custódia**, no século XIII, a hóstia sagrada era exposta aos fiéis unicamente em dois momentos da missa, na elevação e na comunhão. O aparecimento desta alfaia litúrgica está diretamente ligado à festa do Santíssimo Sacramento designado popularmente como Festa do Corpo de Cristo. A necessidade de exhibir a hóstia para adoração dos fiéis no altar e nas procissões levou à divulgação e difusão desta alfaia. Conhecida como custódia ou ostensório, a sua função principal é expor aos fiéis, para adoração, a hóstia

¹⁴³ Jo 19, 5.

¹⁴⁴ Jo 1, 29.

¹⁴⁵ Jornal Expresso, 17/04/1993.

consagrada. A hóstia era colocada num suporte com um viril denominado lúnula. O viril funciona como caixilho de dois vidros, de forma a facilitar a proteção e observação pelos fiéis da hóstia consagrada.

Tanto no *Memorial* como nos inventários do tesouro da Sé contam-se duas custódias oferecidas por D. Diogo de Sousa no ano de 1531. Nos inventários de 1589 e 1645, as custódias oferecidas pelo arcebispo representam 67% das custódias existentes, no inventário de 1741 mantêm-se a mesma percentagem.

As duas custódias oferecidas pelo prelado são objetos importantes que devem merecer uma especial atenção. A custódia com crucifixo foi o segundo objeto de ourivesaria mais caro oferecido pelo arcebispo à Sé de Braga, a outra custódia é também relicário com um osso de São Pantaleão que foi trazido do Porto, o último legado artístico do arcebispo à Sé, a 28 de novembro de 1531.

A primeira custódia oferecida pelo arcebispo era lavrada de maçonaria e de lima e cinzel; foi a segunda peça mais cara doada por D. Diogo, com um custo total de 265\$105 reis, dividido pelo feitio que custou 131\$000 reis, a prata, o ouro, os esmaltes e o vidro, pesava 7 quilos 390 gramas sem as tarraxas de ferro (com as tarraxas pesava 8 quilos e 165 gramas). Com um crucifixo em cima, no centro tem dois vidros que são o mostruário, tem quatro anjos esmaltados de verde azul e roxo, com seis tintinábulo. A peça é de gosto gótico; do pé saem dois leões e quatro grifos com um anjo com as armas de D. Diogo de Sousa. Esta custódia foi roubada durante as invasões francesas e encontra-se no Museu no Château Chantilly, que adquiriu a peça em 1859, por um preço de 7.600 francos.

A custódia-relicário é uma peça importante principalmente por conter uma relíquia, um osso de São Pantaleão. O arcebispo D. Diogo de Sousa estava perfeitamente consciente da importância e do poder de atração de fiéis de que as relíquias se revestiam no seu tempo e foi o responsável por várias formas de destaque ao culto a certos mártires em Braga. Neste caso, a relíquia de São Pantaleão foi trazida do Porto, na sequência da transladação do corpo de S. Pantaleão da Igreja de Miragaia para a Sé do Porto. Em 28 de novembro de 1531, o arcebispo doou esta custódia-relicário, de 2 quilos 420 gramas e com um custo de 49\$710 reis, na qual mandou engastar o osso de São Pantaleão com um vidro para o proteger. Esta custódia tem um crucifixo em cima e, logo, abaixo tem o viril para o Santíssimo Sacramento.

Existe um manuscrito de Gaspar Alvares de Lousada Machado que afirma que uma relíquia do Santo foi oferecida por D. Diogo de Sousa em 1531, numa custódia à se de Braga, na verdade existiu uma custódia oferecida pelo prelado, que veio a ser roubada aquando das invasões francesas. Devemos ainda referir que o arcebispo D. Diogo de Sousa ofereceu também uma relíquia de S. Pantaleão à igreja matriz de S. João Batista da Vila de Figueiró (seu pai era Senhor de Figueiró) e outra ao mosteiro de Jesus de Aveiro.

As **galhetas** são pequenos vasos, um par, um para conter o vinho e o outro a água, necessários à missa. A composição destes é diversificada, mas é de todo modo aconselhado que seja usado um material transparente.

Quando D. Diogo de Sousa chegou à Sé, existiam seis galhetas, no entanto este doou mais quatro, um par, provavelmente, para servir na Capela-Mor e outro par para a Capela de Jesus da Misericórdia dadas perto do fim da vida do prelado, em 30 de dezembro de 1531. A descrição destes objetos é sumária. Sabemos que as doadas à Capela-mor pesavam pouco mais de dois quilos e custaram 40\$000 reis, no topo tinham a imagem de leões segurando as armas esmaltadas de D. Diogo de Sousa. Quanto às que foram doadas para a capela da Misericórdia seriam mais pequenas, pois pesavam metade das outras e, por isso, talvez possamos inferir que o seu custo também seria mais baixo, embora não dispúnhamos de indicação do seu preço; também estas galhetas tinham, em cada um dos pés, as armas do arcebispo.

A **Hostiária** é uma peça relacionada com a eucaristia e é essencial nos lugares de culto. Recomendava-se que fosse uma caixa metálica com tampa, onde se guardavam e preservavam as hóstias. Em 1589, segundo o inventário deste ano, existiam três hostiárias, duas das quais legadas pelo prelado ao qual dedicamos a nossa atenção.

A hostiária doada pelo arcebispo em 1511 foi dos primeiros objetos que deu à Sé, feita em prata dourada, com uma forma idêntica à de um saleiro e com cobertura toda lavrada *de romano*. A tampa, *na abóbada*, tinha um leão com as armas de D. Diogo de Sousa, com uma cruz e com o escudo todo dourado e esmaltes a branco; o mesmo brasão com o capelo e cordões estava esculpido no vaso onde se conservavam as hóstias.

A hostiária para os domingos, doada a vinte de junho de 1526, é mais sumariamente descrita, mas sabemos que foi toda lavrada de cinzel, com um peso um pouco maior que 500 gramas e toda dourada, quer por fora, quer pela parte de dentro.

Objetos relacionados com a Eucaristia	Peças ou conjuntos
Galhetas (par)	2
Cálice com Patena (conjunto)	4
Hostiaria	2
Âmbulas com suas tapadouras (conjunto)	1
Custódia com crucifixo	1
Custódia Relicário	1
Custódia D. Fernando da Guerra	1
Custódia doada à Sé do Porto	1

Quadro 1 - Objetos relacionados com a Eucaristia

2.2.2 INSÍGNIAS EPISCOPAIS

O **anel** entrou no uso eclesiástico quer pela tradição bíblica, quer como ornamento mas também para autenticar documentos. Funciona como um selo, e sinal de transmissão de poderes. O anel eclesiástico é considerado como símbolo de aliança, poder e fidelidade a Deus e à Igreja.

Os únicos dois anéis episcopais conhecidos no tempo do arcebispo D. Diogo de Sousa são os seus. São dois anéis totalmente em ouro. O propósito desta oferta seria ser usado nas celebrações e servindo nos serviços em pontifical.

Este anel foi lavrado de *rosicler* e estava esmaltado em branco com uma granada muito grande mas fina. Para o outro anel a descrição é mais sumária, mas sabemos que foi lavrado com folhagens e esmaltado a branco, à semelhança do anterior; no lugar da pedra foi colocado um camafeu, o que evidencia o gosto renascentista de D. Diogo. Este anel foi encontrado na sepultura do arcebispo D. João Martins de Soalhães (1313-1315), um bispo de Lisboa que havia sido transferido diretamente pelo Papa Clemente V para a Sé de Braga. Em 1511, D. Diogo de Sousa transformou a Capela de S. Martinho em Sacristia e trasladou os restos mortais do arcebispo para um túmulo de pedra integrado na parede, mandando gravar a seguinte inscrição: *Huc translata sunt ossa Domini Joannis de Soalhães, Archiepiscopi Bracarensis, anno salutis 1511*; este anel foi, provavelmente, mandado fazer para acompanhar a transladação de D. Martinho e clarificar o estatuto arquiépiscopal dos seus restos mortais.

O **báculo** é uma insígnia pastoral destinada às mais altas entidades religiosas. O seu uso está reservado ao papa, cardeais, bispos e, no século XVI, pelo menos, também abades e priores de mosteiros e conventos. Simboliza o poder de governar, ensinar e orientar. Começou a ser utilizado no século IV e após o Concílio de Toledo, em 633, passa a ser uma insígnia episcopal. Na sua essência trata-se de um cajado revestido de um metal, com a parte superior curvada, evocando o pastor que conduz o seu rebanho como o bispo conduz os fiéis pelo caminho da Salvação. Simbolicamente representa também a autoridade episcopal.

D. Diogo de Sousa ofereceu um báculo à Sé de Braga embora esta já possuísse um. Segundo os inventários, estes dois báculos preservaram-se na Sé até 1741. Trata-se do objeto mais pesado e mais dispendioso oferecido pelo arcebispo à catedral, representando um custo total de 315\$404 reis e pesando mais de 10 quilos. O valor corresponde a uma grande quantidade de prata e ouro, porém mais de metade do custo da peça foi despendido no *feitio*, uma vez que sabemos que pelo talhe foram pagos 168\$000 reis.

O báculo possui uma haste cilíndrica de pau, coberta por oito canos de prata trabalhada e decorada com várias imagens com vulto; entre estas, ficamos a saber que tinha uma imagem da Ressurreição de Cristo, desconhecendo-se quais seriam as outras. Desconhecemos também a forma da croça, e se possuía ornamentação. Sabemos, no entanto, que este báculo possuía dez tintinábulo ou campainhas, ou seja, quando o arcebispo caminhava apoiado no báculo, os seus movimentos eram acompanhados pelo som dos tintinábulo, chamando a atenção dos fiéis. A parte de muitas outras peças, esta também estava identificada com as armas do arcebispo D. Diogo de Sousa.

Insígnias episcopais	Peças ou conjuntos
Anel Episcopal	2
Báculo	1

Quadro 2 - Insígnias episcopais

2.2.3 INSTRUMENTOS DE MÚSICA LITÚRGICA

As **campainhas** assemelhavam-se aos sinos, porém estas substituíam os sinos e sinetas fixas nos interiores das igrejas. Este elemento, as campainhas, permitia uma maior mobilidade tanto no interior das igrejas como fora delas, como nas procissões e quando se levava o sacramento aos enfermos. Dentro das igrejas a campainha deveria ser tocada para chamar a atenção para o momento do *Sanctus*, a dupla elevação da hóstia e a comunhão. O mesmo se passava quando o Santíssimo Sacramento era levado aos enfermos.

No tempo do episcopado de D. Diogo de Sousa, no dia 1 de janeiro de 1526, este dotou a catedral bracarense com uma campainha, com as funções anteriormente referidas, era uma campainha para servir na Capela-mor, para tanger na missa e para acompanhar o Santíssimo Sacramento fora da catedral, nomeadamente, aos enfermos. Era relativamente leve, não chegando aos 900 gramas. Era toda em prata e estava identificada com as armas do arcebispo.

Instrumentos de música litúrgica	Peças ou conjuntos
Campainha	1

Quadro 3 - Instrumentos de música litúrgica

2.2.4. CRUZ

A **cruz**, foi o instrumento de morte de Jesus e é o símbolo da Redenção. A partir do século IV, é utilizada nas celebrações e colocava-se junto ao altar. A cruz passou a ser emblema dos cristãos, tornando-se a imagem mais vezes representada pela Igreja e um objeto de piedade e veneração, geralmente adotando a forma da cruz latina.

Nas celebrações religiosas, nomeadamente durante a missa, é quase uma condição obrigatória a existência de uma cruz sobre o altar, que se colocava no seu centro de forma a ser vista por todos os fiéis. A colocação desta poderia ser feita pelo prelado que a transportava na mão e a retiraria no fim. A única forma de dispensar a cruz era a existência de uma pintura ou uma escultura na parede.

Muitas vezes, a cruz de altar podia transformar-se em cruz processional quando a base era concebida de modo a poder ser colocada sobre uma haste, podendo então ser usada no acompanhamento de procissões.

Segundo o inventário de 1589, a Sé de Braga possuía onze cruzes; mas, neste inventário, não estão contempladas todas as oferecidas por D. Diogo de Sousa. Sabemos que reparou duas e ofereceu cinco. Todas estas cruzes, tanto as doadas como as que foram alvo da manutenção, são importantes para se compreender a sensibilidade artística do arcebispo. Destas cruzes, três devem ser analisadas com um particular cuidado. Há que destacar que a cruz oferecida a 14 de dezembro de 1506 é o primeiro objeto datado doado por D. Diogo de Sousa. Era uma cruz de altar com crucifixo, e a sua descrição indica que destinada a ser utilizada pelos arcebispos quando celebravam a missa. Com um interior composto por madeira, era revestida por cinco canos de prata com nós dourados e pesava 3 quilos e 600 gramas, tendo sido o seu custo de 55\$930 reis. A segunda cruz com crucifixo, doada à Sé, tinha um peso superior à anterior e, certamente o seu preço também foi superior. Todavia as fontes (*Memorial* e inventários) omitem essa informação. Foi doada com o objetivo de servir na Capela-mor e estava identificada com as armas de D. Diogo de Sousa. Relativamente aos seus aspetos iconográficos, sabemos que estavam figurados os quatro evangelistas, Mateus, Marcos, Lucas e João.

Doou mais uma cruz com crucifixo de prata dourada, ouro e com um cano de cobre com 320 gramas, sendo o peso total da peça de 4 quilos e 920 gramas e tendo tido um custo total de 87\$070 reis. Esta cruz com crucifixo, doada a 30 de dezembro de 1531, destinava-se a servir na Capela de Jesus da Misericórdia.

O arcebispo D. Diogo de Sousa ofereceu também uma cruz da feição da do Preste João, “a qual cruz se fez por uma que Francisco Alvares, Capelão del Rei, trouxe quando andou na dita terra de Preste João por mandado del Rei D. Manuel, e em tempo del Rei D. João, seu filho, o qual andou por lá seis anos e tornou ao reino na era de 1525”⁴⁶. A lenda do Preste João torna este objeto tão importante que justifica particular atenção. Primeiro, de forma sucinta, devemos apresentar esta personagem como uma figura mítica que ganhou extrema importância nos finais do século XV e na primeira metade do século XVI. Com a necessidade de expansão do cristianismo veiculou-se a hipótese de existir um reino cristão no meio de territórios dominados pelos muçulmanos.

O Preste João seria um rei e sacerdote cristão que possuiria imenso poder e uma enorme riqueza, compreendendo-se como era fulcral no tempo dos descobrimentos encontrar-se

⁴⁶ FERREIRA, Mons. J. Augusto, 1935, *Fastos episcopais cit.*, p. 495.

este reino. D. João II envia emissários à procura de informações, que confundiram o rei africano Ogané com o Preste João; posteriormente, o monarca envia dois homens com melhor preparação, Pero da Covilhã e Afonso de Paiva em busca do Preste João.

D. Manuel I envia o seu capelão, o padre Francisco Álvares, em buscas terras de Preste João, e, no seu regresso, este narra a receção feita por este Rei, que, na verdade, não era o Preste João. O capelão Francisco Álvares esteve seis anos por aquelas terras, de onde trouxe uma cruz para a corte, a partir da qual D. Diogo de Sousa mandou fazer uma à imagem dessa para levar na mão quando saía da Sé.

É referido no *Memorial* e no inventário 1589 que a cruz doada a 18 de janeiro de 1531 era da grandeza da cruz de Preste João, com imagens e labores que não são especificados. O seu pé, do mesmo material da cruz, prata dourada, servia de apoio à cruz quando esta era colocada sobre o altar. A cruz pesava 230 gramas e o pé 345 gramas; não dispomos de informação sobre o seu preço, porém, comparando os pesos das outras peças e os seus valores, esta deveria ter um valor que poderíamos estimar entre os 7\$000 reis e os 15\$000 reis, no máximo.

Além da doação destas quatro cruzes, D. Diogo teve o cuidado de reparar duas legadas pelos seus antecessores, uma das quais uma relíquia de guerra. A primeira cruz deve ser datada do século XIV, uma cruz de galhos, oferecida por D. Lourenço Vicente, um arcebispo nomeado pelo Rei D. Fernando e que ascendeu ao arcebispado de Braga pelo seu mérito pessoal. Neste arcebispado esteve envolvido num conflito com o Cabido bracarense por achar que se encontrava no meio de usurpadores. Participou na tomada de Guimarães ao lado de D. João I e esteve envolvido na batalha de Aljubarrota onde se apoderou desta cruz de galhos, tomada como espólio de guerra e pertencente à capela do Rei de Castela. D. Lourenço Vicente colocou esta cruz de galhos na sua capela funerária. Antes da intervenção de D. Diogo de Sousa, a cruz de galhos pesava seis marcos, após forrar de novo a haste, “os quoads erão forrados antigamente e muito desfeitos”¹⁴⁷, colocou oito tubos de prata, ficando o todo a pesar onze marcos, quatro onças e quatro reis. Sabemos que possuía um crucifixo branco; no entanto, não temos mais indicações. Esta cruz era usada pelos arcebispos quando saíam e era hasteada diante si.

¹⁴⁷ COSTA, Avelino Jesus da, 1985, *A Biblioteca e o tesouro cit.*, p. 106.

Segundo o *Memorial*, a reparação, com a prata e feitio, custou 26\$400 reis. Devemos salientar que os valores do peso referidos nas fontes (*Memorial* e inventário 1589¹⁴⁸) são díspares.

D. Diogo de Sousa reparou também uma cruz doada em 1463 pelo arcebispo D. Fernando da Guerra. Inicialmente, pesava 52 marcos e meio e o arcebispo D. Diogo colocou-lhe mais 7 marcos, o equivalente a 1 quilo e 600 gramas de prata, todavia não conseguimos identificar em que ponto foi efetuado o restauro. A cruz de prata dourada tinha um crucifixo na frente e, no lado oposto, Jesus no Horto, representando a agonia de Cristo após a Última Ceia e antes da sua prisão no Jardim do Getsêmani¹⁴⁹. No pé da cruz estavam figuradas as armas de D. Fernando da Guerra. Esta cruz foi sucessivamente alterada¹⁵⁰.

D. Diogo adquiriu ainda uma **cruz peitoral** de ouro e esmalte na qual “uma parte tem a coroa e as chagas de Cristo esmaltadas a verde e vermelho e no lado oposto estão as armas do arcebispo”¹⁵¹. A cruz peitoral pesava (e valia) dez cruzados e um quarto.

Cruzes	Peças ou conjuntos
Cruz com crucifixo	2
Cruz Peitoral	1
Cruz de Altar	2
Cruzes reparadas	2

Quadro 4 - Cruzes

2.2.5. MÓVEIS RELIGIOSOS

A **estante de missal** é um dos utensílios que compõem o altar. Este objeto deveria suportar o missal aberto para permitir uma melhor leitura durante a missa. Recomendava-se que a seda que tapava a estante fosse da cor dos paramentos, de acordo com o tempo litúrgico.

Ao analisar o inventário de 1589 percebemos que não existia nenhuma estante para o missal à exceção da oferecida por D. Diogo de Sousa em 30 de agosto de 1528, o que se

¹⁴⁸ No inventário de 1589 é referido que D. Diogo de Sousa colocou 5 marcos, quatro onças e seis reis em prata e a peça ficou com um peso total de onze marcos, quatro onças e quatro reis. Em contra partida o *Memorial* afirma que D. Diogo de Sousa colocou dez marcos em prata. Otamos por seguir os valores do peso contidos no inventário de 1589 e colocar o valor despendido por D. Diogo de Sousa do memorial, visto que o inventário não possui essa informação.

¹⁴⁹ Mt 26, 36.

¹⁵⁰ Consultar Anexo I, Ref. 42A, p. 42.

¹⁵¹ A.D.B. – Registo Geral, livros 351 e 350, publ. Avelino Jesus da COSTA, 1985, *A Biblioteca e o tesouro cit.*, p. 66, 113 e 181.

manteve até ao inventário de 1741, altura em que passam a existir duas estantes para o missal na Sé.

A estante para o missal doada por D. Diogo era em prata dourada, pesava 2 quilos 850 gramas e tinha na sua constituição 15 cruzados de ouro, tendo custado ao arcebispo 44\$560 reis que pagou pelo douramento 80 reis. Não possuímos para este exemplar uma descrição clara mas sabemos que tinha garras de águia sobre umas bolas.

Móveis religiosos	Peças ou conjuntos
Estante de Missal	1

Quadro 5 - Móveis Religiosos

2.2.6. OBJETOS RELACIONADOS COM A ABLUÇÃO E A ASPERSÃO

O **gomil e bacia ou prato de lavandas** formam um conjunto usado durante os atos litúrgicos. O gomil tem a forma de um jarro de bojo e gargalo estreito destinado a conter água para deitar às mãos ou para o prato de lavanda.

Embora já existisse um gomil na Sé antes de D. Diogo de Sousa assumir o arcebispado de Braga, este decidiu dotar a catedral com mais dois gomis e um prato de lavandas. O gomil doado em 1522 não é extensamente descrito nas fontes documentais que usámos, mas sabemos que tinha uma cobertura com esmaltes e com as armas do arcebispo. Este gomil foi um presente destinado a fazer conjunto com o prato que existia na Sé, visando servir os bispos e as dignidades eclesiásticas. O outro gomil doado por D. Diogo, com um peso e um valor bastante superior ao anterior em mais do dobro, é mais pormenorizadamente descrito: tinha um bico e uma pega lavrada *de imaginária* e bastiões no pé, possuía a imagem de um leão na cobertura onde estavam esculpidas e com esmaltes branco e vermelho as armas do arcebispo. Sem existir uma referência no *Memorial* ou nos inventários, podemos concluir que juntamente com este gomil, o arcebispo deu um prato de lavandas ou bacio de água para as mãos. O prato era lavrado de bastiões, neste caso na borda, com as armas esmaltadas de branco e vermelho (tal como no gomil), tudo indicando formarem um conjunto. Neste prato estavam ilustradas as sete artes liberais. O valor atribuído a este prato difere entre o *Memorial* (53\$620) e no inventário de 1589 (55\$930), porém o peso é igual, 2 quilos e 800 gramas. Pela descrição no inventário de 1589 percebe-se que seria uma peça bastante sofisticada, opulenta e rica.

A **caldeira e hissope** são duas peças indissociáveis documentadas desde o século IX. Provavelmente o hissope apareceu, seguindo o que está escrito na Bíblia, como um objeto de purificação, “purifica-me com o hissope, e ficarei puro”¹⁵². O hissope era utilizado para fazer aspersão de água benta, contando por isso com uma extremidade dotada de uma pequena esfera ou reservatório com orifícios; ocasionalmente, a ponta também poderia ser de crinas ou de seda. Inicialmente a aspersão era feita com um ramo de hissope posteriormente adotou-se o hissope de metal. Na caldeirinha transportava-se a água benta para a aspersão.

D. Diogo de Sousa doou duas caldeiras e respetivos hissopes. Uma delas foi doada para a sua capela funerária em 30 de dezembro de 1531; relativamente à outra não possuímos indicação da data de doação nem do local a que se destinava. A caldeira com o hissope doada para a capela não é pormenorizadamente descrita, apenas sabemos que é de prata dourada e com ouro, e que, por fora, foi lavrada com folhagens. O seu peso e valor é sensivelmente metade do outro conjunto, o da capela pesando 2 quilos e 395 gramas e tendo um valor de 38\$570 reis, e o outro conjunto pesando 7 quilos e 760 gramas; nesta segunda caldeira com seu hissope e numa capa de asperges foram despendidos 78\$800 reis. Esta segunda caldeira foi toda lavrada a cinzel, com a asa lavrada *de Romão* e no vaso tinha dois escudos de armas de D. Diogo de Sousa, o hissope de prata tinha doze vultos (os Apóstolos (?)), dos quais, pela boca, saíam tiras de seda. A riqueza e sofisticação desta peça parece indicar que se destinaria à catedral, apesar, das nossas fontes não o declararem. Estas duas caldeiras com seu hissope são descritas até 1645; no inventário seguinte já não são referidas o que nos leva a crer que já tivessem desaparecido.

Objetos relacionados com a ablução e a aspersão	Peças ou conjuntos
Caldeira e Hissope (conjunto)	2
Gomil e prato de Lavandas (conjunto)	2

Quadro 6 - Objetos relacionados com a ablução e a aspersão

¹⁵² SI 51, 9.

2.2.7. OBJETOS RELACIONADOS COM A ILUMINAÇÃO

A **iluminação** nas igrejas está presente desde os primórdios do cristianismo. Inicialmente as candelas e velas permitiam a iluminação das catacumbas onde se realizavam cerimónias. As velas eram colocadas aleatoriamente e longe do altar. Posteriormente o uso de **lâmpadas** e **castiçais** terá sido copiado dos cortejos triunfais dos imperadores romanos. Os romanos dariam grande importância às lâmpadas nos seus rituais, assim estas viram crescer a sua importância nas igrejas, levando à existência de uma hierarquia no seu uso de acordo com o espaço da igreja a que se destinavam. Na capela do Santíssimo Sacramento deveria existir pelo menos uma lâmpada com cinco luzes, na capela-mor três luzes e no restante templo uma lâmpada por capela. A lâmpada do Santíssimo Sacramento devia permanecer acesa sem interrupção, “ordenarás aos filhos de Israel que tragam azeite de oliveira puro e refinado para alimentar continuamente a lâmpada [do altar]”¹⁵³.

O uso dos castiçais é antiquíssimo, remonta aos tempos descritos no Antigo Testamento, “faz um candelabro¹⁵⁴; coloca o candelabro e acende as lâmpadas”¹⁵⁵ mas o seu uso não foi comum nos primeiros tempos do cristianismo. Mais tarde, precediam a entrada do bispo na igreja, sendo depois colocados junto ao altar e, posteriormente, sobre o próprio altar. Os castiçais deveriam ser da mesma matéria da cruz que preside no centro do altar e seriam colocados dois, um de cada lado.

Sabendo desta necessidade, o arcebispo D. Diogo de Sousa oferece duas lâmpadas de prata branca à Sé. Podemos concluir que fossem para iluminar o Santíssimo Sacramento, pois apoiando-nos no inventário de 1589 só existiam duas lâmpadas na Sé e ambas foram doadas por este prelado. Estas duas lâmpadas, que pesavam 3 quilos 850 gramas, custaram 51\$786 reis. Eram, na realidade, um conjunto de quatro peças, dois vasos onde estavam esculpidas as armas do arcebispo e dois capitéis. Foram lavradas *de barrocos*, com cornetas brancas e seis candelas de prata com dois arcos.

Os castiçais doados pelo arcebispo não são descritos, mas, geralmente, tinham uma base circular e na qual estavam esculpidas as armas do arcebispo. Pelo número de castiçais

¹⁵³Ex 27, 20; Lv 24, 1.

¹⁵⁴ Ex 25, 31.

¹⁵⁵Ex 40, 1, ver também Zc 4, 1.

oferecidos, mais de doze, concluímos que existia uma grande necessidade de recurso à luz artificial para iluminar a Sé. Dois castiçais foram doados para a Capela de Jesus da Misericórdia em 30 de dezembro de 1531, pesando 1 quilo e 700 gramas, mais leves do que os anteriormente referidos. O conjunto de castiçais doado em 29 de maio de 1522 destinava-se à Capela-mor para servir de tochas, com um peso de 15 quilos e 700 gramas e um custo total de 195\$024 reis. Este conjunto foi o terceiro conjunto de peças mais caro legado pelo prelado e o mais pesado de todos. Além destes doou mais seis castiçais, sem indicação da localização a que se destinavam; sabemos apenas que os seis castiçais pesavam 5 quilos e 700 gramas. Aparentemente todo o peso destes castiçais era somente da prata. Existe a indicação de que o peso referido seria o peso das peças sem os parafusos.

Objetos relacionados com a Iluminação	Peças ou conjuntos
Castiçais	8
Castiçais para as tochas	4
Lâmpadas	2

Quadro 7 - Objetos relacionados com a Iluminação

2.2.7. OBJETO DE DEVOÇÃO

O arcebispo D. Diogo de Sousa quis lembrar este seu antecessor, **S. Geraldo**, que havia ocupado o lugar de prelado na Sé bracarense. Diogo Geraldo mais conhecido por S. Geraldo é uma das figuras mais ilustres que ocuparam a cátedra arquiépiscopal bracarense. Chegou a Braga a 24 de abril de 1096, reestruturando a clerezia e os deveres eclesiásticos e substituiu a liturgia moçárabe pela liturgia galo-romana. Faleceu em a 5 de dezembro de 1108. Atualmente, é o padroeiro da cidade de Braga.

No domingo de Páscoa, dia 21 de abril de 1527, o arcebispo doou uma **imagem de S. Geraldo** à Sé. Tratava-se de uma imagem de devoção, toda ornamentada. Tinha um peso de oito quilos e cinquenta gramas, dividido por 34 marcos de prata e 1 marco de ouro, com um valor total de 172\$040 reis. Uma peça faustosamente adornada, apresentando S. Geraldo em pontifical, com mitra e a cruz na mão, a qual tinha quatro anéis; no capelo tinha a imagem de Nossa Senhora. Na mitra e no peito tinha safiras, que no total seriam cinco. No pé da imagem estavam as armas do arcebispo D. Diogo de Sousa.

As **medalhas** são objetos metálicos de pequena dimensão, com uma forma oval ou circular, com a gravação de imagens ou símbolos religiosos que normalmente são símbolos de devoção. O arcebispo D. Diogo de Sousa ofereceu duas medalhas à Sé de Braga, as quais vinham presas num par de luvas, “outras [luvas] de lã de agulha e rotas cada hua tem sua medalha esmaltada com figuras”¹⁵⁶. As medalhas de prata dourada, com um peso de 95 gramas, tinham uma a figura de S. Paulo e a outra de figura de S. Pedro, considerados como pilares da Igreja; cada uma destas imagens tinha as armas do arcebispo no pé.

A **Pedra de ara de alabastro e prata ou Predela** é uma das poucas peças que sobreviveu e chegou aos nossos dias, contudo suscita dúvidas sobre qual seria a função a que se destinava. Segundo as fontes que possuímos, quer o *Memorial* quer os inventários de 1589 e 1645, apontam para um altar portátil, denominando a peça de pedra de ara, no entanto a sua configuração parece assemelhar-se a um porta-paz. Possui



características de um *osculatorium*, um pequeno quadro, neste caso um painel metálico de prata branca com imagens gravadas.

Ilustração 4 - Predela ou Pedra de Ara

(Fonte: Imagem cedida pelo Museu-Tesouro da Sé de Braga)

A *predela* oferecida por D. Diogo de Sousa em 1527, com custo de 23§154 reis, mede 32,3 por 24,8 centímetros e tem o peso de 1 quilo e meio; tem uma placa de alabastro, na qual assenta uma chapa de prata branca gravada com uma gravação a buril. Na chapa de prata encontra-se a seguinte inscrição: DIDACVS DE SOUSA ARCHIEPVS PRIMS 1527, com as armas do dito arcebispo na parte inferior. Rodeada por motivos vegetalistas, a imagem principal, é uma imagem de gosto renascentista: vemos ao fundo, em segundo plano, uma cidade protegida por uma muralha e com a sua catedral gótica (Jerusalém), no plano principal figura-se a cena do Calvário, com Jesus crucificado ladeado pela Virgem Maria, sua Mãe, e pelo seu discípulo S. João. A Cruz desta *predela* tem na parte superior a inscrição mandada colocar por Pilatos¹⁵⁷, INRI, as iniciais de *Jesus Nazarenus Rex Iudaeorum*¹⁵⁸ ou seja, Jesus nazareno, rei dos Judeus, o

¹⁵⁶ COSTA, Avelino Jesus da, 1985, *A Biblioteca e o tesouro cit.*, p. 135.

¹⁵⁷ Jo 19, 19.

¹⁵⁸ Mt 27, 37.

motivo invocado para a sua acusação perante as autoridades romanas e a razão porque foi crucificado.

Objeto de Devoção	Peças ou conjuntos
Medalha	2
Predela ou pedra de ara	1
Imagem de S. Geraldo	1

Quadro 8 - Objeto de Devoção

2.2.8. OBJETOS RELACIONADOS COM O INCENSO

A igreja desde muito cedo utilizou o incenso nas suas cerimónias, o que está documentado desde o século IV. Na igreja romana o incenso foi utilizado durante a leitura do Evangelho, no século XI no ofertório, no século XII no Introito, no século XIII no Magnificat, no século XIV na elevação da hóstia e na consagração do Santíssimo Sacramento. Atualmente, o incenso é utilizado nas missas mais solenes e, por vezes, nas bênçãos, nas procissões, no ofício e nas celebrações fúnebres. O turíbulo, a naveta e a colher são as três peças que formam o conjunto necessário ao uso do incenso.

O turíbulo ou incensório é o objeto principal, onde se queima o incenso e funciona como um defumador/purificador nas cerimónias religiosas, localizando-se suspenso por três correntes, ou por cima do altar, ou como peça móvel. Este objeto já referido na Bíblia, “outro anjo colocou-se perto do altar: tinha nas mãos um turíbulo de ouro. Recebeu uma grande quantidade de incenso para ser oferecido, juntamente com as orações de todos os santos”¹⁵⁹ (o fogo simboliza o amor a Deus e o fumo as preces dos fiéis que se elevam aos céus). O turíbulo é constituído por três elementos, as correntes, o opérculo (também chamado de tampa) e a base esférica ou cilíndrica onde estão as brasas sobre as quais se queima o incenso. As correntes unem a base e o opérculo e servem para que a alfaia se possa movimentar. A caixa do incenso, também designada como naveta por a sua forma se assemelhar a uma nau com uma base circular, teve a sua origem em Bizâncio, no século IV e era o acessório onde estava guardado o incenso. A caixa de incenso era acompanhada por uma colher para se recolher o incenso da naveta e o colocar no turíbulo.

¹⁵⁹ Ap. 8, 3.

Em 29 de maio de 1522, o arcebispo D. Diogo de Sousa ofereceu para a capela-mor um turíbulo, completando a oferta com a caixa de incenso e a respetiva colher. A caixa para o incenso é referida no inventário (1589) como tendo seis imagens que não são descritas, porém entre as imagens estava um anjo que segurava nas mãos as armas de D. Diogo de Sousa. Na cobertura, *lavrada de romano*, tinha um leão com as armas do prelado esmaltadas a preto e branco. A caixa estava acompanhada de uma colher de prata, que servia esta caixa.

No dia 31 de dezembro de 1531, equipa a Capela de Jesus da Misericórdia com um turíbulo.

D. Diogo doou dois turíbulos e reparou um oferecido por D. Fernando da Guerra.

O primeiro turíbulo, oferecido pelo arcebispo para equipar a capela-mor da Sé de Braga tem duas descrições distintas no *Memorial* e no inventário de 1589, contudo sabemos que as descrições correspondem à mesma peça, uma vez que se refere a mesma data de doação, o mesmo peso de 4 quilos e 345 gramas e o mesmo custo de 125\$555 reis (3\$500 de feitiço por marco). No *Memorial* refere-se que o fumo saía por dezoito bombardeiras, enquanto no inventário de 1589 são referidas apenas doze, seis grandes e seis pequenas. Era todo cerrado, apenas com as bombardeiras como saídas para o fumo, lavrado *de imaginária e serpentes* e é dito que nunca se viu outro daquela feição até aquele tempo. O pé exibia três brasões de armas de D. Diogo de Sousa.

O turíbulo oferecido à Capela de Jesus da Misericórdia era uma obra em prata dourada, lavrado *de marcenaria*, pelo valor e pelo peso (pesava 3 quilos e 80 gramas e custou 61\$570 reis), sabemos que era mais pequeno que o anteriormente referido.

A par da doação destes dois turíbulos, o arcebispo mandou reparar e dourar de novo um turíbulo doado por D. Fernando da Guerra; para este artefacto não temos indicações do custo da reparação nem das modificações executadas na peça. Segundo o inventário de 1589, a Sé possuía sete turíbulos, dois doados e um reparado pelo arcebispo, significando que D. Diogo de Sousa doou ou mandou reparar 43% dos turíbulos de que a catedral dispunha nos finais do século XVI.

Objetos relacionados com o incenso	Peças ou conjuntos
Turíbulo	2
Caixa para o incenso	1
Colher para o incenso	1
Turíbulo reparado	1

Quadro 9 - Objetos relacionados com o incenso

2.2.9. OUTROS

Nas peças de ourivesaria legadas à Sé de Braga pelo arcebispo D. Diogo de Sousa encontramos uma **Vara para o Chantre**. A designação de chantre deriva do francês e significa cantor. Atualmente, este título deixou de existir, substituído pelo de mestre do coro.

Creemos que a preocupação deste arcebispo com o aparato cénico e com a transformação desta Sé num grandioso templo se comprova também com a doação desta vara de prata para substituir a vara de pau que até ali era usada.

No primeiro dia do ano de 1525, o prelado doa uma vara de prata com seis nós entre os seis canudos de prata que cobrem o pau; no topo tinha uma maçã com uma alcachofra em cima. A haste era toda lavrada de galhos e incluía a imagem de Deus Padre. Como já referimos era destinada ao uso do Chantre nas procissões e na Sé. Em prata dourada, tinha no topo as armas do arcebispo D. Diogo de Sousa. A vara pesava menos de um quilo, no entanto quando acrescentada a maçã no topo pesava um pouco mais de quatro quilos. Para além desta vara, a Sé possuía mais duas, representando esta doação 33% do total das varas que existiam na Sé.

A **Caixa de óculos e cordão** são uma peça em ouro e prata de D. Diogo de Sousa era, certamente, para o seu uso pessoal e indica-nos que, no longo percurso da sua vida, precisou e usou óculos. Sabemos que esta sua caixa de óculos pesava 75 gramas e tinha um cordão feito em fio de ouro. A caixa tinha as armas do arcebispo.

Outros	Peças ou conjuntos
Caixa de óculos anilada	1
Vara para o chantre	1

Quadro 10 - Outros

3. PARAMENTOS E OUTROS TÊXTEIS

Como diz Umberto Eco, “a linguagem do vestuário, tal como a linguagem verbal, não serve apenas para transmitir certos significados, mediante certas formas significativas. Serve também para identificar posições ideológicas, segundo os significados transmitidos e as formas significativas que foram escolhidas para os transmitir”¹⁶⁰. A principal função da indumentária é a de cobrir o corpo, embora estabeleça relações sociais pelo facto de interagir com os sentidos humanos.

O vestuário exprime uma identidade e reveste uma função. Ao envergar os paramentos os sacerdotes pretendem que estes tecidos sejam a imagem de um ritual, do mistério litúrgico. Os paramentos são têxteis com uma simbologia muito própria, devendo ser a expressão do ato sagrado em conjunto com os vasos litúrgicos, funcionando como uma linguagem ao alcance de todos os crentes. Os têxteis litúrgicos são por vezes apelidados de parentes pobres das restantes alfaias de culto, não por serem menos valiosos, mas por não despertarem o mesmo interesse dos objetos em ouro ou prata. De facto, o seu fabrico necessita de trabalho especializado e de materiais preciosos (fio de ouro, têxteis de luxo, pérolas e pedras preciosas).

A aquisição destes paramentos constituía uma forma de ostentação e inscrevia-se num programa mais vasto de engrandecimento da Sé, em conjunto com as alfaias de culto e as obras de melhoria da igreja, que apenas um prelado com poder monetário o poderia ter levado a cabo: mesmo sem o conhecimento do valor das vestes litúrgicas, podemos supor que corresponderam a um importante investimento de capital.

No caso deste arcebispo, sabemos que já tinha feito ofertas de objetos à Sé do Porto, quando fora bispo desta diocese. As doações à Sé do Porto de objetos de ourivesaria não têm grande expressão; em contrapartida, D. Diogo doou dez peças têxteis para esta diocese. Não sabemos valores, apenas temos informações muito sucintas, muito semelhantes às do inventário da Sé de Braga. Contudo, mesmo num número relativamente reduzido de peças, temos indicação de que D. Diogo de Sousa as marcou com o seu motivo heráldico, à semelhança do que fez em Braga¹⁶¹.

A riqueza dos paramentos é visível em todos os têxteis doados pelo arcebispo, embora não tenhamos indicações de valor para os podermos comparar com as peças de ourivesaria.

¹⁶⁰ ECO, Umberto, 1989, *Psicologia do vestir*, Lisboa, p. 17.

¹⁶¹ Confrontar “Inventário do ouro, prata, ornamentos, tapeçaria (...)”, *Manuscritos inéditos Cit.*, (pp. 5, 17, 31, 33, 35 e 36), com COSTA, Avelino Jesus da, 1985, *A Biblioteca e o Tesouro cit.*

Além desta insuficiência, e ao contrário de algumas alfaias litúrgicas doadas pelo arcebispo que sobreviveram até aos dias de hoje, todas as peças têxteis doadas se perderam, desaparecidas ou gastas pelo uso quotidiano. De notar que, para além dessas 102 peças que o arcebispo doou em vida, foram feitas mais dez com os tecidos que ficaram por morte de D. Diogo de Sousa.

Os paramentos aparecem descritos de forma lacónica e pouco detalhada se comparamos com os objetos de ourivesaria. Ainda assim, podemos obter uma ideia da variedade, das características e da origem dos tecidos. Nem todas as descrições descrevem a iconografia da peça, e não é possível saber se as representações nos paramentos correspondem a episódios bíblicos. Aparecem 19 peças com as armas do arcebispo, mas são as mais luxuosas: dois frontais de altar, oito reposteiros, duas mitras, uma toalha, um manto e duas dalmáticas, um capelo, um gremial e uma capa.

As peças têxteis doadas pelo arcebispo repartiram-se por vários destinatários: a Capela-mor da Sé; os meninos do coro e a Capela de Jesus da Misericórdia; podemos supor que as que não tem indicação específica se destinassem à Capela-mor.

As poucas referências à proveniência das peças têxteis incluem a Flandres, a Itália, a Índia e Castela, já que a produção portuguesa se resumia a têxteis de pouca qualidade, essencialmente de lã e linho, não se podendo equiparar em luxo à dos grandes produtores europeus e asiáticos¹⁶².

A Páscoa revelou-se como o momento preferencial de D. Diogo no que toca à oferta de paramentos, uma vez que muitos deles têm indicação de que deviam ser usados na Quaresma, ostentando a cor preta. Fez doações em outros momentos do calendário litúrgico, que se repartem por vários anos¹⁶³. Na Véspera de Ramos de 1530 deu dois panos de armar para a capela-mor da Sé, fazendo o mesmo em seis de janeiro de 1532, com mais dois panos de armar. A data das doações à Capela de Jesus da Misericórdia é sempre a de 30 de dezembro de 1531, dia em que efetivou os estatutos da capela, um ano após a sua instituição, mas também quando já previa a sua morte, que ocorreria passado seis meses. Nesta data legou um frontal, seis vestimentas com alva, estola, manípulo, amito e capas¹⁶⁴.

¹⁶² SILVA, Nuno Vassalo e, 2009, "Artes decorativas na época dos descobrimentos", *cit.*, p. 37.

¹⁶³ COSTA, Avelino J. da, 1985, *A Biblioteca e o Tesouro cit.*, p. 142.

¹⁶⁴ FERREIRA, Mons. J. Augusto, 1935, *Fastos episcopais cit.*, Tomo II, p. 499.

3.1 AS PEÇAS

Os paramentos ganham características importantes por serem as vestes das celebrações litúrgicas, e transmitirem uma mensagem adequada ao momento do calendário litúrgico na qual deveriam ser usadas: faziam parte de uma linguagem inscrita num programa de rituais.

Sabemos que nos primeiros tempos do cristianismo todos os celebrantes usavam o mesmo tipo de indumentária. Depois do século VI, assistiu-se a uma progressiva mudança nos paramentos, que se converteram em vestes exclusivas do clero, ao mesmo tempo que estabeleciam diferenças entre a hierarquia dos seus membros¹⁶⁵. Na Idade Média surgiu uma grande variedade de paramentos de lã, linho, algodão e seda, decorados com fios de metal precioso, mas foi a partir do Renascimento, com a abertura de numerosas rotas comerciais, que se vulgarizam as materiais como a seda, e bordados a fio de ouro e prata¹⁶⁶. A paramentaria está intimamente ligada aos recursos económicos de cada igreja, uma vez que as matérias que compõem os paramentos inflacionam os preços respetivos. A seda foi um dos principais componentes de grande parte das vestes doadas por D. Diogo de Sousa, usada numa grande variedade de tecidos, como o brocado, damasco, raso, e também nos retorses e borlas que adornavam as peças. A lã possui escassa representação nas vestes litúrgicas e nos ornamentos, embora a sua combinação com o pelo de camelo, num tecido designado por chamalote, constituísse um têxtil precioso por vezes utilizado nos paramentos. A sua utilização devia-se à possibilidade de poder ostentar uma grande variedade de cores. O linho era, a par da seda, também um dos tecidos mais utilizados, embora se cingisse às vestes interiores ou aos forros das vestimentas exteriores.

O desgaste das peças têxteis doadas por D. Diogo de Sousa era já um facto em finais do século XVI, apesar de algumas delas terem sido destruídas recentemente. É significativo que no inventário de 1589, muitas das peças têxteis doadas por D. Diogo se encontrassem já num avançado estado de degradação. É o caso do manto de cetim carmesim com sebasto de veludo azul e manipulo da mesma seda, oferecido em 1515: “diz o Sacristão [1589] que de velhos não servem jaa nem serviam em seu tempo”¹⁶⁷. Também de um pontifical de chamalote preto para servir na Quaresma, oferecido no mesmo ano; afirma o mesmo inventário, “disto não há já nada

¹⁶⁵ BOULENGER, 1941, *Doutrina católica, meios de santificação litúrgica*, Terceira parte, Lisboa, União Gráfica.

¹⁶⁶ AGUILAR, J. H., 1992, *Vestuario para Dios*, Colombia, Banco de La República.

¹⁶⁷ Consultar Anexo I, Ref. P35, p. 80.

nem serve”¹⁶⁸. Em 1523, ofereceu um pontifical e um manto de cetim vermelho, “diz o Sacristão [1589] que de nenhuma cousa serve”¹⁶⁹. Um ano depois, em 1524, deu um conjunto com duas dalmáticas de chamalote vermelho e duas dalmáticas de cetim verde e um pontifical de damasco pardo, que sessenta anos depois se descreveu no inventário como um pontifical “velho que não serve”¹⁷⁰.

Os têxteis relacionados com o culto litúrgico geralmente têm um destino anunciado; o simples uso acaba por os desgastar levando ao seu desaparecimento. Por outro lado, quando se gastavam, ou se entendia por bem, usavam-se elementos dos paramentos para restaurar outras peças ou mesmo para compor novas vestimentas. Temos também indicação da reciclagem de outras: por exemplo, os quatro reposteiros que o arcebispo Frei Bartolomeu dos Mártires mandou dar ao Hospital de S. Marcos por achar que estavam velhos; o pálio que se desfez para fazer um frontal para a igreja de Cambezes; as capas cujos forros foram substituídos¹⁷¹.

3.2 COR E LITURGIA

Todos os tecidos usados durante o culto tinham cores diferentes consoante o tempo litúrgico. A cor carrega consigo simbolismos bíblicos e pretende manifestar o caráter dos mistérios celebrados e conseqüentemente a consciência cristã. Inicialmente os paramentos eram todos brancos mas no século XII Roma fixou as cores dos paramentos e a novidade expande-se rapidamente.

O branco “é usado nos Ofícios e Missas do Tempo pascal e do Natal do Senhor; além disso, nas celebrações do Senhor, exceto as de sua Paixão, da Bem-aventurada Virgem Maria, dos Santos Anjos, dos Santos não Mártires, nas solenidades de Todos os Santos (1 de novembro), de São João Batista (24 de junho), nas festas de São João Evangelista (27 de dezembro), da Cátedra de São Pedro (22 de fevereiro) e da Conversão de São Paulo (25 de janeiro)”¹⁷².

O vermelho é usado no domingo da Paixão, na Sexta-feira Santa, no domingo de Pentecostes, nas celebrações da Paixão do Senhor, nas festas natalícias dos Apóstolos e

¹⁶⁸ Consultar Anexo I, Ref. P37, p. 81.

¹⁶⁹ Consultar Anexo I Ref. P36, p. 80.

¹⁷⁰ Consultar Anexo I, Ref. P38, p. 82.

¹⁷¹ A.D.B., Registo Geral, liv. 351, publ. COSTA, Avelino J. da, 1985, *A Biblioteca e o Tesouro cit.*, p. 136.

¹⁷² Missal Romano cit., it. 346.

Evangelistas e nas celebrações dos Santos Mártires¹⁷³. Na liturgia evoca o sangue, o fogo e o amor dos mártires. No caso da aparição da sarça-ardente representa a purificação com o fogo¹⁷⁴.

O verde usa-se nos ofícios e missas do tempo comum¹⁷⁵. São cerca de trinta e quatro semanas interrompidas pelo Natal e pela Páscoa. Nos missais o verde é referido como símbolo da esperança.

O roxo é usado no tempo do Advento e da Quaresma, podendo ser usado nos Ofícios e Missas dos Fiéis defuntos¹⁷⁶. É a cor do sacrifício e da penitência, pretende lembrar a chegada de Cristo, e provocar arrependimento e penitência.

O preto “pode ser usado, onde for costume, nas Missas dos Fiéis defuntos”¹⁷⁷, Podia também ser usado na sexta-feira da Paixão de Cristo, sendo que a falta de cor e luz representa a morte; a avaliar pelas doações de D. Diogo de paramentos para a Quaresma, de cor preta, era o caso de Braga.

“O rosa pode ser usado, onde for costume, nos domingos Gaudete (III do Advento) e Laetare (IV na Quaresma). Em dias mais solenes podem ser usadas vestes sagradas festivas ou mais nobres, mesmo que não sejam da cor do dia”¹⁷⁸. Simboliza o recolhimento.

3.3 TIPOLOGIAS DE PARAMENTOS

Podemos dividir os paramentos, entre outras categorias, entre vestes interiores e exteriores. Entre as interiores, temos o amito, a alva, a tunicela ou a dalmaticela. A primeira peça a vestir, por baixo de todas as outras, é o amito, que consiste num pano retangular de linho, atado com fitas, usado sob a alva. Esta é uma espécie de túnica comprida, com mangas, de de cânhamo ou linho, que se veste sob a sobrepeliz, sob o roquete¹⁷⁹. Em caso de missa

¹⁷³ Idem, it. 346.

¹⁷⁴ A sarça é uma planta espinhosa do género da acácia, várias vezes citada na Bíblia. Chama-se de "ardente" quando parasitada pela planta *Loranthus acaciae*, cujos frutos e inflorescências avermelhados dão, de longe, a impressão de chamas sobre a planta.

¹⁷⁵ Missal Romano *cit.*, it. 346.

¹⁷⁶ Idem, it. 346.

¹⁷⁷ *Ib.*, it. 346.

¹⁷⁸ *Ib.*, it. 346.

¹⁷⁹ Roquete e sobrepeliz são dois paramentos muito semelhantes. O Roquete é uma espécie de "túnica" de cor branca. Geralmente feita de linho fino ou tecido semelhante e estende-se praticamente até aos joelhos. O roquete ganhou ao longo do tempo, o significado de autoridade e jurisdição. Distingue-se da sobrepeliz principalmente pelas mangas mais estreitas, frequentemente enfeitadas com rendas. Pode ser forrada nos punhos e/ou na barra. Originalmente, a sobrepeliz era uma vestimenta veste branca usada pelos sacerdotes longa chegando aos pés, no século XIII começou a se reduzir, até atingir a forma que tem hoje.

pontifical, os celebrantes vestem uma tunicela, uma túnica usada sobre a alva e debaixo da dalmática; ou uma dalmaticela: idêntica à tunicela, mas com mangas mais curtas e usada durante a missa solene, usada sob a capa ou casula. As vestes exteriores eram a casula, usada por todos os clérigos, a dalmática, e ainda o pluvial ou capa de asperges.

No rito latino, durante a missa, o sacerdote usava o amito, a alva, e a casula ou dalmática¹⁸⁰. Eram importantes também os acessórios: o cordão, a estola, e o manipulo. Para o ofício e os sacramentos vestia-se a sobrepeliz e estola. Para a missa a Igreja católica exigiu, entre os séculos XVI e XX, o uso exclusivo da seda nas vestes exteriores e linho nas interiores. O vestuário do clero tinha um propósito claramente ostentatório: “o hábito não faz o monge, mas distingue-o de longe”¹⁸¹.

As vestes exteriores eram as mais valiosas, e muitas vezes os materiais preciosos concentravam-se nos sebastos, que eram normalmente reutilizados, mesmo quando a peça se desfazia para dar lugar a outras. O sebasto é uma tira de tecido diferente ou bordado, delimitado por galão, que se aplica como ornamento em paramentos como a capa, a casula ou a dalmática. Era o elemento mais decorado das vestes litúrgicas, sendo muitas vezes bordado a ouro e prata, e por isso também o mais duradouro, que por vezes se reaproveitava quando se refaziam ou faziam vestes de novo. A sua iconografia foi também a mais sofisticada, podendo uma simples veste conter a história da paixão de Cristo em várias edículas, ou outros temas igualmente complexos.

Vejamos a par e passo em que consistiam estas peças de vestuário sagrado e como se distribuem pelas doações de D. Diogo de Sousa (quadro 11):

Vestes litúrgicas interiores, exteriores e calçado	Peças ou conjuntos
Vestimenta com alva, estola, manipulo e amito	6
Capas	16
Capa, capelo e vestimenta	1
Capa de Asperges	1
Capas e Capelo	2
Capa, Manto e Dalmática	1
Pontifical	1

¹⁸⁰ Conjunto de gestos, orações e fórmulas litúrgicas: ritos da missa, do batismo ou da comunhão; ou conjunto de cerimónias ee formas de culto próprias de uma igreja ou de uma ordem religiosa (exemplo rito Bracarense, Braga).

¹⁸¹ ECO, Umberto, 1989, *Psicologia do vestir*, cit., p. 63.

Pontifical e Manto	1
Pontifical e Dalmática	1
Pontifical, Dalmática, capelos, manípulos e estola	1
Pálio	1
Túnicas	2
Dalmática	5
Dalmática e Manto	3
Manto e manípulo	1
Luvas (par)	1
Capelo	1
Socos (par)	1

Quadro 11 - Vestes litúrgicas e seus acessórios

3.3.1 VESTES INTERIORES

O **amito** surge no século VIII e servia para cobrir a cabeça, o pescoço e os ombros de quem o usava. Após o século X passou a ser colocado exclusivamente sobre os ombros, antes de se vestir a alva. Simboliza a proteção divina, o revestimento de Cristo e da sua pureza, e é a armadura da Salvação.

A **alva** era a túnica interior usada pelos romanos no cristianismo, geralmente de linho, branca e cumprida, até aos pés, com duas mangas, abertura para a cabeça e apertada na cintura com o cingulo. Todos a usam, desde o bispo aos meninos do coro, e simboliza a pureza de coração. Foi a única vestimenta que não sofreu alterações desde a Antiguidade.

A **túnica** é uma veste comprida, podendo não possuir mangas, usada interiormente. Na sua doação, o prelado incluiu duas túnicas de tafetá, uma verde e uma vermelha, para serem usadas com o pontifical¹⁸².

3.3.2. VESTES EXTERIORES

A **Capa de Asperges** deriva da capa clerical e monástica dos séculos VIII e IX, que servia como agasalho durante o ofício no coro. Passou a veste litúrgica no século X, sendo usada sobretudo nas procissões para abrigar da chuva. É uma capa de proteção formada por um

¹⁸² A.D.B., Registo Geral, liv. 330 publ. Avelino J. da COSTA, 1990, "D. Diogo de Sousa, *cit.*", p. 109; Mons. J. Augusto FERREIRA, 1935, *Fastos episcopais cit.*, Tomo II, p. 497. A.D.B., Registo Geral, liv. 351 publ. Avelino J. da COSTA, 1958, *A Biblioteca e o Tesouro cit.*, p. 134.

semicírculo perfeito, com um capuz na parte traseira, que acabou por ser substituído pelo capelo com o tempo. Era usada pelo sacerdote na bênção eucarística, nas procissões, funerais, e na celebração do matrimónio, devendo ser vestida sobre a alva ou sobrepeliz. Nas doações do arcebispo foi incluída uma capa de asperges com uma caldeira de água benta e seu hissope, sendo o valor pago pelo pelos dois objetos de 78\$800 reis¹⁸³.

Pontifical e manto - É uma veste destinada às mais altas dignidades eclesiásticas, sendo formado por uma capa longa (pode ter cauda) e capelo forrado, geralmente usado nas missas em pontifical, enquanto o manto é uma peça idêntica à casula. O arcebispo deu seis mantos e três pontificais, mas devemos acrescentar mais um conjunto de pontifical de damasco branco, dalmáticas, manipulo, estola com sebasto de veludo alaranjado e cordões de ombro com capelo de retrós vermelho alaranjado e franjado de retrós fino de cores, feito com os tecidos que ficaram por falecimento de D. Diogo de Sousa (anexo 1, ref. P58(A), p. 99).

A **dalmática** era inicialmente uma vestimenta usada pelos habitantes da região da Dalmácia, geralmente em lã, que foi difundida pelos romanos. A partir do século V o papa adotou-a como insígnia própria, alargando-se depois a sua utilização a toda a comunidade eclesiástica. É veste própria do diácono, que se enverga sobre a alva e a estola.

A **capa ou casula e capelo** tem origem na “poenula” romana, uma veste envolvente de forma circular com uma única abertura no vértice, sem mangas, que parece ter sido primitivamente destinada a proteger do frio e da chuva. Cobria o corpo todo, muito ampla, sem mangas, com uma abertura para passar a cabeça. Do uso profano passou ao litúrgico: passou a ser uma veste exterior, ampla, que desce até aos joelhos e que o sacerdote usa sobre a alva na celebração da missa. Inicialmente era de lã bruta, sem tintura e sem luxos, mas quando foi adotada pela igreja passou a ser em tecidos ricos e ornamentada.

A **casula** é muitas vezes bordada e a sua cor depende do tempo litúrgico. É a representação caridade do Cristo envolvendo o padre, é o jugo que o sacerdote deve levar e ensinar.

O **calçado** deveria ser de couro e de cor escura, e adequado à celebração religiosa. Em Braga o arcebispo estava obrigatório usar sapatos e meia, na celebração da missa, sob pena de suspensão. O calçado papal era distinto do resto dos eclesiásticos. No inventário estão incluídos

¹⁸³ A.D.B., Registo Geral, liv. 330 publ. Avelino J. da COSTA, 1990, “D. Diogo de Sousa, *cit.*”, p. 104; Mons. J. Augusto FERREIRA, 1935, *Fastos episcopais cit.*, Tomo II, p. 493. ADB, Registo Geral, liv. 351 e 350 publ. Avelino J. da COSTA, 1985, *A Biblioteca e o Tesouro cit.*, p. 117 e 179.

uns socos oferecidos pelo prelado, constituídos por veludo carmesim, com brochas, fivelas e tachas de prata, que provavelmente seriam idênticos a sandálias pontificais.

A **estola** é colocada pelo sacerdote em torno do pescoço, pendendo diante do peito, e possui várias cores desde o século XVI, sendo usada sobre a sobrepeliz ou a alva durante missa ou a administração dos sacramentos; simboliza a imortalidade da alma e o jugo do Senhor. O **manipulo** teve a sua origem na tradição romana, era um lenço de mão, usado nas cerimónias como símbolo de autoridade. O uso cristão deu-lhe outro significado, tornando-se principalmente um ornamento, geralmente feito da mesma cor e da mesma matéria da casula. Era colocado no braço esquerdo durante a missa. Não tem grande utilidade prática mas era ricamente adornado e completado por uma cruz nas extremidades. No aspeto simbólico relembra ao padre a servidão à glória de Deus.

As **luvas** são insígnias episcopais e estão reservadas apenas a alguns eclesiásticos. As cores das luvas variam conforme o ofício do dia. Estas simbolicamente retratam a pureza do coração. No inventário da Sé contam-se dois pares de luvas legadas pelo arcebispo, um de damasco carmesim e outro par de veludo alionado¹⁸⁴.

Inicialmente a **mitra** era uma faixa estreita presa por um cordão, mas a sua evolução converteu-a num barrete com uma forma especial, usado pelos bispos e outros dignitários eclesiásticos nas cerimónias litúrgicas solenes. Teve a sua origem num gorro em forma cônica (*canelaucum, phygium*) usado pelos papas no século VIII. A mitra personifica o poder do bispo na luta em prol de Deus. O arcebispo doou duas mitras, ambas com o seu escudo. A maior era guarnecida de prata dourada e lavrada de alforge com um relevo “ao modo romano”. Tinha nove rosas esmaltadas com rubis, na parte superior duas pedras preciosas, uma safira e um rubi. Na indicação do inventário velho, os pendentes eram guarnecidos por prata dourada com campainhas¹⁸⁵. A segunda mitra era idêntica à anterior, mas as pontas eram formadas por prata chã com doze pendões dourados¹⁸⁶.

O **gremial** é um bocado de fazenda ou linho trabalhado que se coloca sobre os joelhos do bispo quando este está sentado. O arcebispo ofereceu três: um para servir com o pontifical, com o qual fazia conjunto. O segundo também fazia conjunto com uma túnica e tunicela de

¹⁸⁴ A.D.B., Registo Geral, liv. 351 e 350, publ. Avelino J. da COSTA, 1985, *A Biblioteca e o Tesouro cit.*, p. 135, 197.

¹⁸⁵ A.D.B., Registo Geral, liv. 330 publ. Avelino J. da COSTA, 1990, “D. Diogo de Sousa, *cit.*”, p. 103; Mons. J. Augusto FERREIRA, 1935, *Fastos episcopais cit.*, Tomo II, p. 493. ADB, Registo Geral, liv. 351 e 350 publ. Avelino J. da COSTA, 1985, *A Biblioteca e o Tesouro cit.*, p. 73, 112 e 184.

¹⁸⁶ A.D.B., Registo Geral, liv. 330 publ. Avelino J. da COSTA, 1990, “D. Diogo de Sousa, *cit.*”, p. 103; Mons. J. Augusto FERREIRA, 1935, *Fastos episcopais cit.*, Tomo II, p. 493. A.D.B., Registo Geral, liv. 351 e 350 publ. Avelino J. da COSTA, 1985, *A Biblioteca e o Tesouro cit.*, p. 73, 112 e 183-184.

damasco carmesim, e possuía bandas de damasco roxo e franjas de retrós da mesma cor. O terceiro gremial oferecido pelo arcebispo era ricamente ornamentado, de brocado raso branco, bordado a ouro e prata, com o sebasto de ouro de Florença e, como não podia deixar de ser, as armas de D. Diogo de Sousa no meio¹⁸⁷.

3.3.3 ACESSÓRIOS TÊXTEIS NÃO INCLUÍDOS NO VESTUÁRIO

Incluem-se nesta tipologia os têxteis que tinham a função de cobrir partes do chão da igreja, revestir estruturas como bancos, tapar portas, ou até o ponto mais importante da igreja, o altar.

O altar, considerado o lugar mais sagrado de toda a igreja, é o local onde se concentra toda a celebração litúrgica pois é ali que se realiza o mistério da eucaristia. O arcebispo D. Diogo de Sousa teve essa percepção ao doar vários frontais e colocou um retábulo de calcário no altar-mor. As suas doações nunca foram feitas de forma despropositada. O **frontal** é um paramento que decora a frente do altar cuja origem remonta à toalha que cobria este último; com o tempo transformou-se em símbolo de riqueza da igreja. Embora em muitas igrejas portuguesas os frontais fossem em azulejo, de madeira ou até pedra esculpida, existia a tradição de tapar essas estruturas com estes paramentos.

Acessórios do Altar	Peças ou conjuntos
Frontal	2
Frontal de quatro panos	2
Frontal de cinco panos	1
Frontal de seis panos	3
Frontal, Dalmáticas (2) e Manto	1
Frontal (feito da seda que ficou da morte de D. Diogo de Sousa)	1

Quadro 12 - Acessórios do Altar

Nas doações do arcebispo contam-se oito frontais doados em vida e um que foi feito com os tecidos que deixou quando morreu, posterior a 1532¹⁸⁸. O frontal mais rico era de brocado branco raso com seis panos, cercado de grinaldas lavradas com fio de ouro e prata,

¹⁸⁷ A.D.B., Registo Geral, liv. 351 e 350 publ. Avelino J. da COSTA, 1985, *A Biblioteca e o Tesouro cit.*, p. 134, 196.

¹⁸⁸ A.D.B., Registo Geral, liv. 330 publ. Avelino J. da COSTA, 1990, "D. Diogo de Sousa, *cit.*", p. 109; Mons. J. Augusto FERREIRA, 1935, *Fastos episcopais cit.*, Tomo II, p. 497. ADB, Registo Geral, liv. 351 publ. Avelino J. da COSTA, 1985, *A Biblioteca e o Tesouro cit.*, p. 132.

forrado de fustão branco. Possuía iconografia bíblica, reunindo a imagem dos doze apóstolos com Nosso Senhor e a sua Santa Mãe, e as inevitáveis armas do arcebispo no meio¹⁸⁹. Adiante voltaremos a falar deste exemplar.

Outros acessórios do Mobiliário Religioso	Peças ou conjuntos
Alcatifa (que ficou da morte de D. Diogo de Sousa)	1
Almofadas	4
Bancal	2
Bancal (feito com os panos que ficaram da morte de D. Diogo de Sousa)	1
“Cital” (sitial?)	1
Guarda Portas (que ficou da morte de D. Diogo de Sousa)	1
Panos de Armar	4
Panos de Figura (que ficaram da morte de D. Diogo de Sousa)	1
Pálio	1
Reposteiro	9
Tapete	2
Toalha	1

Quadro 13 - Outros acessórios do Mobiliário Religioso

O **reposteiro** é um pano quadrado, geralmente com as armas do clérigo que preside aos destinos da diocese, colocado à frente da porta de entrada ou nas portas internas da igreja, nas ocasiões em que se armava a igreja. Nas doações do arcebispo D. Diogo de Sousa estão incluídos nove reposteiros, oito oferecidos em vida, e um legado pelo infante cardeal D. Henrique, feito com tecido herdado de D. Diogo de Sousa¹⁹⁰. No tempo do arcebispo Frei Bartolomeu dos Mártires mandaram-se dar quatro destes reposteiros ao hospital de S. Marcos por estarem velhos.

O **bancal** é um pano que se colocava sobre as mesas ou bancos de forma a cobri-los na totalidade ou parcialmente. O arcebispo ofereceu dois em vida para os dois bancos da capela-mor, de arvoredo, cada um com uma cercadura e no meio três grinaldas redondas¹⁹¹. O cardeal infante D. Henrique ofereceu outro exemplar, feito com o pano que ficou da morte de D. Diogo

¹⁸⁹ A.D.B., Registo Geral, liv. 330 publ. Avelino J. da COSTA, 1990, “D. Diogo de Sousa, cit.”, p. 109; Mons. J. Augusto FERREIRA, 1935, *Fastos episcopais cit.*, Tomo II, p. 497. A.D.B., Registo Geral, liv. 351, 350 e 353 publ. Avelino J. da COSTA, 1985, *A Biblioteca e o Tesouro cit.*, p. 132, 195, 221.

¹⁹⁰ A.D.B., Registo Geral, liv. 353 publ. Avelino J. da COSTA, 1985, *A Biblioteca e o Tesouro cit.*, p. 380-384; A.D.B., Registo Geral, liv. 353 publ. Avelino J. da COSTA, 1985, *A Biblioteca e o Tesouro cit.*, p. 387.

¹⁹¹ A.D.B., Registo Geral, liv. 351, publ. Avelino J. da COSTA, 1985, *A Biblioteca e o Tesouro cit.*, p. 147.

de Sousa¹⁹², de mato e flores, com um tamanho de 11 metros por 22 centímetros, o que nos dá uma ideia muito precisa da largura e comprimento do banco onde deveria ter sido colocado.

O **guarda-porta** é um cortinado destinado a cobrir muros normalmente despidos ou para estarem logo a seguir às portas; eram proteções fundamentais contra as correntes de ar, e proporcionavam algum conforto em ambientes. Este tipo de tecido geralmente está ornamentado e a condizer com o resto dos adornos da igreja ou do tempo festivo. O inventário tem a informação que o cardeal D. Henrique ofereceu um guarda-porta que ficou do arcebispo D. Diogo de Sousa, tinha cinco metros de altura e 94. Tem figuras da história da mulher adúltera, segundo a informação do inventário retrata o momento em que Jesus Cristo disse *mulier nemo te accusat*¹⁹³.

O chão das igrejas era muitas vezes ornamentado com **tapetes e alcatifas**. O arcebispo ofereceu dois tapetes com cercaduras para servir na Capela-mor e mais dois tapetes que ficaram da morte da sua irmã¹⁹⁴. O cardeal D. Henrique deu uma alcatifa usada para a Sé, que provinha das coisas deixadas por morte do arcebispo. Esta tinha no meio um lavor que se assemelhava a damasquim e nas pontas apresentava umas amoras de cores num campo branco e uns pássaros¹⁹⁵.

O **pálio** é uma insígnia de dignidade atribuída ao papa, a alguns arcebispos, e até alguns bispos. Consiste numa faixa de lã branca com cruces negras bordadas, que dá a volta aos ombros. Era tecida em Roma, com lã branca dos cordeiros anualmente ofertados ao Papa na festa de santa Inês. Tinha de ser benzida pelo pontífice ou por um cardeal por ele designado. É a reprodução do Bom Pastor representando a imagem do próprio Cristo que carregou ao ombro uma ovelha perdida. Na doação de D. Diogo de Sousa, encontramos um pálio de tafetá acolchoado com alparavaz¹⁹⁶ de seda da Índia. Neste caso, portanto, não se trataria de um pálio no sentido de insígnia do papa, mas sim de uma umbela processional, isto é de um pálio em forma de guarda-sol, ou eventualmente retangular e suportado por quatro varas levado em sinal de reverência sobre o santíssimo sacramento ou sobre o arcebispo. No inventário 1589 menciona-se um chamalote vermelho e verde do qual se fez um frontal para a Igreja de Cambezes.

¹⁹² A.D.B., Registo Geral, liv. 351, publ. Avelino J. da COSTA, 1985, *A Biblioteca e o Tesouro cit.*, p. 146.

¹⁹³ A.D.B., Registo Geral, liv. 351, publ. Avelino J. da COSTA, 1985, *A Biblioteca e o Tesouro cit.*, p. 148.

¹⁹⁴ A.D.B., Registo Geral, liv. 351, publ. Avelino J. da COSTA, 1985, *A Biblioteca e o Tesouro cit.*, p. 148.

¹⁹⁵ A.D.B., Registo Geral, liv. 351, publ. Avelino J. da COSTA, 1985, *A Biblioteca e o Tesouro cit.*, p. 150.

¹⁹⁶ Alparavaz: sanefa que garante o dossel; franja.

A **toalha** é um objeto ligado à eucaristia e ao cálice. O arcebispo ofereceu uma toalha de fino labor com uma cruz, com dois escudos com as suas armas no meio. Incluiu nas suas doações quatro **almofadas**, duas de veludo verde com as suas maçanetas e mais duas almofadas de veludo carmesim com algumas “borlas e caireis (debruns), recheadas a fustão”¹⁹⁷.

Os **panos de armar** são usados durante celebrações solenes. O arcebispo ofereceu quatro panos para a capela-mor da Sé, com um total de 19,8 metros de comprimento. Um deles representava um rei com o cetro com uma mulher de joelhos a seus pés; no outro, via-se um imperador com um cetro a tocar a cabeça de uma mulher. Em ambos existiam outras figuras que não foram descritas. Os outros dois panos de armar foram dados poucos meses antes da morte do arcebispo, a seis de janeiro de 1532. São descritos como tendo figuras muito ricas e cercaduras; cada um deles tinha 20,6 metros. Cada um tinha duas colunas e um rei com o cetro na mão, além de outras figuras que não estão descritas¹⁹⁸.

Há mais um pano que ficou da morte de D. Diogo de Sousa e o cardeal D. Henrique ofereceu à Sé, com as armas do primeiro. Media menos que os outros (4,63 metros), e representava Nossa Senhora com o Filho no colo e três anjos, e um velho que dava uma pomba ao menino¹⁹⁹.

O arcebispo deu um **cital** de veludo verde de quatro panos, com comprimento de 2,64 metros e forrado de linho²⁰⁰. O significado desta palavra, no entanto, foi impossível de apurar com certeza. A sua inclusão nos paramentos, no entanto, faz pensar que se trata de um sitial, ou melhor, do pano que o cobria. Segundo o dicionário de Bluteau, sitial era um banco, ou genuflexório, coberto de um pano de damasco ou veludo, com uma almofada em cima, e outra em baixo, ou mais almofadas, para as pessoas reais se encostarem, e se porem de joelhos.

3.4 ICONOGRAFIA

Nos primórdios do Cristianismo não havia iconografia nos paramentos, mas esta foi-os integrando gradualmente. A decoração não era considerada essencial, mas quando foi aceite difundiu-se rapidamente, aliando-se a iconografia às cores e ao tipo de veste litúrgica. Os motivos

¹⁹⁷ A.D.B., Registo Geral, liv. 351, publ. Avelino J. da COSTA, 1985, *A Biblioteca e o Tesouro cit.*, p. 139.

¹⁹⁸ A.D.B., Registo Geral, liv. 351, publ. Avelino J. da COSTA, 1985, *A Biblioteca e o Tesouro cit.*, p. 145.

¹⁹⁹ A.D.B., Registo Geral, liv. 351, publ. Avelino J. da COSTA, 1985, *A Biblioteca e o Tesouro cit.*, p. 145.

²⁰⁰ A.D.B., Registo Geral, liv. 351, publ. Avelino J. da COSTA, 1985, *A Biblioteca e o Tesouro cit.*, p. 140.

iconográficos são variados: temos formas ligadas a natureza (vegetalistas e animais), geométricas (cruz), ou mais frequentemente, episódios bíblicos (crucificação, calvário, etc.) e personagens da história sagrada.

A paramentaria que o arcebispo D. Diogo de Sousa doou para a Sé de Braga e para a Capela da Misericórdia não apresenta uma iconografia tão vasta como seria de prever. O motivo pode residir no facto de as descrições das fontes estarem bastante incompletas, não descrevendo as imagens. Quando descritas, a grande maioria consta de episódios bíblicos, muitos deles difíceis de identificar de forma segura.

De entre os têxteis, temos a mulher adúltera representada num guarda-portas, que remete para uma cena bíblica identificável. A imagem narra o momento que a mulher adúltera é conduzida a Jesus: “chegaram os doutores da Lei e os fariseus com uma mulher que tinha sido apanhada a cometer adultério, colocaram a mulher no meio e disseram a Jesus: Mestre, esta mulher foi apanhada em flagrante a cometer adultério”²⁰¹. Jesus perguntou-lhe: “Mulher, onde estão os outros? Ninguém te condenou? Ela responde: Ninguém, Senhor. Então, Jesus disse-lhe: Eu também não te condeno, podes ir e não voltes a pecar”²⁰².

O frontal de seis panos representa os doze apóstolos com Nosso Senhor e sua Mãe. Estas figuras deviam repartir-se pelo frontal, em destaque estariam Cristo e sua Mãe com as armas de D. Diogo de Sousa, com os apóstolos de um lado e do outro. Nos panos a iconografia aparece sempre descrita. Neste está representado um episódio em que Nossa Senhora com o Filho no colo, acompanhada por três anjos, vê o menino receber uma pomba de um velho (anexo 1, ref. 62^a, p. 102).

Nos panos existe sempre uma referência aos reis, mas não existe uma clara alusão a episódios bíblicos. As descrições referem os panos como um rei com um cetro na mão e nos seus pés um homem e uma mulher de joelhos; um imperador que toca com um cetro na cabeça de uma mulher posta em seus pés; ou por fim outra imagem com um rei de cetro na mão. Não podemos afirmar de forma clara que se trata de episódios relatados na Bíblia; os episódios em Ester são os que mais se podem identificar com estas descrições, ainda que fique a dúvida se são de facto estes os representados: quando “o rei estendeu o cetro de ouro a Ester, ela levantou-se”²⁰³.

²⁰¹ João 8.3-5.

²⁰² João 8.10-11.

²⁰³ Ester 8.4.

Algumas peças têm uma iconografia vegetalista ou animal, como é o caso das mitras com rosas guarnecidas por pedras preciosas, o bancal com mato e flores, os reposteiros com as suas folhagens verdes, ramos floridos, folhas de vide e cachos de uvas; por fim, a alcatifa (tapete) com passarinhos e amoras.

Apesar de as descrições iconográficas serem demasiado sucintas para as podermos estudar com mais detalhe, se as compararmos com a dos paramentos do século XVI ainda hoje existentes, a variedade iconográfica das peças doadas pelo arcebispo é indubitavelmente inferior²⁰⁴.

3.5 ANÁLISE DO FRONTAL DA SÉ²⁰⁵

Até à publicação do estudo de Teresa Alarcão e José Alberto Seabra Carvalho²⁰⁶, supunha-se que a casula e o frontal de seis panos correspondessem a uma doação do arcebispo D. Diogo de Sousa ou de D. Manuel. A atribuição era feita somente com base nos inventários da Sé de Braga, mas o estudo efetuado por Alarcão e Carvalho e uma consulta aos técnicos do *Victoria and Albert Museum*, clarificou a datação das peças. Concluiu-se que os elementos do frontal são próprios de um século posterior aos inícios do século XVI, o que faz com que a peça não possa ser uma doação de D. Diogo de Sousa. Nas palavras de Teresa Alarcão e José Alberto Carvalho, “estas peças não podem ter sido executadas no século XVI. Pela temática decorativa muito próxima dos painéis de azulejos, não só na estrutura como nos motivos utilizados (pássaros, anjos, flores, motivos em concha ou renda (?) da barra), deverão situar-se no século XVII tardio”²⁰⁷. Na análise do *Victoria and Albert Museum* as peças foram avaliadas como sendo do século XVIII, um trabalho peninsular, com os sebastos provenientes de outra peça do século XVII.

Teresa Alarcão e José Alberto Carvalho afirmam que “os sebastos com representações iconográficas não são os apóstolos”²⁰⁸. Todavia, após um olhar mais atento conseguimos

²⁰⁴ ALARCÃO, Teresa, CARVALHO, José, 2003, *Imagens em paramentos cit.*

²⁰⁵ ALARCÃO, Teresa, CARVALHO, José, 2003, *Imagens em paramentos cit.*, pp.356-667; BARREIROS, Manuel de Aguiar, 1954, *Catálogo e Guia do Tesouro da Sé Primaz de Braga*; COSTA, Avelino Jesus da 1985, *A Biblioteca e o tesouro cit.*; COSTA, Avelino Jesus da, 1990, “D. Diogo de Sousa *cit.*”; O frontal encontra-se O Museu-Tesouro da Sé de Braga.

²⁰⁶ ALARCÃO, Teresa, CARVALHO, José, 2003, *Imagens em paramentos cit.*

²⁰⁷ *Idem*, p. 359.

²⁰⁸ *id.*, p. 359 (ver a nota 3).

identificá-los claramente, confrontando as imagens de cada apóstolo com os símbolos a que ficou associado.

No sebasto esquerdo temos nas quatro edículas:

- S. Pedro identificado pelo livro e pelas chaves na mão, e pela inscrição S. PETRVS;
- André, reconhecido pela cruz em X (aspa) e pelo seu livro, com a inscrição ST. ANDRES;

- Tomé, possui o livro e esquadro (símbolo da sua profissão de pedreiro) na inscrição tem SMTS (?);

- S. Mateus tem um livro aberto e uma pena que pode significar a inspiração (com a qual é muitas vezes representado) ou também a sua profissão de coletor de impostos²⁰⁹.

No sebasto central do frontal estão os apóstolos:

- João com o cálice e o livro e a inscrição IAES;
- Filipe com o livro a cruz da sua crucifixão;
- Simão que é identificado pelo livro, pelo serrote e capacete que simbolizam a sua morte;
- Tadeu tem um livro e machado na mesa (símbolo) medalhão que segura com a mão esquerda, na inscrição tem MTA.

No sebasto direito do frontal estão quatro edículas com os seguintes apóstolos:

- Tiago Maior, identificado pelo chapéu de peregrino e o cajado com a vieira, e um livro numa mão;
- Bartolomeu tem um livro e uma faca, símbolo da sua morte por esfolamento;
- Tiago Menor está representado com um Livro e cajado dos tintureiros, tendo morrido com este na cabeça;
- Judas segura um baú representando as moedas que recebeu para trair Cristo, com a inscrição IDAS.

Desta forma, os apóstolos estão claramente identificados, não se compreendendo porque é que a iconografia dos sebastos passou despercebida a quem realizou os inventários. Mas ao analisarmos todos os inventários da Sé (1589, 1641 e 1761), nenhum frontal é descrito como representando os apóstolos, com a exceção do frontal doado por D. Diogo de Sousa. Na ótica de Alarcão e Carvalho a descrição que mais se aproxima deste frontal é a do inventário de 1761: “Hum frontal grande do altar-mor, com bordado alto, de ouro, campo branco de prata,

²⁰⁹ Citado em Marcos 2. 14 e Lucas 5. 27.

com figuras bordadas de seda e no meyo a imagem de Nossa Senhora, forrado de olandilha, que foi vermelha. Tem o seu franjão e hé usado e tem pano de linho para resguarde”²¹⁰. Concordamos na totalidade com estes autores quando afirmam que o frontal não foi mandado fazer por D. Diogo de Sousa, mas é plausível pensar que os sebastos são provenientes do exemplar doado pelo arcebispo.

Como vimos, neste frontal estão representados os doze apóstolos, e pela análise dos inventários o único frontal com esta iconografia foi doado por D. Diogo de Sousa, pelo que o frontal em causa poderá ser formado um conjunto de dois frontais. Mesmo que não existam imperfeições como referem Teresa Alarcão e José Alberto Carvalho, concluímos que pela forma do bordado e pela semelhança do sebasto descrita no frontal de D. Diogo de Sousa, “rico, d’ouro de agulha, emlevado com doze imagens de Apóstolos (...) franjado d’ouro e retrós carmesim he forrado de pano de linho²¹¹; estão bordados os doze Apostolos (...) tudo em ouro e seda com as suas molduras de ouro, bordado com franja de ouro e retrós carmesim, forrado de pano de linho²¹²; de brocado, com sua sanefa de ouro, nella os doze Apóstolos (...) om franjão, de ouro e carmesim e já antigo”²¹³. Ou seja, o velho frontal pode ter dado origem a um novo, que incorporou as guarnições antigas ao mesmo tempo que usava tecidos novos a sua superfície principal. O frontal doado pelo arcebispo D. Diogo de Sousa era constituído por seis panos, e o novo por quatro; logicamente perderam-se os panos e as armas do arcebispo mas foram aproveitados os sebastos representando os apóstolos. Existem indicações nos inventários da prática de aproveitar as partes melhores dos paramentos, com iconografia quando se faziam peças novas. A ideia do *Victoria and Albert Museum* é correta quando se refere aos sebastos afirmando serem de uma época diferente do resto do frontal, mas data-os do século XVII, através uma análise fotográfica, quando na verdade, na nossa opinião, seriam do século XVI.

A ornamentação do frontal pertence de facto ao século XVII, tal como afirmaram T. Alarcão e J. A. Carvalho; os sebastos são no entanto anteriores, como se percebe pela cor e pelas figuras. A face dos anjos é diferente da dos apóstolos indicando que o artesão não foi o mesmo. As próprias linhas e os contornos que dão forma às vestimentas dos apóstolos são distintas dos traços das vestes dos anjos, estas com relevo mais saliente. O tecido que separa as edículas dos apóstolos, em bandas horizontais, não é igual ao padrão que as separa dos panos do frontal.

²¹⁰ A.D.B., Registo Geral, liv. 351, publ. Avelino J. da COSTA, 1985, *A Biblioteca e o Tesouro cit.*, p. 221.

²¹¹ A.D.B., Registo Geral, liv. 351, publ. Avelino J. da COSTA, 1985, *A Biblioteca e o Tesouro cit.*, p. 132.

²¹² A.D.B., Registo Geral, liv. 351, publ. Avelino J. da COSTA, 1985, *A Biblioteca e o Tesouro cit.*, p. 195.

²¹³ A.D.B., Registo Geral, liv. 351, publ. Avelino J. da COSTA, 1985, *A Biblioteca e o Tesouro cit.*, p. 221.

O frontal evidencia uma grande unidade, com uma estrutura bastante coesa, o que não invalida corresponder à adaptação dos sebastos antigos a um novo frontal dando origem a uma peça nova. Ademais, está completamente provado que a casula que faz conjunto com este frontal novo não é uma doação de D. Diogo de Sousa, tendo sido executada no século posterior.



Ilustração 5 - Os doze Apóstolos que constituem o Frontal de Altar

Fonte: ALARÇÃO, Teresa, CARVALHO, José, 2003, *Imagens em Paramentos bordados séculos XIV a XVI*, Lisboa, IPM, p.364.

4. LIVROS LITÚRGICOS

A par das obras que efetuou na catedral bracarense e dos ornamentos que lhe legou, dotou-a de vários códices manuscritos e ordenou várias impressões de livros. Mandou imprimir as constituições sinodais, em 1506, a par das que já tinham sido impressas quando foi bispo do Porto; o *Breviário Bracarense* em 1511; o *Missal* em 1512; o *Manual Bracarense* em 1517; e ainda a *Arte de rezar as horas canónicas ordenada segundo as regras e costume bracarense* em 1521²¹⁴.

Ofereceu ainda 29 livros à Sé de Braga, dos quais 10% com o seu brasão de armas. A necessidade de livros justificava-se em função da consciência da falta de preparação e ignorância do clero, patente na sua afirmação “seendo nós enformado de quanta ignorância há acerqua de muitos abbades e capellães deste nosso arcebispado”²¹⁵, e também pela falta de livros litúrgicos na Catedral de Braga. Os livros litúrgicos são imprescindíveis as cerimónias religiosas públicas pois neles se encontravam os textos e as preces imprescindíveis para a celebração dos rituais da igreja. Desta forma era vital que a Sé de Braga tivesse livros para a correta celebração dos ofícios. Sabemos que D. Diogo doou mais seis livros à Capela de Jesus da Misericórdia no dia 30 de dezembro de 1531 mas não estão incluídos no Memorial nem nos inventários da Sé.

Livros Litúrgicos	Número de livros
Antifonário	1
Capituleiro	1
Ferial	2
Missal	3
Pontifical	1
Processionário	2
Saltério	4
Santoral	2

Quadro 14 - Livros Litúrgicos

²¹⁴ Obras referidas por Mons. José Augusto Ferreira (*Fastos episcopais, cit.*, p.373), mas das quais não conhecemos as referências bibliográficas completas. CF. NASCIMENTO, Aires, *D. Diogo de Sousa (1460-1532), Bispo do Porto, Homem cit.*, p. 705.

²¹⁵ Ver a C.S.D.D.S. de 1505, *constituçam viii: como os clérigos devem saber rezar e celebrar os divinos officios e dar os sacramentos e como sejam examinados ao receber ordees; e ainda constituçam xxxiv: como todollos abbades tenham os preceptos e mandamentos escriptos e que nenhum capellam se nom dee carta de cura sem ter brivario e as ditas cousas escriptas.* p. 166.

O **antifonário** foi um dos livros litúrgicos mais impulsionados pelo Papa Gregório Magno²¹⁶. Trata-se de um livro que continha as partes cantadas pelo coro, tanto na missa como nos ofícios.

O arcebispo ofereceu um volume de *Antiphonas ad Magnificat et Benedictus*²¹⁷, ou seja, um antifonário que possuía todas as festas solenes e todo o ofício das Endoenças.

O **capituleiro** é um livro com a leitura de uma curta lição retirada das Escrituras Sagradas²¹⁸. O **processionário** é um livro litúrgico que contém as leituras feitas durante os diferentes momentos das procissões. O arcebispo incluiu nas suas doações à Sé de Braga um capituleiro e dois processionários, embora não disponhamos de quaisquer informações sobre eles²¹⁹.

O **ferial** é um livro litúrgico que contém a leitura das missas realizadas nos dias da semana. Contabilizam-se dois feriais na lista de livros doados à Sé de Braga por D. Diogo de Sousa. Um ferial de dois volumes meãos foi doado com a intenção de preencher a estante mais pequena e um segundo composto por cinco volumes²²⁰.

O **missal** é considerado uma peça de ourivesaria pelo valor como pela sua encadernação ser em prata e ouro, a capa é tem duas imagens diferentes, na parte da frente está representado a história da cruz, onde Jesus está acompanhado com os evangelistas, os apóstolos e os profetas, está representado a subida de Jesus à Cruz, a sua crucificação, enquanto na parte traseira do missal, a iconografia da capa é uma alusão à descida da cruz de Jesus onde se faz acompanhar por arcebispos, e profetas.

Originalmente o missal era chamado de *sacramentário*, e é o livro onde estão contidas todas as orações da missa ou do sacramento, reúne os textos e os cânticos necessários ao sacerdote para a celebração da missa todos os dias do ano. Inicialmente o sacramentário foi da autoria do Papa S. Gelásio e Gregório Magno²²¹ e tinha somente o Canon, as orações e os prefácios, mas posteriormente foi acrescentado com o *Livro dos Evangelhos*, o *epistolário* e o *lectionário*. No século IX, possuía já todos os textos e normas necessárias indispensáveis à celebração da missa. É o livro de celebrações mais usado durante as celebrações católicas. D.

²¹⁶ *Enciclopédia Luso-Brasileira de cultura*, Vol.2. Verbo, Lisboa. p. 560-561.

²¹⁷ A.D.B., Registo Geral, liv. 330 publ. Avelino J. da COSTA, 1990 "D. Diogo de Sousa, *cit.*", p. 111; Mons. J. Augusto FERREIRA, 1935, *Fastos episcopais cit.*, Tomo II, p. 500.

²¹⁸ *Enciclopédia Luso-Brasileira de cultura*, Vol.2. Verbo, Lisboa. p. 924.

²¹⁹ A.D.B., Registo Geral, liv. 330 publ. Avelino J. da COSTA, 1990, "D. Diogo de Sousa, *cit.*", p. 111; Mons. J. Augusto FERREIRA, 1935, *Fastos episcopais cit.*, Tomo II, p. 500.

²²⁰ A.D.B., Registo Geral, liv. 330 publ. Avelino J. da COSTA, 1990, "D. Diogo de Sousa, *cit.*", p. 111; Mons. J. Augusto FERREIRA, 1935, *Fastos episcopais cit.*, Tomo II, p. 500.

²²¹ BOULENGER, 1941, *Doutrina Católica*, Meios de santificação Liturgia, Terceira parte, p. 231-232

Diogo de Sousa dotou a catedral bracarense com quatro missais manuscritos, em pergaminho, um deles do tempo em que tinha sido bispo do Porto. Este tipo de códice era geralmente encadernado a couro e prata, e podendo possuir ainda pedras precisas incrustadas, e brochas de ouro.

O **pontifical** é um livro litúrgico da igreja romana, no qual se encontram os rituais e as funções sagradas reservadas aos bispos: a administração dos sacramentos da Confirmação e da Ordem; e a consagração dos santos óleos, das igrejas, dos altares, dos vasos sagrados, dos sinos. Entrou um pontifical na Sé pela mão do prelado, de grande volume e com letra grande, e as suas armas²²².

O **saltério** é o livro litúrgico que contém o conjunto dos cinquenta salmos. O arcebispo doou três saltérios, de dois volumes cada, à Sé de Braga, este em julho de 1531, e mais um saltério de dois volumes grandes de pergaminho para a estante maior²²³.

O **santoral** reúne o conjunto de leituras efetuadas nas festas dos santos celebrados durante o ano. Faz parte do conjunto dos lecionários, livros que têm as leituras bíblicas das várias ações litúrgicas. Existiam quatro lecionários: santoral, ferial, dominical e o livro das missas diversas. O dominical continha as leituras para todos os domingos do ano e para as solenidades e dividia-se em três ciclos; o livro das Missas diversas dia respeito a leituras para as missas rituais (ex. defuntos).

D. Diogo de Sousa deu um santoral de seis volumes com a letra idêntica à de um saltério, com as Horas de Nossa Senhora, e além deste ofereceu à Sé mais um santoral de dois volumes meãos para a estante pequena²²⁴.

²²² A.D.B., Registo Geral, liv. 351 publ. Avelino J. da COSTA, 1985, *A Biblioteca e o Tesouro cit.*, p. 142.

²²³ A.D.B., Registo Geral, liv. 330 publ. Avelino J. da COSTA, 1990, "D. Diogo de Sousa, *cit.*", p. 111; Mons. J. Augusto FERREIRA, 1935, *Fastos episcopais cit.*, Tomo II, p. 500.

²²⁴ A.D.B., Registo Geral, liv. 330 publ. Avelino J. da COSTA, 1990, "D. Diogo de Sousa, *cit.*", p. 111; Mons. J. Augusto FERREIRA, 1935, *Fastos episcopais cit.*, Tomo II, p. 500.

5. A CAPELA DE JESUS DA MISERICÓRDIA E O TESTAMENTO DE D. DIOGO DE SOUSA

D. Diogo de Sousa criou a capela de Jesus da Misericórdia no ano de 1511, dotando-a de infraestruturas e de estatutos próprios. A capela terá custado ao prelado 400 mil reais e nela foi instituída a primeira sede da misericórdia de Braga²²⁵.

As ofertas para esta capela foram feitas no dia 30 de dezembro de 1531, ao assinar o estatuto original da Capela de Jesus da Misericórdia²²⁶, um indicador de que o arcebispo pretendia equipar a sua capela antes de falecer.

Se compararmos as peças doadas para a Capela de Jesus da Misericórdia com as doadas para a Capela-mor da Sé, encontramos algumas diferenças. Estas últimas foram mais caras e possuíam ornamentação mais sofisticada. O total da prata doada à Sé de Braga soma 108,520 quilos, enquanto a da Capela de Jesus da Misericórdia 11,830 quilos. Evidentemente, a dimensão da capela é em muito inferior à da Capela-mor da Sé, que se destinava a celebrar o culto num espaço muito maior. Ainda assim, D. Diogo equipou a sua capela fúnebre com tudo o que era necessário para aí celebrar o culto. Deu dois cálices com a respetiva patena para a eucaristia, dois castiçais para o altar, uma cruz de prata também para o altar, duas galhetas para os óleos sagrados, uma caldeira com o seu hissope, e um turíbulo para incensar a capela. Como vemos, tratam-se dos utensílios mais básicos e apenas o cálice eucarístico se encontra repetido, ao contrário do que sucedeu ao equipar a capela-mor da Sé onde a regra foi doar mais do que um objeto de cada tipologia.

Nos têxteis sucedeu-se uma situação semelhante. Das 102 peças doadas em vida destinou apenas seis conjuntos de vestimentas, uma capa e um capelo para a capela de Jesus da Misericórdia, ao passo que engrandeceu a Sé com outro tipo de paramentos e instrumentos de culto.

O testamento do arcebispo centrou-se na sua capela fúnebre: prevendo o seu fim, o arcebispo fez testamento em 14 de novembro de 1531. Nomeou para seus testamentários o deão de Coimbra António de Meneses, o doutor João de Coimbra seu provisor, o doutor Rui Gomes seu vigário, e João Carneiro, mestre-escola e seu camareiro. No testamento, D. Diogo de Sousa doou à capela da misericórdia todos os ornamentos que possuía na capela de sua casa:

²²⁵ BARBOSA, Isabel Maria, 1990, "Os estatutos da Capela de D. Diogo de Sousa da Sé de Braga", in *IX Centenário da Dedicção da Sé Catedral, Atas do Congresso Internacional, Volume II / I*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia – Braga, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, p. 661.

²²⁶ Idem, p. 667.

“(…) mando que em quall quer tempo que falecer fiquem ha minha capela a misericórdia todolos ornamentos que agora tenho e tener ao diante a prata da minha capela de casa”²²⁷. Deste modo foram entregues à capela de Jesus da Misericórdia, em julho de 1533, vários ornamentos que acabam por não constar nos inventários da Sé de Braga nem no Memorial de D. Diogo de Sousa.

Apesar de muitos artefactos serem usados, o arcebispo deu todo o equipamento da capela de sua casa para a capela de Jesus da Misericórdia.

Ornamentos entregues à capela de Jesus da Misericórdia em julho de 1533	Peças ou conjuntos
Pedra de Ara	3
Fundas de veludo de missal	3
Estante	2
Vestimentas completas	7
Frontal	6
Almofada	1
Caixa	8
Sobrepelizes	3
Toalhas para cobrir o altar	7
Missais	4
Livrinho de purgatório iluminado de oras com brochas de prata	1
Livro de crismar com cobertura de veludo preta	1
Livro Pontifical	3
Ara de pau	1
Caixa pintada	1

Quadro 15 - Execução do Testamento, Ornamentos entregues à capela de Jesus da Misericórdia em 1533

No restante testamento, estão referidos objetos com interesse para o estudo da cultura material, onde se inserem os quatro panos de armar e mais quatro alcatifas, todos oferecidos após a sua morte pelo infante Cardeal D. Henrique. Estes objetos estão referidos no inventário de 1589 e no memorial, “por quamto tenho dados ha see quatro panos d’armar os milhores que tinha dos quaes já esta em pose e me ficam dous da sua fineza mamdo que lhos dem e asy lhe

²²⁷ A.D.B., Gav. Dos testamentos, n° 71 publ. MAURÍCIO, Rui, 2000, O mecenato *cit.* II vol., p. 306.

daram um pano que tem nosa senhora e hua guarda porta que tem nosso senhor no tempo e auto molher adultera foy acusada amte elle e mais quatro alcatifas das milhores que hi ouver”²²⁸. O arcebispo em vida já tinha oferecido quatro panos para armar na capela-mor da Sé.

Além de ter criado o hospital de São Marcos, no testamento dotou-o com novos meios e ofereceu *outra tanta roupa* aos frades de S. Frutuoso “asy quero que se dem ao spritall de sam Marcos pera duas camas quatro colchões quatro lemçõeess e dois trabesejros emfronados e outra tamta roupa se dará a sam frutuoso pera os frades emfermos”²²⁹.

Deixou escrito que se deveria fazer duas cruzes idênticas, uma para a igreja de Viana e outra para a igreja de Valença “mando fazer a fernam martjns orivez huã cruz de prata dourada pera a igreja de Viana (...) há de ser a dita cruz de quimze marcos de prata pouco mais ou menos e quero que nam se acabamdo em minha vida que se acabe depois como cousa legada e se pague prata ouro e feitio e a emtreguem ha dita igreja e quero que outra cruz como esta se faça e dee ha igreja de valemça e seja paga como cousa legada”²³⁰.

Mandou fazer em vida uma imagem de São Paulo em prata. Desconhecem-se mais elementos sobre esta imagem; apenas consta no testamento a execução do pagamento de oitocentos reais. Encomendou ainda um cálice para São Vítor; tinha uma onça de prata e custou seiscentos reais.

Deixou ainda em testamento 918.579 reais para o seu sucessor empregar em obras e ornamentos para a Sé.

O testamento diz-nos quanta prata tinha em casa: “tenho em prata ha feitura desta em peças da capella trimta marcos e duas onças e três reais e em outra prata da casa quatrocentos e vinte nove marcos e huã onça e três reais que faz tudo em soma quatrocentos e cimquemta e nove marcos e três onças e seis reais”²³¹ O equivalente a dois quilos cento e sessenta gramas. Em contrapartida, o arcebispo declarava não possuir muitas joias²³².

²²⁸ A.D.B., Gav. Dos testamentos, nº 71 publ. Rui MAURÍCIO, 2000, *O mecenato cit.*, II vol., p. 306.

²²⁹ A.D.B., Gav. Dos testamentos, nº 71 publ. Rui MAURÍCIO, 2000, *O mecenato cit.*, II vol., p. 309.

²³⁰ A.D.B., Gav. Dos testamentos, nº 71 publ. Rui MAURÍCIO, 2000, *O mecenato cit.*, II vol., p. 310.

²³¹ A.D.B., Gav. Dos testamentos, nº 71 publ. Rui MAURÍCIO, 2000, *O mecenato cit.*, II vol., p. 313.

²³² A.D.B., Gav. Dos testamentos, nº 71 publ. Rui MAURÍCIO, 2000, *O mecenato cit.*, II vol., p. 313.

6. CRONOLOGIA DAS DOAÇÕES

Não é fácil identificar os principais momentos em que o arcebispo faz doações, uma grande maioria das peças não possui datação. Para as peças que conhecemos as datas, sabemos que estas se iniciaram em dezembro de 1506 com uma cruz de altar com um crucifixo, seguindo-se o cálice manuelino com patena em 1509, este pode marcar o fim das obras na capela-mor. Em 1511, oferece seis capas e uma hostiaria. Em 1515, oferece um pontifical, um manto e manipulo. Dois anos depois manda uma custódia para a Sé do Porto.

O dia 29 maio de 1522 marca uma doação de várias peças, um turíbulo, um gomil e vários castiçais. No ano de 1524 oferece um conjunto de quatro dalmáticas e um pontifical, em 1525, faz mais duas doações um báculo com haste e uma vara de prata para o chantre

A partir de 1526, ano em que doa um frontal, um conjunto com pontifical e manto, uma campainha, o conjunto de âmbulas e uma hostiaria, o arcebispo D. Diogo de Sousa passa a fazer doações com mais regularidade e em maiores quantidades. No domingo de Páscoa de 1527, faz duas oferendas, a predela (peça que sobreviveu) e a imagem de S. Geraldo. No ano seguinte, em agosto, oferece uma estante para o missal. No dia de S. Geraldo de 1529 oferece um missal. Em 1530, legou dois panos de armar.

Em 1531, entramos no período com mais doações. São feitas com uma dupla intenção, preparar a sua morte e ornamentar a capela de Jesus da Misericórdia (as doações são feitas no dia que são estabelecidos os estatutos da dita capela). Para a capela-mor doou uma custódia com um crucifixo, uma cruz de altar e uma custodia-relicário. No estabelecimento dos estatutos da Capela de Jesus da Misericórdia, ofereceu um frontal, seis vestimentas com alva, estola, manipulo e amito, uma cruz de prata, uma caldeira com o seu hissope, dois cálices com suas patenas, um par de galhetas, um turíbulo e dois castiçais. Neste mesmo ano oferece um livro litúrgico, um saltério. No ano da sua morte, 1532, legou apenas dois panos de armar.

Os objetos doados pelo arcebispo deveriam estar de acordo com a grandeza do local onde está a ser praticado o ritual. Neste capítulo D. Diogo de Sousa teve um cuidado especial nas suas doações, legando sempre os objetos mais aparatosos para a capela-mor e os de menor visibilidade para a Capela de Jesus da Misericórdia. Em comparação, seu legado à diocese do Porto foi muito menor -apenas três peças de ourivesaria e dez paramentos-, talvez por não ter ocupado o lugar durante muito tempo.

7. HERÁLDICA

O arcebispo D. Diogo de Sousa marcou com o seu brasão de armas as obras do seu patrocínio desde que ocupou a cadeira episcopal do Porto²³³. Mas em Braga, onde foi arcebispo durante 27 anos, este aspeto tornou-se bem mais visível. O seu escudo em modelo português²³⁴ e esquartelado foi adotado da sua avó paterna D. Violante Sousa; era simultaneamente azul, branco e vermelho, no primeiro e no quarto tinha as armas de Portugal com cinco escudos azuis em cruz em fundo branco, e no segundo e terceiro, tinha uma caderna dourada crescente em fundo vermelho (este escudo era proveniente dos Sousa Arronches).

O uso do motivo heráldico de D. Diogo de Sousa nas peças de ourivesaria, nos paramentos, nos livros, bem como nas obras da cidade (nos edifícios, nas fontes e nos cruzeiros) e nas obras da Sé de Braga é uma clara forma de ostentação, obviamente associado ao seu poder e à sua intenção de legitimar o seu legado. O objetivo do arcebispo mecenas era ver o seu trabalho e a sua obra reconhecidos, tratou-se de uma forma de construir a sua memória. Além do mais, a colocação dos motivos heráldicos não é descabida, denota uma preocupação evidente em ver diferenciado o seu legado do dos outros; ao mesmo tempo, indicava que o arcebispo tinha usado as rendas do seu arcebispado em prol da dignidade dos lugares e das coisas.

Na maioria das vezes era utilizado o escudo português, embora por vezes se diversificasse o formato, muitas vezes para facilitar o acabamento da obra. Chegou a adotar o escudo alemão, na absida da capela-mor da Sé, oval²³⁵; na capela da Misericórdia na parede do lado da Epístola, usou-se o escudo francês²³⁶. O escudo podia ser adornado com uma cruz (simples ou dupla) no topo, com o chapéu eclesiástico com cordões e as borlas pendentes de cada lado. Alguns dos seus escudos parecem estar a ser elevados ou seguros por dois *putti*, como é o caso de um livro²³⁷ e do brasão que acompanha a Nossa Senhora do Leite.

O património que hoje subsiste de D. Diogo de Sousa encontra-se todo brasonado.

²³³ Anteriormente também o poderia fazer, mas não temos indicações para afirmar que já era uma prática sua identificar as suas obras com o seu brasão

²³⁴ Frequentemente chamado escudo simples ou mais correntemente escudo peninsular.

²³⁵ Pode ser denominado escudo oval ou escudo do clero.

²³⁶ É perceptível que se trata do escudo francês pelo acabamento inferior, mas este não é um escudo francês perfeito pois as laterais são circulares.

²³⁷ Para mais informações consultar VELLOSO, Júlio Caio, 1992, Livros quatrocentistas da Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa, Lisboa. Neste catálogo interessa a Estampa nº34. Ler também NASCIMENTO, Aires A., 1998, "D. Diogo de Sousa (1460-1532), Bispo do Porto, *cit.*", p.701-708.

Em traços gerais, as obras de ourivesaria (predela ou pedra de ara, cálice e as duas custódias) estão marcadas com o brasão de D. Diogo de Sousa. As obras na Sé e na Capela da Misericórdia estão visivelmente marcadas com vários brasões do arcebispo. O mesmo se conclui para as obras da cidade e dos arrabaldes; o hospital tem na parede da Rua de S. Lazaro o Brasão do arcebispo, as igrejas de Ferreiros e de Santa Marta das Cortinhas são igualmente identificadas com este motivo heráldico. Ainda devemos incluir as duas fontes, S. Frutuoso e S. Miguel, e o cruzeiro de S. Frutuoso, colocadas pelo prelado tendo sobrevivido até aos nossos dias, com o escudo respetivo a identificá-las.

CAPITULO V – PRATA DA CASA

1. D. DIOGO DE SOUSA E A PRATA DE CASA OFERECIDA A D. JOÃO III

A doação da prata da casa do arcebispo D. Diogo de Sousa a D. João III surge num contexto de dificuldades financeiras do reino. Com os lucros provenientes da expansão em diminuição, a Coroa encarava despesas substanciais com os dotes de casamento pagos a Carlos V, bem como a soma colossal gasta na compra das Molucas. Ao longo do século XVI o uso da prata em objetos litúrgicos e de mesa aumentara consideravelmente, e, como veremos, o arcebispo de Braga possuía um leque considerável de peças de mesa que doou ao rei para ajudar o tesouro régio na difícil conjuntura financeira que o reino vivia. Esta doação da prata da casa pelo arcebispo permite-nos comparar as peças de sua casa com a da mesa régia. A variedade de peças era semelhante, uma vez que o ambiente vivido pelo arcebispo seria certamente uma recriação dos usos da corte.

A doação do prelado engloba várias tipologias de objetos usados somente pelos grupos privilegiados. Este conjunto de peças era composto maioritariamente por prata e prata dourada, mas encontramos esmalte e madrepérola em alguns dos objetos arrolados no recibo enviado para D. Diogo de Sousa. É possível que o arcebispo se tenha despojado de toda a sua prata de mesa em favor do rei, uma vez que esta não é referida no seu testamento.

2. A QUESTÃO DAS MOLUCAS

O arcebispo D. Diogo de Sousa sempre manteve uma relação muito próxima com os monarcas portugueses do seu tempo, de quem fora diplomata e conselheiro antes de se radicar em Braga. Era normal, em situações de necessidade financeira, os monarcas pedirem contribuições monetárias aos súbditos: em caso de casamento real, de guerra, ou neste caso, resgate. D. João III recorreu ao arcebispo em 1528, primeiro para enviar estudantes para o estrangeiro e depois pedindo-lhe um empréstimo de dez mil cruzados (4 contos) para comprar as Molucas ao imperador Carlos V. Em resposta ao segundo pedido do monarca, D. Diogo de Sousa, numa carta de 11 de novembro de 1528, afirma que não tinha tal quantia; mandava-lhe

dois mil cruzados e a prata de sua casa: “quamdo me mandou requerer há dias outros dez mil cruzados emprestados lhe fiz serviço de dous mil porque nam pude chegar a outro mayor (...) e nam poso inteiramente comprir a vomtade de Vosa Alteza, nem com o meu desejo, quero servir com aquilo que verdadeiramente em mim está e por isso lhe mamdo per Joham Freire trezentos e setenta e quatro marcos de prata lavrada e dourada”²³⁸.

Este pedido de auxílio deve-se a um litígio sobre a posse das Molucas, iniciado com o regresso da Nau Vitória da viagem de circum-navegação de Fernão Magalhães a 26 de setembro de 1522. A única nau sobrevivente da expedição de Magalhães trouxera das Molucas um carregamento de cravo, que os monarcas portugueses consideraram ilegítimo por os espanhóis estarem a comercializar produtos num território da coroa portuguesa²³⁹. Levantou-se um problema entre a coroa castelhana e portuguesa respeitante à posse das ilhas Molucas. Portugal afirmava que as Molucas ficavam dentro do seu hemisfério de acordo com o meridiano traçado no tratado de Tordesilhas. Era verdade, mas em tempos em que não havia forma segura de calcular as longitudes, a questão prestava-se a dúvidas; Carlos V reclamava para si a posse do arquipélago, que, pela sua produção de cravo, interessava às duas coroas. O conflito seria arbitrado pelo papa Adriano IV, e constituiu um grave impasse para as negociações de casamento em curso, que visavam casar D. João III com a irmã mais nova do imperador, Catarina, e este com Isabel, irmã do rei português.

As negociações para resolver o conflito iniciaram-se somente em 1524, com a conferência de Caia (Elvas - Badajoz), culminando num primeiro acordo transitório, no qual Carlos V cedia a D. João III durante seis anos o direito exclusivo ao comércio nos mares das Molucas mediante o pagamento de 40 mil ducados, os quais amortizavam o pagamento dos 200 mil ducados do dote de sua irmã Catarina²⁴⁰.

Depois destes seis anos as negociações entre as duas coroas ibéricas para o domínio das Molucas voltaram a ser tema. Carlos V estava com dificuldades financeiras pelas lutas que mantinha com a Inglaterra e França e D. João III pretendia manter o controlo do comércio nas Molucas. A questão resolveu-se em prejuízo da Coroa portuguesa: pelo Tratado de Saragoça assinado em 1529, ficou obrigada a pagar 350 mil ducados em ouro ao imperador Carlos V²⁴¹. O

²³⁸ T.T., Gav. 15, m. 2, doc. 15, publ. Avelino J. da COSTA, 1990, “D. Diogo de Sousa, *cit.*”, p. 86-87.

²³⁹ MAGALHÃES, Joaquim Romero, 1997, “Conjunturas Políticas, A partilha do mundo”, in *História de Portugal, No alvorecer da modernidade*, cord. MATTOSO, José, Editorial Estampa, Lisboa, p. 535.

²⁴⁰ CORTEZÃO, Jaime, 1985, *Os descobrimentos portugueses*, Vol. V, Liv. Horizonte, Lisboa, p. 1280.

²⁴¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1988, “A questão das Molucas”, in *História de Portugal [1495-1580]*, Verbo, 2ª edição, Lisboa, p. 38.

rei de Portugal acabou por ter de pagar por um território que lhe pertencia pela aplicação do critério de Tordesilhas aplicado para oriente²⁴².

D. João III recebeu de D. Diogo de Sousa os dois mil cruzados e as 90 peças de prata da casa com um peso superior a 86 quilos (374 marcos, 4 onças e 3 oitavas), com o conhecimento de Fernão de Alvares, escrivão da fazenda e tesoureiro do rei, que descreveu todas as peças oferecidas pelo arcebispo e pesadas por André Pires²⁴³. Este documento, entregue por João Freire ao arcebispo bracarense, funcionava como certidão para o empréstimo lhe ser pago no futuro. D. Diogo de Sousa respondeu ao rei nos seguintes termos:

“[...] digo eu, arcebispo de Braga, que recebi por João Freire, esta certidão e conhecimento da prata e dinheiro que por elle mandei a elrei meu snr. para a compra de Moluco; e porque me hei por pago e satisfeito de tudo, e recebo muita mercê fazer [a] sua alteza este pequeno serviço, como espero fazer outros mores, mando tomar a dita certidão e conhecimento a sua alteza para que se rompa”²⁴⁴.

Ou seja, D. Diogo recusou a natureza de empréstimo que o rei queria dar à sua doação, oferecendo a prata de sua casa ao rei.

3. TIPOLOGIA DA PRATA DE CASA DE D. DIOGO DE SOUSA

A prata da casa doada por D. Diogo de Sousa a D. João III compõe um enorme tesouro de ourivesaria civil. As peças que a compunham deveriam ser idênticas em tipologia às dos serviços da mesa real e das casas nobres do século XVI. A iconografia da prata de mesa podia ser diferente da prata sagradas, isto é, apesar das cenas sagradas do Cristianismo poderem ser representadas, havia margem para representar cenas da mitologia pagã, ou simplesmente motivos vegetais e animais. Em Portugal, neste período, as representações iconográficas na prata de mesa do rei caracterizavam-se pelo exotismo, em função das viagens dos descobrimentos e expansão.

As peças, quando foram doadas, destinavam-se a ser derretidas, pelo que a expectativa da destruição parece ter limitado o interesse em as descrever com detalhe. Por isso mesmo, os dados registados são escassos, impedindo a comparação com peças ainda hoje existentes.

²⁴² Sobre esta questão ver, “Colóquio Memórias” in *A viagem de Fernão Magalhães e a Questão das Molucas*, Atas do II colóquio Luso-Espanhol de História Ultramarina, Junta de Investigação científica do Ultramar, Lisboa, 1975.

²⁴³ Documento publicado integralmente por Avelino Jesus da Costa, 1993, “D. Diogo de Sousa *cit.*”, p. 86-89.

²⁴⁴ Documento feito em Braga a 8 de maio de 1529 e publicado integralmente por Avelino J. da COSTA, “D. Diogo de Sousa, *cit.*”, p. 89.

3.1 TALHERES

Os **talheres** representam 48% das peças que foram enviadas ao rei, um dado significativo num período em que estes ainda não eram correntes enquanto objetos individuais; para os encontrar é necessário avançar até aos fins deste século²⁴⁵. O garfo ganha espaço na mesa real durante o reinado de D. João II, mas é com D. Manuel I que se generaliza. Mesmo com estas informações não sabemos quando é que o garfo passa a ser utilizado em conjunto com a faca por cada uma dos comensais.²⁴⁶

Neste contexto, em pleno século XVI é notável o arcebispo D. Diogo de Sousa doar um faqueiro inteiro constituído por dois cutelos, duas facas médias e doze facas pequenas, todas elas com tachas de prata dourada e lavradas “ao romano”. De reparar que a palavra “faqueiro designava um conjunto de facas, e não um conjunto de talheres de mesa como hoje acontece, que inclui facas, garfos, colheres de vários tamanhos. As facas deste faqueiro pesavam na totalidade 650 gramas, segundo as informações contidas no documento entregue por João Freire ao arcebispo Bracarense, pois a prata estava cravada e não se conseguia separar. Além do faqueiro foram incluídos nove garfos de prata dourada (dois médios, um maior e seis pequenos) e uma faca de sal com talhadura dourada. No seu conjunto os nove garfos e a faca de sal pesavam um quilo. Como já foi referido, os garfos são uma novidade enquanto talher singular, ou seja, o garfo é uma evolução do espeto de tirar a carne.

A juntar a esta doação o prelado incluiu mais uma dúzia de colheres, descritas de modo confuso: “dez tem cada uma noetes dourados, e duas maiores que tem cada uma três isso mesmo dourados e as unhas que vão para baixo da pá douradas”²⁴⁷. Pesavam perto de 1,4 kg. Contabilizam-se mais seis colheres (embora o padre Avelino Jesus da Costa só tenha contabilizado quatro), cujos cabos são descritos como “colheres de buzeos dois anilados e dois brancos com noetes dourados”²⁴⁸ e mais “dois cabos de madrepérola com feição de vaqueiro

²⁴⁵ ANDRADE, Maria do Carmo, 2011, “Artes de mesa e cerimoniais régios na corte do século XVI. Uma viagem através de obras de arte da ourivesaria nacional”, in *A mesa dos reis de Portugal*, Ofícios, consumos, cerimónias e representações (século XIII-XVIII), Lisboa, Circulo de Leitores, p. 139 confrontar com SÁ, Isabel dos Guimarães, 2011, “O rei à mesa entre o fim da Idade Média e o Maneirismo”, in *A mesa dos reis de Portugal*, Ofícios, consumos, cerimónias e representações (século XIII-XVIII), Lisboa, Circulo de Leitores, p. 203.

²⁴⁶ SÁ, Isabel dos Guimarães, 2011, “O rei à mesa entre o fim da Idade Média e o Maneirismo”, in *A mesa dos reis de Portugal*, Ofícios, consumos, cerimónias e representações (século XIII-XVIII), Lisboa, Circulo de Leitores, p. 203.

²⁴⁷ Documento publicado integralmente por Avelino Jesus da Costa, 1993, “D. Diogo de Sousa, *cit.*”, p. 89.

²⁴⁸ Documento publicado integralmente por Avelino J. da COSTA, 1993, “D. Diogo de Sousa, *cit.*”, p. 89.

todos lavrados e dourados”²⁴⁹, também com cerca de 1,4 kg. O faqueiro, as colheres, os garfos e a faca de sal pesam um total de 4,45 kg.

A **escumadeira** é um objeto que serve retirar determinados molhos ou espuma dos alimentos que estão na terrina ou panela. A peça que o prelado mandou para o monarca tinha um cabo branco com um remate dourado, o corpo da peça era dourado e aberto no fundo de lima, o seu peso era de 0,515 kg²⁵⁰.

Talheres	Peças ou conjuntos
Colheres	12
Colheres (cabos)	6
Cutelos grandes	2
Escumadeira	1
Faca de Sal	1
Facas médias	2
Facas pequenas	12
Garfos	9

Quadro 16 - Talheres

3.2 OBJETOS RELACIONADOS COM A ABLUÇÃO

O **gomil** e o bacio formam um conjunto, quer na liturgia religiosa quer na profana e o seu uso imitava a Última Ceia de Cristo. O ritual de lavagem das mãos marcava o início das refeições, embora o seu uso ao longo da refeição se repetissem uma vez que as mãos se sujavam em contacto com os alimentos.

O **gomil** é um objeto com a forma de um jarro de bojo estreito, igual ao usado nos atos litúrgicos; tem a função de conter a água para deitar sobre as mãos, fazendo conjunto com o bacio da água das mãos. Embora o gomil e o jarro sejam semelhantes na forma, o uso seria diferente: o **jarro** contém água para servir à mesa, enquanto o gomil deita a água sobre as mãos. Nas cerimónias litúrgicas o gomil continha água para deitar sobre as mãos ou sobre o prato das lavandas. Nas peças doadas pelo prelado encontramos referência a quatro gomils (4% das peças doadas) e dois jarros (2% das peças doadas). Ambas as peças são de prata dourada lavrada de

²⁴⁹ Documento publicado integralmente por Avelino Jesus da Costa, 1993, “D. Diogo de Sousa, *cit.*”, p. 89.

²⁵⁰ *Idem.*, p. 11.

meio relevo. Dois dos quatro gomis ostentavam as armas do arcebispo em esmalte. O peso conjunto dos quatro gomis é de 11,5 kg, enquanto os dois jarros pesavam 3,180 kg. A forma do gomil que se encontra no Palácio Nacional da Ajuda, de prata dourada, datado de 1520-1530, supomos que certamente seria idêntico a estes²⁵¹, muito embora com uma iconografia diferente.

O **bacio** tinha como função aparar a água das mãos, embora pudessem servir também como fruteira ou para colocar os guardanapos²⁵². D. Diogo de Sousa enviou ao rei cinco bacios: quatro são designados por bacios da água das mãos, todos lavrados de bastiães e dourados, com fundo lavrado em meio relevo; o quinto bacio não é descrito. No total os cinco bacios perfaziam um peso total de 10,7 kg.

Objetos relacionados com a ablução	Peças ou conjuntos
Bacio	1
Bacio de Água das Mãos	4
Gomil	4

Quadro 17 - Objetos relacionados com a ablução

3.3 OBJETOS PARA CONTER LÍQUIDOS

Os **cântaros** são os dois objetos mais pesados oferecidos por D. Diogo de Sousa a par da confeitadeira, os três têm pesos semelhantes. O conjunto dos dois cântaros pesa 8,35 kg²⁵³.

O único **copo** com pé pesava aproximadamente 460 gramas e é todo lavrado de bastiães e dourado, possuía as armas do arcebispo esculpidas em esmalte²⁵⁴.

Entre as peças aparecem ainda quatro **copas**, todas de prata dourada, três das quais bastante semelhantes mas com dimensões diferentes, uma grande e duas mais pequenas. A maior pesava 2,55 kg, as outras duas mais pequenas 1,650 kg.

A última copa aparece descrita como *copa de duas asas*. A sua sobrecopa é toda dourada, no total esta copa pesava 880 gramas. Deve-se referir que o peso de todas as copas incluía o peso da sobrecopa.

O **pichel** é um pequeno recipiente a partir do qual se bebia o vinho ou se aparava a saída do vinho da pipa. O prelado incluiu seis pichéis na sua doação. Possuíam um peso

²⁵¹ Gomil do Palácio Nacional da Ajuda, (P.N.A., Inv. 5159). Ver imagem em: ANDRADE, Maria do Carmo, 2011, "Artes de mesa e cerimoniais régios *cit.*", p. 137.

²⁵² *Idem*, p. 136.

²⁵³ ALMEIDA, Rodrigo 1983, História da Arte *cit.*, p. 8.

²⁵⁴ *Idem*, p. 9.

idêntico, perto 2,5 kg, contabilizando perto de 13,8 kg. Dois deles tinham as armas do arcebispo gravadas em esmalte²⁵⁵.

O **barnagal** é um acessório idêntico a uma taça, a sua função é conter líquidos e se beber por ele. D. Diogo de Sousa inclui um barnagal²⁵⁶ nas peças que envia ao rei, peça que pesava 920 gramas.

A **albarrada**, palavra de origem árabe que significa vaso de barro, é uma peça de prata com ou sem asas, utilizada para conter água²⁵⁷. Encontramos duas peças destas doadas com um peso de 2,380 kg, feitas em prata e prata dourada, as partes de prata dourada estão lavradas de meio relevo²⁵⁸.

Objetos para conter líquidos	Peças ou conjuntos
Albarrada	2
Bargnal	1
Cântaro	2
Copa	3
Copa com asas	1
Copo	1
Jarros	2
Pichel	6

Quadro 18 - Objetos para conter líquidos

3.4 OBJETOS PARA SEREM COLOCADOS SOBRE A MESA

Dos objetos incluídos na doação para ajudar o rei D. João III para a compra das Molucas, merecem destaque **as taças**, que segundo Maria do Carmo Rebelo de Andrade teriam uma função idêntica à das salvas²⁵⁹. O arcebispo incluiu dez exemplares, que representam 11% das peças doadas, todos de prata dourada e lavrada de bastiões. Foram as únicas peças cuja iconografia é descrita na fonte (que adiante analisaremos). Uma taça possui esmalte na sua composição, sendo a única a possuir o escudo do arcebispo. As taças pesam quase onze quilos

²⁵⁵ *Ib.*, p. 9.

²⁵⁶ *Ib.*, p. 10.

²⁵⁷ <http://www.portasadentro.ics.uminho.pt/resultados.asp?termo=Albarrada&Submit=Pesquisar>

²⁵⁸ ALMEIDA, Rodrigo, 1983, *História da Arte cit.*, p. 8.

²⁵⁹ ANDRADE, Maria do Carmo, 2011, "Artes de mesa e cerimoniais régios na corte do século XVI. Uma viagem através de obras de arte da ourivesaria nacional", in *A mesa dos reis de Portugal*, Ofícios, consumos, cerimónias e representações (século XIII-XVIII), Lisboa, Circulo de Leitores, p. 137.

na totalidade, oscilando individualmente entre os três e os cinco marcos, ou seja entre 690 gramas e 1,159 gramas.

O **saleiro**, um dos objetos de mesa mais antigos, foi adquirindo várias configurações, principalmente após o início dos descobrimentos. No donativo de D. Diogo de Sousa foram incluídos dois saleiros, ambos com um peso idêntico de (quase dois quilos), formando um conjunto com um peso total de três quilos e setecentos gramas, e os dois do mesmo teor. São constituídos por uma torre dourada e seistado em baixo, tem os seus cubelos e corneta. São lavrados por partes e de meio relevo. Ao lado do saleiro era colocado o especieiro contendo especiarias, neste inventário não consta nenhum objeto com esta função. O prelado ofereceu ainda dois **vinagreiros**, com as suas armas esmaltadas e com um peso 3,350 kg.

Nas doações feitas pelo arcebispo aparecem dois **frascos**, idênticos e com peso semelhante, contabilizando um peso total de 5,605 kg.²⁶⁰

Foram incluídos três **oveiros**, que como o nome sugere tinham como função conter ovos. A informação destas três peças é muito reduzida, sabemos que era constituída em prata dourada e lavrada em partes juntamente com a sua cobertura e no total pesavam quase setecentos gramas.

A **confeiteira** corresponde a um recipiente onde se servem os confeitos ou doces. O prelado doou uma confeiteira toda dourada com a sua sobrecopa toda lavrada a partes e de meio relevo²⁶¹. A par dos cântaros era a peça mais pesada, com 4,170 kg.

Objetos para serem colocados sobre a mesa	Peças ou conjuntos
Confeiteira	1
Frasco	2
Saleiro	2
Taça	10
Vinagreiro	2

Quadro 19 - Objetos para serem colocados sobre a mesa

²⁶⁰ Ib., p. 9.

²⁶¹ Ib., p. 7.

4. A PRATA DE CASA - ASPETOS ICONOGRÁFICOS

Como já foi referido, temos pouca informação relativamente à iconografia representada na prata doméstica de D. Diogo de Sousa; das 90 peças apenas sabemos o que estava representado em dez taças. A maioria das imagens são representações do Velho Testamento; além desta temos outra com os sete pecados mortais; uma vegetalista; uma representando os doze trabalhos de Hércules e duas de iconografia indeterminada (tendas, homens armados, mouros e um menino).

A história de Salomão e da rainha Sabá está narrada na Bíblia a partir de 1Reis 1-1, mas não sabemos qual o episódio representado na taça oferecida por D. Diogo; talvez o encontro entre Salomão e a Rainha Sabá.

Outro dos episódios representado é referente aos Juízos de Salomão. Salomão tornou-se rei para corrigir os defeitos do pai: “tu [pai de Salomão] derramaste muito sangue e fizeste guerras violentas. Não serás tu a construir um Templo ao Meu nome, porque derramaste muito sangue sobre a terra na Minha presença. Tu terás um filho, que será homem pacífico. Vou fazer com que viva em paz com todos os inimigos vizinhos. O seu nome será Salomão. Nos seus dias, concederei paz e tranquilidade a Israel. É ele quem construirá um Templo ao Meu nome”²⁶². Salomão governou em plena paz durante 40 anos como estava previsto, superando “todos os reis da terra em riqueza e em sabedoria”²⁶³.

Este rei construiu um templo em sete anos, sobre o Monte Moriá, a norte de Jerusalém, a grande obra do seu reinado²⁶⁴, um templo onde Deus habitará para sempre, “construí para Ti um Templo uma casa onde habitarás para sempre”²⁶⁵. Além disto durante treze anos construiu o seu próprio palácio²⁶⁶. O rei tornou-se conhecido não apenas pelas suas obras mas também pela sua sabedoria²⁶⁷.

A rainha Sábá, provável rainha da Etiópia, procurou Salomão e, para confirmar a sua fama, deslocou-se a Jerusalém para “submeter o rei à prova por meio de enigmas”²⁶⁸. Chegou carregada de riquezas e apresentou-se a Salomão, que respondeu a todas as suas questões por mais difíceis que fossem. Após comprovar a sabedoria de Salomão, e admirar as riquezas e o

²⁶² 1Cr. 22, 9-10.

²⁶³ 1Rs. 10, 23, pode-se confrontar com a visão da Rainha Sabá em 2Cr 9. 22.

²⁶⁴ 1Rs. 6, 37.

²⁶⁵ 1Rs. 8, 13.

²⁶⁶ 1Rs. 7, 1.

²⁶⁷ O rei Salomão compôs 3000 provérbios e 1005 cânticos (1Rs 4. 29-34); 1Rs. 3, 12.

²⁶⁸ 2Cr. 9, 1 ver 2Cr. 9, 1-9.

palácio deste confessou-se espantada, afirmando: “eu não queria acreditar antes de ver com os meus próprios olhos”²⁶⁹.

Os **Juízos de Salomão**, figurados na ref. PC24 (Anexo I, p. 170), referem-se ao julgamento de duas mulheres que vieram em sua presença reclamar uma criança. Alegavam que moravam na mesma casa e que ambas tinham dado à luz com três dias de diferença. Todavia uma delas matara o filho por descuido, mas trocara a criança da outra mulher pela sua, tendo esta dado pelo logro no dia seguinte. Reclamou que o seu filho se encontrava vivo e teria sido trocado pelo bebé finado. Uma vez que não chegavam a acordo, o rei Salomão mandou vir uma espada para dividir o bebé em dois, mas uma delas suplicou “dá-lhe o menino vivo, não o mates”²⁷⁰, enquanto a outra afirmava “não será para mim nem para ti”²⁷¹. Então Salomão disse “entregai o menino vivo à primeira mulher”²⁷² e todos viram neste julgamento uma decisão acertada.

Sansão (Anexo I, ref. PC27, p. 171) ao nascer foi abençoado por Javé, quando cresceu quis casar com uma filisteia contra a vontade dos pais, desejo que fazia parte da vontade de Deus. Casou com ela, o que trouxe muitos problemas aos filisteus, principalmente pelo episódio das raposas, quando Sansão visitou a esposa que se encontrava com outro homem. Como vingança, Sansão atou tochas as raposas e lançou-as nos campos de trigo, lançando-se depois contra os homens, culminando num terrível massacre. Foi uma primeira vingança contra os filisteus.

Posteriormente Sansão foi levado perante os filisteus e ao ver uma queixada de jumento fresca, apanhou-a e matou mil homens. Sansão seguiu para Gaza onde dormiu com uma mulher. Depois de tudo, apaixonou-se por Dalila, a qual foi corrompida pelo chefe dos filisteus, que se pudessem prender Sansão lhe davam mil e cem moedas de prata. Dalila procurou saber qual era o segredo de Sansão, mas este enganou-as três vezes. Na quarta contou-lhe a verdade, como consequência Javé abandonou-o e foi preso pelos filisteus. Os filisteus procuraram entregar Sansão como sacrifício ao deus Dragon. Mandaram vir Sansão para o templo para se divertirem, pela última vez Sansão invocou Javé para se vingar dos filisteus. Sansão apoiou-se

²⁶⁹ 2Cr. 9, 6.

²⁷⁰ 1Rs. 3, 26.

²⁷¹ 1Rs. 3, 26.

²⁷² 1Rs. 3, 27.

numa coluna derrubando o templo e gritou “que eu morra juntamente com os filisteus”²⁷³. Assim ao morrer matou mais filisteus do que alguma vez tinha morto em toda a sua vida²⁷⁴.

Na Bíblia **Noé** ficou célebre por ser o grande herói do dilúvio (Anexo I, ref. PC28, p. 172). Deus disse: “vou mandar um dilúvio sobre a terra, para exterminar todo o ser vivo que respira debaixo do céu (...) mas contigo vou estabelecer a Minha aliança, e entrarás na Arca com a tua mulher e teus filhos e as mulheres dos teus filhos, toma um casal de cada ser vivo, isto é, um macho e fêmea para que conservem a vida juntamente contigo”²⁷⁵ Vou destruí-los juntamente com a terra constrói para ti uma arca de madeira resinosa”²⁷⁶, na qual ele e a sua família juntamente com os animais escapam às inundações. No fim das águas secarem e de escaparem as inundações, Noé constrói um Altar em que oferece o holocausto, concluindo Deus a sua aliança com Noé na qual o arco-íris era o sinal de aliança com todos os seres vivos da terra²⁷⁷.

Moisés e a sarça ardente (Anexo I, ref. PC28, p. 172) - Quando pastava o rebanho do sogro no meio do deserto, Moisés chegou a Horebe, o monte de Deus. Deparou-se então com uma sarça em chamas onde estava o anjo de Javé. Nesse mesmo instante ecoava uma voz vindo da direção onde se encontrava a sarça que dizia: “Moisés, Moisés”, ao qual ele respondeu: “aqui estou”. Então a voz disse: “não te aproximes, tira as sandálias dos pés porque o lugar onde estás é sagrado [...] Eu sou o Deus dos teus antepassados, o Deus de Abrão, o Deus de Isaac, o Deus de Jacob”.²⁷⁸ Em sinal de respeito Moisés cobriu o rosto.

Apoiado por Deus, Moisés vai reunir o povo de Israel e preparar a fuga para do Egito, porém tenta que o Faraó ceda, no entanto este não cede e sucedem um conjunto de episódios míticos²⁷⁹.

A partir do século XIV, os **sete pecados capitais** (Anexo I, ref. PC26, p. 171) ganharam expressão nas obras artísticas sendo a sua representação muito usual.

A avareza representa a ligação e apego de uma forma descontrolada quer aos bens materiais quer ao dinheiro. Cria a ganância e o esquecimento da partilha instruída por Deus. A luxúria é o desejo do prazer sexual e material criado através da ostentação. A gula é a vontade excessiva de comer e beber sem se ter essa necessidade. A ira é o sentimento de raiva e ódio

²⁷³ Jz. 16, 30.

²⁷⁴ Jz. 13 a 17.

²⁷⁵ Gn. 6, 17-19.

²⁷⁶ Gn. 6, 13.

²⁷⁷ Gn. 9, 8-17.

²⁷⁸ Ex. 3, 1-22.

²⁷⁹ Ex. 5 a 11.

pelo próximo, contrariando o amor ao próximo instituído por Deus. A soberba está associada à vaidade e ao orgulho, que torna o ser humano arrogante e vaidoso. A inveja está ligada ao ciúme e ao desejo de ser melhor que o próximo, cobiçar a riqueza e habilidades do seu semelhante. Por fim, a preguiça é caracterizada pela falta de empenho e inatividade que acaba por conduzir ao pecado.

Um dos aspetos iconográficos representados numa peça é os **doze trabalhos de Hércules**, (Anexo I, ref. PC29, p. 172) uma personagem da mitologia clássica que nasce de um amor ilegítimo entre Júpiter e Alcmena. Júpiter tinha proclamado que o seu primeiro filho seria o Rei da Grécia, como se preveria seria Hércules, mas como Juno, mulher legítima de Júpiter se sentia enganada, engravidou e provocou precocemente o nascimento de Eristeu, primo de Hércules, retardando o nascimento do filho de Alcmena. Como Júpiter tinha afirmado o seu primeiro filho seria o rei da Grécia, Eristeu tornou-se rei e Hércules era obrigado a obedecer-lhe. Juno tentou sucessivamente vingar-se de Hércules, mas não o conseguindo assassinar provocou-lhe uma ira tão grande que matou a sua esposa Mégara e os três filhos. Após esta tragédia, Hércules queria deixar Argos, porém Eristeu, a mando de Juno, que não se considerava vingada, só o deixava partir após a realização de doze trabalhos.

Apenas podemos destacar estas apresentações iconográficas pois não existem mais dados sobre outras representações, embora algumas façam alusão a *outras histórias*. A par do que fez com a paramentaria, livros e ourivesaria litúrgica D. Diogo também marcou a prata da casa com as suas armas; contabilizam-se oito peças contendo o brasão de D. Diogo de Sousa, mas é provável que se possam incluir mais duas, uma vez que são descritas como iguais às anteriores, ambas brasonadas. As peças identificadas com o seu brasão são dois vinagreiros, dois gomis, um frasco, dois pichéis, um copo, uma taça e um barnagal.

5. A PRATA DE CASA DOADA POR D. DIOGO DE SOUSA E A MESA DO REI

No período em que o arcebispo D. Diogo de Sousa viveu, a corte de D. Manuel I e D. João III seriam o exemplo a seguir pelas classes mais abastadas no que concerne à prata de mesa. A riqueza e a complexidade das mesas reais²⁸⁰, leva a que na generalidade as mesas das

²⁸⁰ Podemos confrontar com o *Liv. de cozinha da Infanta D. Maria*, datado do final do século XV, início do século XVI com o inventário dos bens da Infanta D. Beatriz, mãe do rei D. Manuel I, falecida em 1506, FREIRE, Anselmo Braamcamp, 1914, "Inventário da Infanta D. Beatriz. 1507", in *Archivo Historico Portuguez*, Lisboa, v. 9, p. 64-110 e com OLIVEIRA E COSTA, João Paulo, 2005, *D. Manuel I (1469-1521). Um Príncipe do Renascimento*. Lisboa, Circulo de Leitores.

casas nobres tendessem a imitar a riqueza dos seus serviços de prata. A diferença substancial residiria no número de peças que compunham os serviços de mesa, em maior número na mesa dos reis. D. Diogo possuía todos os objetos que se usavam na mesa dos reis: o conjunto de água às mãos (salva ou taça e gomil), usual no início e no fim das refeições, principalmente porque ainda se comia frequentemente com as mãos²⁸¹. Podemos destacar os objetos para temperar os alimentos, como o vinagreiro, o saleiro e os oveis²⁸². O prelado incluiu também a confeitaria, destinada a conter os confeitos, pequenos doces secos de açúcar.

Ganham também expressão na doação de D. Diogo os talheres. As facas seriam comuns a todos nas mesas, mas o facto de no faqueiro enviado ao rei estarem doze facas médias pode indicar que se estivesse a generalizar o uso da faca como objeto individual e não de uso coletivo. Os garfos seriam uma adaptação do espeto. Não podemos afirmar claramente que o seu uso individual fosse comum na corte, por falta de documentos. Apenas nos inícios de setecentos a colher, o garfo e a faca passam a ser talheres exclusivamente individuais, ladeando cada prato²⁸³. Temos ainda a escumadeira, uma peça que servia para retirar os molhos ou a espuma dos alimentos.

De todos os objetos incluídos na oferta ao Rei, as peças com maior expressão (devido ao peso da prata) estão ligadas ao consumo de líquidos. A primeira de todas seria a copa, uma vez que na modernidade ainda não se tinha generalizado o copo, era por esta que se consumia os líquidos, água ou vinho. A estes estão associados o barnagal, o jarro, o pichel e os cântaros, destinados a conter as quantidades de líquido necessárias a todos os convivas.

As únicas peças de prata da casa para as quais temos informações sobre a iconografia são as taças, pelo que não podemos fazer uma análise completa, nem generalizar os motivos iconográficos. No entanto, nestes objetos, com uma única exceção, sobressaem imagens relacionadas com o Velho Testamento, ao contrário do que se poderia esperar, uma vez que a prataria da casa geralmente ostenta motivos pagãos. Em Portugal as peças ainda hoje existentes evidenciam que nos séculos XV e XVI, inclusivamente, se representaram motivos alusivos aos descobrimentos e ao exótico vindo do novo mundo. A prata doada por D. Diogo de Sousa inverte esta tendência, o prelado coloca na prata civil iconografia maioritariamente religiosa.

²⁸¹ ANDRADE, Maria do Carmo, 2011, "Artes de mesa e cerimoniais régios *cit.*", p. 136-137 e 143.

²⁸² GONÇALVES, Iria, "A mesa dos Reis de Portugal (século XII-XIII)", in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, p. 18. Podemos confrontar a ideia com o referido anteriormente à cerca dos talheres na corte, essencialmente na parte de análise da doação dos Talheres doados por D. Diogo de Sousa em que confrontamos mais dois pontos de vista e incluir BUESCU, Ana Isabel, 2011, "À mesa do Rei. Cultura alimentar e consumo no século XVI", in *A mesa dos reis de Portugal*, Ofícios, consumos, cerimónias e representações (século XIII-XVIII), Lisboa, Circulo de Leitores, p. 316.

²⁸³ SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e, 2002, *Artes da Mesa em Portugal do século XVIII ao XXI*, Porto, s.e., p. 24.

CAPÍTULO VI

CONCLUSÃO

O arcebispo não poupou meios para melhorar a Sé de Braga e lhe conferir monumentalidade. Fê-lo num período próspero da cidade, em que se operou um corte relativamente à Idade Média. O universo populacional era muito pequeno e nestes 27 anos em que D. Diogo de Sousa foi arcebispo, a cidade cresceu em habitantes. O prelado é bem conhecido pelo seu legado urbanístico: melhorou o abastecimento de água à cidade, os acessos, os espaços comerciais e edifícios públicos, tais como a câmara e o hospital. Tentou ainda criar um colégio, embora sem o sucesso pretendido. O estudo do seu património móvel evidencia que o arcebispo se preocupou em engrandecer e dignificar a catedral, dotando-a de paramentos e alfaias de que esta não dispunha até à data, pelo menos na mesma quantidade e qualidade. O arcebispo estava plenamente consciente de que Braga ocupava um lugar de destaque no mapa episcopal ibérico, e que era necessário que a sua arquidiocese se revestisse de uma imagem à altura de uma sé que se pretendia Primaz.

As doações de alfaias litúrgicas ou paramentos por parte do arcebispo não parecem ter obedecido a um programa pré-determinado, nem se conhecem a maior parte das datas em que ofereceu as peças à catedral. É nítida a influência de Roma, que o prelado conhecia bem –fora embaixador do rei de Portugal na Santa Sé-, nas encomendas efetuadas, e o seu gosto renascentista, de pendor clássico, expresso nas expressões “ao romano” ou “de romano”. O arcebispo tinha assistido *in loco* aos rituais na cidade papal; apesar de toda a pompa não estar ao seu alcance, pela menor escala da cidade, D. Diogo de Sousa pretendia no entanto criar um novo padrão de dignidade nas celebrações litúrgicas, que andava a par com a sua ação em prol do engrandecimento urbanístico de Braga.

É claro que não podemos hoje admirar a maior parte dos objetos que formavam parte deste tesouro considerável, e as descrições pecam por defeito, como é quase sempre o caso das contidas nos inventários. Muitas coisas são impossíveis de reconstituir, mesmo usando a imaginação. O processo de estudo das peças de uso cristão é bastante complexo, porque ao mesmo tempo que tem um uso prático, manifestam uma componente ritual que lhes conferia

um caráter sagrado. Faziam parte de um aparado cénico que visava não apenas valorizar as cerimónias litúrgicas, mas também testemunhar a grandeza da instituição eclesiástica.

A paramentaria em especial era distinta das vestes laicas. Tecidos ricos como a seda e o damasco, bordados a fio de ouro e prata, incrustações de pedras preciosas tornaram-se componentes essenciais de um vestuário de uso exclusivo no ritual, dotado de uma simbologia própria. Os paramentos exprimiam a hierarquia eclesiástica, mas também os diferentes momentos do calendário litúrgico, que seguiam, por exemplo, a vida de Jesus Cristo. Cada cerimónia tinha também uma vestimenta própria, complementada também pelo uso de outros objetos, de que são exemplos o báculo, o anel episcopal ou a cruz peitoral. Estes aspetos devem ser vistos como exemplo de uma ostentação necessária, uma vez que o celebrante ou celebrantes deviam centrar em si as atenções dos fiéis.

As doações do arcebispo à Sé de Braga tiveram dois destinatários diferentes: a capela-mor da catedral ao longo de toda a sua vigência como seu arcebispo; numa fase final, já perto da morte, a sua atenção voltou-se para a Capela de Jesus da Misericórdia, onde D. Diogo instituiu a sua capela fúnebre. Enquanto as peças doadas à capela-mor tendiam a ser feitas de novo e expressamente destinadas a ela, muitas das peças que doou à capela fúnebre provinham diretamente da capela de sua casa.

Ao todo, 120 quilos de prata e ouro, das quais restam apenas três peças; dos têxteis, quase nada, com exceção provável de algumas guarnições, como é o caso provável dos sebastos do frontal por nós analisado.

Este arcebispo teve ao longo do tempo uma relação por vezes conturbada com os monarcas portugueses, chegando a entrar em conflito aberto. D. João III chegou a tentar, sem sucesso, que D. Diogo de Sousa se mudasse para Lisboa. No entanto, o arcebispo socorreu a Coroa num momento difícil em que os cofres do Estado estavam desfalcados. Primeiro ajudou financeiramente o rei quando este enviou estudantes para o estrangeiro; no entanto, o caso de ajuda mais saliente deu-se por ocasião da compra das Molucas ao Imperador e rei de Espanha, Carlos V. Enviou a D. João III algum capital e mais de noventa quilos da prata de sua casa, em que a maior parte das peças pertencia ao seu riquíssimo serviço de mesa. Apesar de as peças terem sido derretidas, conhecemos este espólio pelo recibo enviado ao prelado pelo monarca. É importante também frisar que o arcebispo, quando o rei fez menção de pagar o “empréstimo” no futuro, declarou que se tratava de uma doação pura.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES DOCUMENTAIS

A.D.B., Registo geral, 330, Fls. 316-334v.

A.D.B., Registo geral, 351 (1589).

A.D.B., Registo geral, 350 (1645).

A.D.B., Registo geral, 353 (1761).

A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 71.

A.D.B., Livro das confirmações de D. Diogo de Sousa fls. 381-382v (Provisão de D. Diogo de Sousa sobre o colégio de S. Paulo)

A.N.T.T., Gav. 2, mç. 9 doc. 31 C.

FONTES ICONOGRÁFICAS

A.D.B., Planta de “Bracarae Avgvste Descriptio”, in *Civitates Urbium Terarum (1594)* de Georg Braun, 1594.

A.D.B., “*O Mappa das Ruas de Braga do século XVII*”, 1989.

FONTES IMPRESSAS

“Inventário do ouro, prata, ornamentos, tapeçaria e todas as mais coisas que ao presente foram achadas nesta sé do porto conforme ao inventário que dantes fez o senhor bispo Aires da Silva e coisas que de novo cresceram”, *Manuscritos inéditos da BPMP*, II série, 2, Porto, 1984.

ALEGRETE, Manuel Telles da Silva, 1731, *Collecçam dos documentos, e memórias da Academia Real da Historia Portugueza*, Lisboa, officina de Joseph Antonio da Sylva.

ALMEIDA, Rodrigo Vicente d', 1983, *História da Arte em Portugal, Documentos inéditos*, Porto, s.e..

Archivo Pittoresco, semanário ilustrado, vol. IX, 1866, Lisboa, Editores proprietários Castro Irmão e C^a., pp. 241-242.

ARGOTE, Jeronymo Contador, 1734, *Memórias para a história Ecclesiastica do Arcebispado de Braga Primaz das Hespanhas*, Tomo II, Lisboa Occidental, Officina de Joseph António da Sylva.

ARGOTE, Jeronymo Contador, 1744., *Memórias para a história Ecclesiastica do Arcebispado de Braga Primaz das Hespanhas*, Tomo III, Lisboa, Officina Sylviana.

ARGOTE, Jeronymo, 1747, *Memorias ecclesiasticas do arcebispado de Braga*, Tomo I, Lisboa, Regia Officina Sylviana, e da Academia Real.

AZEVEDO, Padre Torcato Peixoto de, 1845, *Memorias ressuscitadas de Guimarães em 1692*, Porto, Typographia da Revista.

BÍBLIA SAGRADA, 2 vols, 1999, Barcelona, Ediclube.

BOULENGER, 1941, *Doutrina católica, meios de santificação litúrgica*, Terceira parte, Lisboa, União gráfica.

BRITO, Bernardo de, 1690, *Monarchia Lusytana*, Lisboa, Craesbeeckiana.

CARDOSO, Jorge, 1744, *Agiologio lusitano dos sanctos, e varoensillustres em virtude do Reino de Portugal, e suas conquistas: consagrado aos gloriosos S. Vicente, e S. Antonio, insigns patronos desta inçlyta cidade Lisboa e a seu illustre Cabido Sede Vacante*, Vol. 4, Lisboa, Officina Craesbeekiana.

CASTRO, João Batista de, 1763, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Tomo Segundo, Parte III e IV, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno.

CASTRO, João Bautista de, 1747, *Mapa de Portugal, Terceira parte, Trata do estabelecimento, e progressos da Religião em Portugal; das Ordens Militares, que nelle existem, e das que se extinguirão; de todas as Ordens religiosas e mais Congregações, com a Expressão dos Conventos, e Mosteiros, que tem cada huma, e annos das suas fundações, pontifices, Cardeaes Portuguezes; Varões Insignes em santidade, e virtude; Reliquias notáveis e Imagens milagrosas*, Lisboa, Offic. De Miguel Manescal da Costa.

COSTA, António Carvalho da, 1706, *Corografia Portuguesa e descripçam do famoso reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, vilas e lugares, que contém; Varões illustres, Genealogias das famílias nobres, fundações de conventos, catálogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios e outras curiosas observações*, Lisboa, Valentim da Costa Deslandes.

COSTA, António Carvalho da, 1712, *Corografia portugueza e descripçamtopografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, Tomos III, Lisboa, officina de Valentim da Costa Deslandes.

COSTA, António Carvalho da, 1969, *Corografia Portuguesa e descripçam do famoso reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, vilas e lugares, que contém; Varões illustres, Genealogias das famílias nobres, fundações de conventos, catálogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios e outras curiosas observações*, Tomo I, Braga, Typografia Domingos Gonçalves Gouveia.

CUNHA, D. Rodrigo da, 1623, *Catalogo e Historia dos Bispos do Porto*, Porto, Impressor João Rodrigues.

CUNHA, D. Rodrigo da, 1989, *História eclesiástica dos Arcebispos de Braga e dos Santos e Varões Ilustres que floresceram neste Arcebispado, 1634-1635*, reprodução fac-similada com nota de apresentação de José Marques, 2 Vols, Braga, Oficinas Gráficas de Barbosa & Xavier.

DENIS, M. Fernando, 1847, *Portugal Pitoresco ou Descrição Histórica deste Reino*, Vol. IV, Lisboa, TYP. De L. C. da Cunha.

FONSECA, Francisco, 1728, *Évora Gloriosa*, Roma, Officina Komarekiana.

FREIRE, Anselmo Braamcamp, 1914, "Inventário da Infanta D. Beatriz. 1507", in *Arquivo Histórico Portuguez*, Lisboa, v. 9, pp. 64-110.

GARCIA, António Garcia y (dir.), 1982, *Synodicon Hispanum*, vol. II, Portugal, Madrid, Editorial Católica.

GOIS, Damião de, 1567, *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*, 4 partes, Lisboa, Francisco Correa.

GOIS, Damião de, 1749, *Chronica Do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa.

GOIS, Damião de, 1790, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manuel*, parte I e II, Coimbra, Real Officina da Universidade.

INSTRUÇÃO GERAL DO MISSAL ROMANO, 2002, Tradução portuguesa para o Brasil da separata da terceira edição típica preparada sob os cuidados da Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, Roma, s.e..

JORDÃO, Levy Maria, 1858, *Memória sobre os Bispados de Ceuta e Tanger*, Lisboa, Typographia Real da Academia das Sciencias.

Liturgia da Missa, Uma Breve Introdução, Disponível na www: <URL: <http://www.liturgiadamissa.hpg.com.br> >.

MACHADO, Diogo Barbosa, 1759, *Bibliotheca Lusitana historica, critica e cronologica na qual se comprehende a noticia dos AuthoresPortuguezes, e das Obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente*, 4 vol., Lisboa, António Isidoro da Fonseca.

MACIEL, Boaventura, 1761, *Cuidados da morte e descuidados da vida, representado nas vidas dos Santos e Santas, dos Varoens illustres em virtudes, e Veneraveis Servas de Deos, que como, refulgentes astros, e luzidissimos planetas, esmltarao o Eterno firmamento da Igreja Lusitana*, Lisboa, Oficina Francisco Borges de Sousa.

MISSAL ROMANO, 2002, (restaurado por decreto do Concilio ecumênico Vaticano II, promulgado pela autoridade de Paulo VI e revisto por mandado do papa João Paulo II), 3ª ed., Roma, Congregação para o culto divino e a disciplina dos sacramentos, Roma.

PERRAULT, Claudio, 1761, *Compendio de Los Diez Libros de Arquitectura de Vitruvio*, Madrid, Imprensa de D. Gabriel Ramirez.

SÁ, A. Moreira de, (ed.), 2001, *Chartularium universitatis portugalensis (1288-1537)*, Vol. XII (1521-1525), Lisboa, ed. Instituto de Alta Cultura, Junta Nacional de Investigação Científica.

SÁ, A. Moreira de, (ed.), 2001, *Chartularium universitatis portugalensis (1288-1537)*, Vol. XIII (1526-1529), Lisboa, ed. Instituto de Alta Cultura, Junta nacional de investigação científica.

SÁ, A. Moreira de, (ed.), 2001, *Chartularium universitatis portugalensis (1288-1537)*, Vol. XIV (1530-1532), Lisboa, ed. Instituto de Alta Cultura, Junta nacional de investigação científica.

Serie chronologica dos prelados conhecidos da Igreja de Braga, desde a fundação da mesma Igreja até o presente tempo, 1830, Coimbra, Real Imprensa da Universidade.

SOLEDADE, Fernando da, 1709, *Historia seráfica cronologica da ordem de San Francisco na provincia de Portugal*, Vol. 4, officina de Lopes Ferreyra.

SOUSA, António Caetano de, 1744, *Agiologio Lusitano dos Santos, e Varões Illustres em virtude do Reino de Portugal e suas Conquistas*, Tomo IV, Lisboa, Officina Sylviana e da Academia Real.

SOUSA, António Caetano de, 1748, *História genealogica da Casa Real Portuguesa: desde a sua origem até o presente, com as Famílias illustres, que procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança: justificada com instrumentos, e escritores de inviolavel fé*, XIII tomo, Lisboa, Joseph Antonio da Sylva.

VATICANO II. Concilio. Constituição Sacrosanctum Concilium: A Sagrada Liturgia.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de , 1865, *Elucidário das palavras: termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*, vol. 1, Lisboa, Editora A. J. Fernandes Lopes.

BIBLIOGRAFIA

AGUILAR, J. H., 1992, *Vestuario para Dios*, Colombia, Banco de La República. , Disponível na www: <URL: <http://www.banrepultural.org/blaavirtual/todaslasartes/vest/vest0.htm>>.

ALARCÃO, Teresa; CARVALHO, José, 2003, *Imagens em Paramentos bordados séculos XIV a XVI*, Lisboa, IPM.

ALGRANTI, Leila Mezan, 2005, “Alimentação, saúde e sociabilidade: a arte de conservar e confeitar os frutos (séculos XV-XVIII)” in *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 42, Editora UFPR, pp. 33-52.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, 1966, “Caráter Mágico do toque das campainhas. Apotropaicidade do som”, in *Revista de Etnografia*, Vol. VI, Tomo 2, Porto, p. 339-370.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário, 2002, “O Gótico”, in *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Presença.

ALMEIDA, Fortunato de, 1971, *História da Igreja em Portugal*, 4 vols., 2ª ed., dir. Damião Peres, Porto, Portucalense Editora.

ALMEIDA, José António Ferreira de (dir.), 1976, *Tesouros Artísticos de Portugal*, Lisboa, Selecções Reader'sDigest.

ALVES, Olinda, 2006, “Entre o arcebispado e o senhorio: as relações de D. Diogo de Sousa com a coroa”, in *Boletim informativo NEPS*, II Serie, nº0, Guimarães, ICS Universidade do Minho, pp. 11-26.

ANDRADE, Maria do Carmo Rebello de, 1997, *Iconografia Narrativa na Ourivesaria Manuelina: as Salvas Historiadas*, 2 Vol., dissertação de mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa (policopiada).

ANDRADE, Maria do Carmo, 2011, “Artes de mesa e cerimoniais régios na corte do século XVI. Uma viagem através de obras de arte da ourivesaria nacional”, in *A mesa dos reis de Portugal, Ofícios, consumos, cerimónias e representações (século XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Circulo de Leitores, pp. 134-147.

AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), 2000, *História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Circulo de Leitores.

AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de Azevedo, 1981, *Alguns Aspetos da Heráldica Arquiepiscopal Bracarense nos Séculos XIV-XX*, Ponte de Lima.

BANDEIRA, Miguel Sopas de Melo, 1992, *O Espaço urbano de Braga em meados do séc. XVIII: ensaio em geografia urbana histórica*, Tese de Mestrado, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (policopiada).

BANDEIRA, Miguel, 1994, "Uma panorâmica seiscentista de Braga", In *Separata Forum*, (15/16), Jan.-Jul Braga, pp. 25-36.

BANDEIRA, Miguel, 2000, "D. Diogo de Sousa, o urbanista", *Bracara Augusta*, vol. XLIX (116), Braga, pp. 19-58.

BANDEIRA, Miguel, 2000, *O espaço urbano de Braga em meados do séc. XVIII: a reconstituição da cidade a partir do "Mappa das ruas de Braga" e dos "Índices dos prazos das casas do cabido"*, Porto, Edições Afrontamento.

BANDEIRA, Miguel, 2005, *D. Diogo de Sousa: V Centenário*. Braga, Câmara Municipal.

BARBOSA, Isabel Maria, 1990, "Os estatutos da Capela de D. Diogo de Sousa da Sé de Braga", in *IX Centenário da Dedicção da Sé Catedral, Atas do Congresso Internacional*, Volume II / 1, Braga, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia – Braga, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, pp. 661-668.

BARREIROS, Manuel de Aguiar, 1922, *A capela dos Coimbrãs*. Porto, Marques de Abreu.

BARREIROS, Manuel de Aguiar, 1922, *A Cathedral de Santa Maria de Braga. Estudos críticos archeologico-artísticos*, Porto, Marques de Abreu.

BARREIROS, Manuel de Aguiar, 1954, *Catálogo e Guia do Tesouro da Sé Primaz de Braga*. Porto, Edição de Marques Abreu.

BARROCA, Mário Jorge, 1992, "Medidas-padrão medievais portuguesas", *Revista da Faculdade de Letras. História*, II Série, Vol. IX, Porto, Faculdade de Letras, p. 53-85.

BASTO, A. de Magalhães, 1942, “O Tesouro” da Sé do Porto em 1589”, in *Revista Museu*, Vol. I, Porto, Círculo Dr. José de Figueiredo, 1942, pp. 11-18.

BASTO, A. de Magalhães, 1943, “A Cabeça de S. Pantaleão. Nota documental do séc. XVI, In *Revista MUSEU*, vol. II, nº 5, Porto, Círculo Dr. José de Figueiredo, pp. 151-153.

BELLINO, Albano, “Braga”, In *A Arte e a Natureza em Portugal*, Vol. II, Nº 60, Porto, Emilio Biel& Ca. Editora.

BELLINO, Albano, 1900, *Archeologia Christã*. Lisboa, Empresa de História de Portugal.

BESSA, Paula, 2003, “D. Diogo de Sousa e a pintura mural na capela-mor da igreja de S. Salvador de Bravães”, in *Património, Revista da Faculdade de Letras Departamento de Ciências e Técnicas do Património*, 1ª Série, vol. 2, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 757-781.

BESSA, Paula, 2007, *Pintura Mural no Fim da Idade Média e Início da Idade Moderna no Norte de Portugal*, Tese de Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, (policopiada).

BOURDIEU, P, 2004, *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*, 2ª edição, São Paulo, Zouk.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, 2004, *Arte nova e curiosa para conserveiros, e copeiros e mais pessoas que se ocupam em fazer doces e conservas com frutas de várias qualidades e outras muitas receitas particulares da mesma arte*, Sintra, Colares Editora.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, 2004, *Do primeiro almoço à ceia. Estudos de História da Alimentação*, Sintra, Colares Editora.

BUESCU, Ana Isabel e FELISMINO, David, coord., 2011, *A mesa dos reis de Portugal, Ofícios, consumos, cerimónias e representações (século XIII-XVIII)*, Lisboa, Circulo de Leitores.

BUESCU, Ana Isabel e FELISMINO, David, coord., 2011, *A mesa dos reis de Portugal, Ofícios, consumos, cerimónias e representações (século XIII-XVIII)*, Lisboa, Circulo de Leitores.

BUESCU, Ana Isabel, 2011, “À mesa do Rei. Cultura alimentar e consumo no século XVI”, in *A mesa dos reis de Portugal, Ofícios, consumos, cerimónias e representações (século XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Circulo de Leitores, pp. 304-317.

Cabido Metropolitano e Primacial de Braga 1990, *Braga e a sua catedral*, Braga, ed. Cabido da Sé Catedral.

CAPELA, José Viriato, 2004, “O município de Braga entre dois poderes: D. Manuel I e o Arcebispo e Senhor de Braga, D. Diogo de Sousa”, In *III Congresso Histórico de Guimarães, D. Manuel e a sua Época, 1ª Secção, Administração, Justiça e Direito*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, pp. 62-70.

CARVALHO, Cristina Maria Peixoto de, 1998, *O património do Cabido da Sé de Braga nos finais do século XIV*, Tese de Mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (policopiada).

CASIMIRO, Luís Alberto, 2007 “Pintura e Escultura do Renascimento no Norte de Portugal”, in *Revista da Faculdade de Letras, I Série*, vol. V-VI, Porto, Ciências e Técnicas Do Património, pp. 87-114.

CASTRO, Maria de Fátima, 2003, *A Misericórdia de Braga Composição da irmandade, administração e recursos (das origens a cerca de 1910)*, 2 vols., Braga.

COSTA, Ana Filipa Gonçalves da, 2009, *Fatores de sucesso do espaço público: o caso de sete Praças do Distrito de Braga*, Tese de Mestrado, Guimarães, Escola de Arquitetura da Universidade do Minho (policopiada).

COSTA, Avelino de Jesus da, 1983, “A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Braga nos Séculos XV a XVIII”, *Theologica*, vol. XVIII, fasc. I-II e III-IV, Braga, pp. 627-660.

COSTA, Avelino de Jesus da, 1985, *A biblioteca e o tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII*, Braga, s.e..

COSTA, Avelino Jesus da, 1984, *D. Diogo de Sousa, Novo Fundador de Braga e Grande Mecenas da Cultura*, Braga, s.e..

COSTA, Avelino Jesus da, 1990, “D. Diogo de Sousa Novo Fundador de Braga e grande Mecenas da Cultura”, in *Homenagem à Arquidiocese Primaz nos 900 anos da Dedicção da Catedral – 4-5 de maio de 1990*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, pp. 15-118.

COSTA, Luís, 1985, *Braga: roteiro histórico do Centro Cívico*, Braga, Edições APPACDM.

COSTA, Luís, 1998, *Braga: roteiro histórico e monumental extramuros*, Braga, Edições APPACDM.

COSTA, Manuela Pinto da, 2003, “Paramentos e ornamentos da igreja paroquial de Lordelo do ouro – Porto inventário e conservação preventiva”, in *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património, I Série vol. II*, Porto, FLUP, pp. 575-590.

COSTA, Manuela Pinto da, 2004, “Glossário de termos têxteis e afins”, in *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património, I Série vol. III*, Porto, FLUP, pp.137-161.

COUTINHO, Jorge (cord.), 2006, *D. Diogo de Sousa e o seu tempo: Simpósio no V Centenário do início da sua missão como arcebispo de Braga (1505-1532)*, Braga, Câmara Municipal de Braga / Faculdade de Teologia, Braga.

COUTO, João e GONÇALVES, António M., 1969, *A Ourivesaria em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte.

DIAS, J. S. da Silva, 1972, “Braga e a cultura portuguesa do renascimento”, in *Seminário da cultura portuguesa*, Coimbra, Universidade de Coimbra, Imprensa de Coimbra.

DIAS, Pedro, 1986, “A Escultura Gótica. Primeiras manifestações em Portugal”, in *História da Arte em Portugal, O Gótico*, vol. 4, coord. Pedro Dias, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 111-137.

- DIAS, Pedro, 1988, *Arquitectura Manuelina*, Porto, Livraria Editora Civilização.
- DIAS, Pedro, 1992, "Portugal e a Arte Flamenga na Época dos Descobrimentos", in *No Tempo das Feitorias. A Arte Portuguesa na época dos Descobrimentos*, vol. I, Catálogo, coord. Pedro Dias, Lisboa, Ed. Museu Nacional de Arte Antiga.
- DIAS, Pedro, 2003, *A Escultura de Coimbra do Gótico ao Maneirismo*. Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra.
- DIAS, Pedro, e SERRÃO, Vítor, 1986, *História da Arte em Portugal - O Manuelino*, Lisboa, Publicações Alfa.
- ECO, Umberto, 1989, *Psicologia do vestir*, 3ª edição, Lisboa, Editora Assírio e Alvim.
- FEIO, Alberto, 1920, *A Biblioteca Pública de Braga*, Braga, Tipografia do Arquivo Distrital.
- FEIO, Alberto, 1923, *A Catedral de Braga e a Capela dos Coimbrãs. Itens contra os erros e fantasias do Sr. Pe. Manuel d'Aguiar Barreiros*. Braga.
- FEIO, Alberto, 1925, "Dois sepulcros medievais e seus artistas", In *Biblos*, Vol. I, Coimbra, pp. 438-445.
- FEIO, Alberto, 1954, "O brasão de Braga. Origem e evolução", in *Bracara Augusta*, Vol. V (29), Braga.
- FEIO, Alberto, 1984, *Coisas Memoráveis de Braga e outros textos*. Braga, Biblioteca Pública de Braga.
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, 1990, "O arcebispo de Braga, a sua Igreja e os privilegiados da coroa", in *Separata das Actas Congresso Internacional sobre o IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, Vol. II/1, Braga, Universidade Católica Portuguesa - Faculdade de Teologia, pp. 515-556
- FERREIRA, Mons. J. Augusto, 1924, *Memorias archeologico-historicas da cidade do Porto: fastos episcopaes e politicos; séc. VI - séc. XX*, 2 Volume, Porto, Editora Cruz.

FERREIRA, Mons. J. Augusto, 1935, *Fastos episcopais da Igreja Primacial de Braga (sec. III – se. XX)*, *Obra ilustrada com os brasões dos Arcebispos desde o século XIV-XV*, 4 Tomos, Famicão, Edição da Mitra Bracarense.

FERREIRA, Mons. J. Augusto, 1937, *História abreviada do seminário conciliar de Braga e das escolas eclesiásticas precedentes*, século VI-XX, Braga.

FERREIRA, Mons. José Augusto, 1940, *Catálogo dos Provedores da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Braga instituída pelo grandioso arcebispo D. Diogo de Sousa (1513?)*. Séc. XVI - Séc. XX, Braga, Livraria Cruz.

FERREIRA, Pedro Manuel, 2004, “A música religiosa em Portugal por volta de 1500”, In *III Congresso Histórico de Guimarães, D. Manuel e a sua Época, 2ª Secção*, Braga, Câmara Municipal de Guimarães, pp. 202-208.

FREITAS, B. J. Senna, 1867, *Noções Historicas e Criticas Acerca Dos Objectos Antigos e Apreciaveis da Sé Primacial de Braga na Exposição Archeologica no Palacio de Crystal Portuense*. Braga, Typographia Lusitana.

FREITAS, Bernardino José de Senna, 1890, *Memórias de Braga*. 5 vols., Braga, ed. Imprensa Caholica.

FREITAS, Eugénio de Andréa da Cunha e, 1961, “João de Castilho e a sua obra no Além Douro”. In *Colóquio. Revista de Artes e Letras*. Lisboa, pp. 6-9.

FREITAS, Marinho; BARBOSA, Albertina; CASTRO, Júlia, 1990, “D. Diogo de Sousa, O legislador Bracarense”, in *IX Centenário da Dedicção da Sé Catedral, in Actas do Congresso Internacional*, Volume II / 2 Braga, Universidade Católica Portuguesa, pp. 29-36.

GONÇALVES, António Nogueira, 1986, “A Ourivesaria Manuelina”, in *História da Arte em Portugal, O Manuelino*, Vol. 5, dir. Pedro Dias. Lisboa, Alfa, pp. 171-1-80.

GONÇALVES, Iria, 1997, “A mesa dos Reis de Portugal (século XII-XIII)”, in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 2ª série, vol. XIV, pp. 15-32.

GUEDES, Natália Correia (Coord.), *Thesaurus. Vocabulário de objectos de culto católico*, 2004, Vila Viçosa, Edição Fundação da Casa de Bragança.

GUERREIRO, Jacinto Salvador, 2000, “Alfaias litúrgicas” (glossário) in *Dicionário de História Religiosa de Portugal, vol. A-C*, dir. Carlos Moreira Azevedo, Lisboa, Circulo de Leitores, pp. 38-42.

HERRERO. José Sanchez, 2004, “Los anos del Rey D. Manuel (1495-1521), la Reforma del clero Castella no en tiempo de los Reyes Católicos (1474-1516) y su comparación con la Reforma llevada a cabo en Portugal durante los anos del Rey D. Manuel I (1495-1521)”, In *III Congresso Histórico de Guimarães, D. Manuel e a sua Época*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, pp. 163-177.

Homenagem a D. Diogo de Sousa: o homem e a obra, 2003, Org. Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, Figueiró dos Vinhos.

MACHADO, Ana Paula, (Coord.), 2003, *Esta é a cabeça de São Pantaleão*, Lisboa, IPM.

MACHADO, José de Sousa, 1906, “Palácios, castelos e solares de Portugal, nº9 Casa dos Coimbrãs”, in *Ilustração Portuguesa*, 2º Série, 02/07/1906 s/l, pp. 586-590.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, 1997, “Conjunturas Políticas, A partilha do mundo”, in *História de Portugal, No alvorecer da modernidade*, cord. MATTOSO, José, Editorial Estampa, Lisboa.

MARQUES, A. H. de Oliveira, 1985, “Pesos e Medidas” in *Dicionário de História de Portugal*, Vol. V, SERRÃO, Joel (Dir.), Porto, Livraria Figueirinhas.

MARQUES, A. H. de Oliveira, 1997, *História de Portugal*, Volume I, Lisboa, Presença.

MARQUES, João Francisco, 2004, “O ensino catequético no Portugal Quinhentista”, In *III Congresso Histórico de Guimarães, D. Manuel e a sua Época, 2ª Secção*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, pp. 117-192.

MARQUES, José, 1988, *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

MARQUES, José, 1989, “O Príncipe D. João (II) e a recolha das pratas das igrejas para custear a guerra com Castela” in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época*. Vol. I *D. João II e a Política Quatrocentista*, Porto, Universidade do Porto, pp.201-219.

MARQUES, José, 1990, “Braga”, in *Atlas de cidades Medievais portuguesas*, dir. A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, INIC, pp. 11-93.

MATOS, Helena Maria de Araújo de Carvalho, 1960, *Estudo Sobre a Sé de Braga*. Braga, s/e.

MATOS, Manuel Cadafaz de, 1997, “Prólogo - D. Diogo de Sousa, as Constituições Sinodais do Bispado do Porto (1497). Alguns aspectos relacionados com o impressor Rodrigo Álvares e características técnicas da sua obra”, in *V Centenário da Introdução da Imprensa no Porto*, Lisboa, Edições Távola Redonda, pp. 9-15.

MAURÍCIO, Rui, 2000, *O mecenato de D. Diogo de Sousa, Arcebispo de Braga (1505-1532): urbanismo e arquitectura*, 2 vols, Leiria, Edições Magno.

MEA, Elvira Cunha de Azevedo, 1987, “A Igreja em Reforma”, in *Nova História de Portugal, Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, Editora Presença, Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, pp. 412-446.

MONTEIRO, António Xavier de Sousa, 1887, *Elementos de archeologia e iconographia christã*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

MOTA, A. Teixeira da (actas / edição organizada), 1975, “Colóquio Memórias” in *A viagem de Fernão Magalhães e a Questão das Molucas*, Actas do II colóquio Luso-Espanhol de História Ultramarina, Junta de Investigação científica do Ultramar, Lisboa.

NASCIMENTO, Aires A., 1998, “D. Diogo de Sousa (1460-1532), Bispo do Porto, Homem de Livros e Leitor de Savonarola”, In *Humanitas*, Vol. L, pp. 701-708.

NOBREGA, Vaz-Osório da, 1972, *Pedras de Armas e Armas Tumulares do Distrito de Braga, Concelho de Braga (freguesias rurais)*, III Volumes, Braga, Junta Distrital de Braga.

OLIVEIRA E COSTA, João Paulo, 2005, *D. Manuel I (1469-1521). Um Príncipe do Renascimento*. Lisboa, Círculo de Leitores.

OLIVEIRA, Aurélio de, 2004, “Nos primórdios dos Estudos Gerais Bracarenses (D. Manuel e os Colégios de Braga)”, In *III Congresso Histórico de Guimarães, D. Manuel e a sua Época, 2ª Secção*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, pp. 430-438.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de, 1993, *Estudos sobre o século XVIII em Braga: história e arte*. Braga, Edições APPACDM.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de, 1994, “Um novo mapa de Braga de finais do século XVII”, in *Sep. da Forum*, 15/16, Jan-Jul 94, Braga, pp. 37-53.

OLIVEIRA, Padre Miguel de, 1994, *História eclesiástica de Portugal*, Mem Martins, Publicações Europa-América.

PAIVA, José Pedro, 2006, *Os bispos de Portugal e do Império 1495-1777*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

PAYO, Marquês de São, 1946, “A Embaixada a Roma do Bispo do Porto D. Diogo de Sousa em 1505”, in Separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. IX, fasc. 1-2, Porto, Edições Marânus.

PEREIRA, Ana Marques, 2011, “«Ofícios de boca» na casa real portuguesa (séculos XVII e XVIII)”, in *A mesa dos reis de Portugal, Ofícios, consumos, cerimónias e representações (século XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Beuscu e David Felismino, Lisboa, Circulo de Leitores, pp. 82-99.

PIMENTA, Rodrigo, 1943, “Para a História do Arcebispado de Braga”, in *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. VIII, n. 3-4, Guimarães, Arquivo Municipal de Guimarães.

RAMALHO, Américo da Costa, 1966, “D. Diogo de Sousa e o Introdutor do Humanismo em Portugal”, *Bracara Augusta*, vol. XX, fasc. 43-44 (55-56), Braga, pp. 5-23.

REAL, Manuel, 1990, “O projecto da catedral, e as origens do românico português”, in *IX Centenário da Dedicção da Sé Catedral, Actas do Congresso Internacional, Volume I*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, pp. 455-459.

RESENDE, Nuno, s.d., *São Pantaleão «Do Porto»: Um paradigma de invenção de relíquias em finais da Idade Média*, Disponível na www: <URL: http://web.lettras.up.pt/aphes29/data/5th/NunoResende_Texto.pdf>.

RIBEIRO, Maria do Carmo Ribeiro, 2008, *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*, Tese de Doutoramento, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (policopiada).

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da, 1994, *Arquitectura civil religiosa de Braga nos séculos XVII e XVIII: os homens e as obras*, Braga, ed. do autor.

RUFINO, Maria de Lurdes, 2000, [Entrada Catálogo] *Cálice de D. Diogo de Sousa. Cristo Fonte de Esperança*, Braga, Exposição do Grande Jubileu do Ano 2000.

SÁ, Isabel dos Guimarães, 2011, “O rei à mesa entre o fim da Idade Média e o Maneirismo”, in *A mesa dos reis de Portugal, Ofícios, consumos, cerimónias e representações (século XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Circulo de Leitores, pp. 188-207.

Santos, Reynaldo dos, 1970, *Oito séculos de arte portuguesa: história e espírito*, 3 Vols, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade.

SENDAS, José Luís da Silva, 2010, *O quarteirão dos Biscainhos: evolução do espaço e as arquitecturas dos séculos XIV a XX: contribuição para o estudo da cidade de Braga*, Tese de Mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (policopiada).

SERRÃO, Joel (dir.), 1981, *Dicionário de História de Portugal*, 4 vols, Porto, Livraria Figueirinhas.

SERRÃO, Vítor, 2002, *História da Arte em Portugal. O Renascimento e o Maneirismo*, Lisboa, ed. Presença.

SILVA, Lúcio Craveiro da, 2002, “D. Diogo de Sousa (1461?-1532) ‘De uma aldeia fiz uma cidade’”, In *Estudos de Cultura Portuguesa Colecção Hespérides/Filosofia 2*, Braga, Universidade do Minho, pp. 61-81.

SILVA, Manuel Fernando de Sousa e, 2005, “Actividade legislativa de D. Diogo de Sousa”, in *D. Diogo de Sousa e o seu tempo: Simpósio no V Centenário do início da sua missão como arcebispo de Braga (1505-1532)*, coord., Jorge Coutinho Braga, Câmara Municipal de Braga / Faculdade de Teologia, pp. 72-73.

SILVA, Nuno Vassallo e, 1995, "A ourivesaria no período manuelino" Do "Modo" Gótico ao Maneirismo", in *História da Arte Portuguesa*", II Volume, dir. Paulo Pereira, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 90-101

SILVA, Nuno Vassallo e, 1995, "A ourivesaria no período Manuelino" in *História da Arte Portuguesa*, Vol. 2, dir. Paulo Pereira, Lisboa, ed. Temas e Debates, pp. 181-197.

SILVA, Nuno Vassallo e, 1995. "A ourivesaria como "micro-arquitetura", "Do "Modo" Gótico ao Maneirismo", in *História da Portuguesa*, II Volume, dir. Paulo Pereira, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 90-101.

SILVA, Nuno Vassallo e, 2005, "*E muy rica prata fina, de bestiães bem lavrados*". *A ourivesaria entre Portugal e a Índia, do século XVI ao século XVIII*. Coimbra, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras /Universidade de Coimbra (policopiada).

SILVA, Nuno Vassallo e, 2009, "Artes decorativas na época dos descobrimentos" in *Arte portuguesa da pré-história ao século XX*, coord. Dalila Rodrigues, volume 8, s.l., Fubu editores., pp. 133-138.

SOUSA, Ana, 2010, *Tytolo da prata (...), do arame, estanho e ferro (...), latam cobre e cousas meudas... Objectos litúrgicos em Portugal (1478-1571)*, Tese de Doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, (policopiada).

SPECK, Doris Ruth Molleri, 2011, *Entre a tradição e a modernidade: estudo do universo simbólico dos trajes litúrgicos da igreja católica em fins do século XX início do XXI*, Estado de Santa Catarina, Universidade do Estado de Santa Catarina.

TORRES, Amadeu, 2006, "D. Diogo de Sousa, metropolitano de Braga, na Europa do Renascimento", in *Revista Portuguesa de Humanidades 10 (1-2)*, Braga, pp. 493-503.

TORRES, Amadeu, 2006, "D. Diogo de Sousa no contexto cultural do renascimento", in *Humanitas 58*, pp. 291-301.

VASCONCELOS E SOUSA, Gonçalo de, 1998, *Pratas portuguesas em colecções particulares. século XV ao século XX*, Porto, Editora Civilização.

VASCONCELOS E SOUSA, Gonçalo, 2002, *Artes da Mesa em Portugal do século XVIII ao XXI*, Porto, s.e..

VASCONCELOS, Flórido de, 1984, *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Verbo.

VASCONCELOS, Flórido de, 1989, “O busto relicário de S. Pantaleão”, in *Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época, vol. 4*, Porto, Universidade do Porto, pp. 279-283.

VASCONCELOS, Flórido de, 1990, “O retábulo-mor quinhentista da Sé de Braga”, in *IX Centenário da Dedicção da Sé Catedral, Actas do Congresso Internacional, Volume II / 2*” Braga, Universidade Católica Portuguesa, pp. 37-51.

VASCONCELOS, Joaquim de, 1914, *A Arte Religiosa em Portugal*, Porto, Emilio Biel & C^a Editores.

VILHENA, Maria da Conceição, 2001, “O Preste João, mito, literatura e história”, in *Arquipélago História V, 2^a série, Açores*, pp. 627-650.

SITES

Biblioteca Luis Ángel Arango del Banco de la República: <http://www.banrepcultural.org>

BLUTEAU, Raphael, 1712 – 1728, *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico (...)*, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>

Direito da Sacristia – Bênção dos Sinos: <http://diretodasacristia.com/home/tags/bencao/>

Museu Alberto Sampaio: <http://masampaio.imc-ip.pt>

Museu de Arte Sacra do Funchal: <http://www.museuartesacrafunchal.org>

Museu de Évora: <http://museudevora.imc-ip.pt>

Museu Nacional Machado de Castro: <http://mnmachadodecastro.imc-ip.pt>

PINTO, Luiz Maria da Silva, 1832, *Diccionario da Lingua Brasileira*, Provincia de Goyaz, Typographia de Silva: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/3>

Portas Adentro: modos de habitar do século XVI a XVIII em Portugal, glossário de objectos do português antigo: <http://www.portasadentro.ics.uminho.pt/index.asp>

SILVA, Antonio Moraes, 1813, *Diccionario da lingua portugueza, recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*, Lisboa, Typographia Lacerdina: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/2>